

revista de comunicação,  
jornalismo e espaço público

5

# *mediapolis*

Periodicidade

Semestral

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

tema

crises e os processos comunicativos

crisis and communicative process





revista de comunicação,  
jornalismo e espaço público

5

Periodicidade  
Semestral

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Coimbra University Press

---

#### Ficha técnica

Edição Publisher  
Imprensa da Universidade de Coimbra

Administração Administration  
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século  
XX da Universidade de Coimbra – CEIS20,  
Rua Filipe Simões, n.º 33,  
3000-186, Coimbra, Portugal,  
Email: ceis20@ci.uc.pt,  
Telf.: +351 239 708 870  
Fax: +351 239 708 871.

Design  
Carlos Costa

ISSN  
2183-5918

ISSN Digital  
2183-6019

DOI  
[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_5](https://doi.org/10.14195/2183-6019_5)

#### Direção Editor

Carlos Camponez carlos.camponez@fl.uc.pt  
Universidade de Coimbra

#### Direção executiva Managing Board

Bruno Aratijo brrunoarauj@gmail.com  
Leonel Brites leonel.brites@ipleiria.pt  
Inês Fonseca Marques inesmatiasmarques@gmail.com  
Marco Gomes gomes\_marco78@hotmail.com  
João Miranda joaomsantosmiranda@gmail.com

#### Redação Editorial Board

Ana Teresa Peixinho apeixinho71@gmail.com  
Universidade de Coimbra  
Carlos Camponez carlos.camponez@fl.uc.pt  
Universidade de Coimbra  
Clara de Almeida Santos clara.santos@uc.pt  
Universidade de Coimbra  
Francisco Pinheiro franciscopinho72@gmail.com  
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX  
Inês Godinho ifgodinho@netcabo.pt  
Universidade de Coimbra  
Isabel Nobre Vargues ivargues@fl.uc.pt  
Universidade de Coimbra  
Joana Fernandes: joanaf@esec.pt  
Escola Superior de Educação de Coimbra  
João Figueira jffigueira@sapo.pt  
Universidade de Coimbra  
Luís Augusto Costa Dias lcostadias@vodafone.pt  
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX  
Rita Basílio de Simões rbasilio@fl.uc.pt  
Universidade de Coimbra  
Rosa Sobreira rosa.sobreira@gmail.com  
Escola Superior de Educação de Coimbra  
Sílvia Santos silvio.santos@fl.uc.pt  
Universidade de Coimbra

Uma Galeria de Imagem Image Gallery  
Leonel Brites

Normas da revista e princípios éticos:  
[https://impactum.uc.pt/pt-pt/  
revista?id=107213&sec=5](https://impactum.uc.pt/pt-pt/revista?id=107213&sec=5)

#### Conselho Científico e Consultivo

Scientific and Advisory Committee  
Adriano Duarte Rodrigues adrodrigues42@gmail.com  
Universidade Nova de Lisboa  
Alberto Arons de Carvalho aarons@netcabo.pt  
Universidade Nova de Lisboa  
Carmen Echazarreta carmen.echazarreta@udg.edu  
Universidade de Girona (Espanha)  
Felisbela Lopes felisbela@ics.uminho.pt  
Universidade do Minho  
Gilles Gauthier gilles.gauthier@com.ulaval.ca  
Universidade de Laval (Canadá)  
Helena Sousa helena@ics.uminho.pt  
Universidade do Minho  
Hugo Aznar haznar@uch.ceu.es  
Universidade Cardenal Herrera (Espanha)  
Isabel Babo isabel.babo.ihl@gmail.com  
Universidade Lusófona (Porto)  
Isabel Ferin barone.ferin@gmail.com  
Universidade de Coimbra  
João Canavilhas joao.canavilhas@labcom.ubi.pt  
Universidade da Beira Interior  
João de Almeida Santos joaodealmeidasantos@gmail.com  
Universidade Lusófona  
João Pissarra Esteves jj.esteves@fcsh.unl.pt  
Universidade Nova de Lisboa  
Joaquim Fidalgo jfidalgo@ics.uminho.pt  
Universidade do Minho  
João Carlos Correia joaocarloscorreia@ubi.pt  
Universidade da Beira Interior  
Manuel Pinto mpinto@ics.uminho.pt  
Universidade do Minho  
Marc Lits marc.lits@uclouvain.be  
Universidade Católica de Louvain-la-Neuve (Bélgica)  
Marcos Dantas prof.marcosdantas@gmail.com  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)  
Maria João Silveirinha mjsilveirinha@sapo.pt  
Universidade de Coimbra  
Mário Mesquita mariomotamesquita@gmail.com  
Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa  
Muniz Sodré sodremuniz@hotmail.com  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)  
Simon Cottile cottiles@cardiff.ac.uk  
Universidade de Cardiff (Reino Unido)  
Teresa Ruão truaao@ics.uminho.pt  
Universidade do Minho  
Tito Cardoso e Cunha tcunha@ubi.pt  
Universidade da Beira Interior

# Sumário

## Summary

### INTRODUÇÃO INTRODUCTION *mediapolis 5*

Bruno Araújo,

Inês Fonseca Marques,

Marco Gomes

e João Miranda | 7

*Fact-Checking* no Ecosistema  
Jornalístico Digital: Práticas,  
Possibilidades e Legitimação  
*Fact-Checking* in the Digital  
Journalistic Ecosystem: Practices,  
Possibilities and Legitimation

Amanda Tavares de Melo Diniz | 23

Crise, Precarização e Mudanças  
Estruturais no Jornalismo: Reflexões  
Sobre Tendências Teóricas  
Crisis, Precarization and Structural  
Changes in Journalism: Reflections  
on Theoretical Trends

Juliana Bulhões Alberto Dantas, Elton Bruno

Barbosa Pinheiro, Vinícius Pedreira Barbosa da

Silva, Vanessa Beltrame e Hadassa Ester David | 39

Mídia e Justiça No Brasil:  
O Mapeamento das Pautas  
Históricas de uma Nova Relação  
Media and Justice in Brazil: Mapping  
the Historical Guidelines of a New  
Relationship

Grazielle Albuquerque | 51

A Cobertura Midiática  
e seus Efeitos para a  
Desconfiança na Política  
Media Coverage and its Effects  
on Distrust in Politics

Aletheia Patrice Rodrigues Vieira | 75

Música das Cidades:  
O Surgimento da Canção Popular  
Moderna Como Forma de  
Representação do Indivíduo  
Music of the Cities:  
The Emergence of the Modern  
Popular Song as a Representation  
of the Individual

Fernando Garbini Cespedes | 91

*Recensões Críticas* | 105

*Uma Galeria de Imagens*  
*Image gallery*

Leonel Brites | 115

Estratégias de Sobrevivência de  
Portais, Coletivos e Agências de  
Conteúdo em Ambiente de Crise  
Strategies for the Survival of Internet  
Portals, Collectives Movements and  
Content Agencies in Crisis Environments

Tafs Seibt, Ana Paula Lückman

e Francisco Amorim | 11





## INTRODUÇÃO

# *mediapolis 5*

O final da década de 2000 marcou o início de um processo de transformações e convulsões políticas, económicas e sociais que atravessaram fronteiras. Resultado do colapso dos mercados financeiros, por todo o mundo ficou clara uma celeridade profusa de cenários de falência empresarial, bancarota de países e despedimentos coletivos. Como resposta, multiplicaram-se os contextos de contestação social, que conheceram novos modelos de ação e novos atores. Paralelamente, no Norte de África e Médio Oriente, o acordar de uma primavera de convicções e ideais foi acompanhado pelo despertar de novos grupos e pela promoção de novas tensões, cujo desfecho é patente na proliferação de contextos de conflito, na exterminação das bases culturais dos seus povos e na génese de uma crise humanitária paradigmática. Como corolário da promoção de tensões políticas, a América do Sul viu-se tomada por uma série de crises políticas que subsistem atualmente.

Inserida num quadro de constante atualização tecnológica e, ela própria, refém de uma conjuntura de crise, a comunicação assumiu um papel cen-

tral no desenrolar de cada um destes processos. Assumindo o papel central de narrativa dos acontecimentos, viu novos modelos de jornalismo tomar lugar e o surgimento de novas fontes e de novas práticas, na organização dos diferentes eventos; viu surgirem novas estratégias e novos meios; e, na contingência e resolução de riscos e ameaças, viu surgirem novas ferramentas e novas problemáticas.

É, exatamente, sobre novas linhas de modelos comunicacionais que nos fala o texto “Estratégias de Sobrevivência de Portais Coletivos e Agências de Conteúdo em Ambiente de Crise”, de Taís Seibt, Ana Paula Lückman e Francisco Amorim. Se, como enuncia Schudson, a primeira metade do século XX se caracterizou pela emergência e consolidação do jornalismo industrializado, estabelecendo os sentidos e estratégias do mercado da comunicação que acabaram por vingar durante todo o século, a reorganização do sistema capitalista, que tem marcado os primeiros anos do século XXI, tende a potencializar uma reorientação das referências do jornalismo. Referências essas que se encontram progressiva-

mente desvinculadas da sua função social de informar e, mais subjacentes às necessidades do mercado, compartilhando lógicas de informação, prestação de serviços e entretenimento. Paralelamente, a afirmação do modelo online 2.0, mais do que um novo meio de difusão, implicou uma reconfiguração de todo o sistema de produção jornalística, pautada pela disrupção com o modelo linear de distribuição de informação e pela integração ativa dos antigos recetores da informação no processo produtivo. Para Anderson, Bell e Shirky, esta matriz do jornalismo pós-industrial vai mais longe do que uma mera mudança: representa uma crise dos modelos de negócio e da própria atividade.

Tomando como base estas premissas, Seibt, Lückman e Amorim procuram reenquadrar este contexto de transformação à luz da interpretação de Morin de “crise”, segundo a qual o termo sugere um movimento potencialmente evolutivo – seja num sentido progressivo, seja num regresso a um estado anterior. A partir de uma análise focada na natureza editorial e modelos de negócio de 35 projetos

nativos digitais de jornalismo, situados em S. Paulo, os autores concluem que, se a crescente aposta no digital corrobora a ideia de uma efetiva crise dos modelos de negócio tradicionais, as iniciativas analisadas encontram-se ainda coladas às estratégias empresariais e linhas editoriais dos meios precedentes. Desta forma, encontram-se ainda por concretizar os sentidos estruturantes de uma crise progressiva, atinentes à promoção e procura de soluções inovadoras e criativas.

Nesta nova era, os desafios colocados ao jornalismo estão, porém, longe de se restringir à rutura dos seus modelos de negócio. Da contínua e crescente convocação do público para participar no processo produtivo da informação emerge um novo ecossistema, onde as fronteiras entre emissores e recetores são continuamente transpostas, fomentando situações em que produtos profissionais são confundidos com conteúdos amadores e onde o jornalismo se vê obrigado a adequar as suas práticas de produção à crescente celeridade da informação. São estes os ingredientes base da eclosão do paradigma cada vez mais popularizado das “fake news”,

*Da contínua  
e crescente  
convocação do  
público para  
participar no  
processo produtivo  
da informação  
emerge um novo  
ecossistema, onde  
as fronteiras  
entre emissores  
e recetores são  
continuamente  
transpostas*

caraterizada pela hibridização entre a difusão de produtos jornalísticos e a divulgação de informação distorcida. Como alude Amanda Diniz, no seu artigo “*Fact-Checking* no Ecossistema Jornalístico Digital: Práticas, possibilidades e Legitimação”, é neste ponto que reside um dos desafios centrais do jornalismo no novo século, o de assegurar e manter a confiança do público na sua atividade e no seu papel social. Sem grande surpresa, surge evidente que um dos grandes corolários deste arquétipo redundando numa crise da credibilidade das notícias. Num outro sentido, interessa observar que ele corresponde também a uma reabilitação pública das práticas tradicionais do jornalismo, materializadas na florescente tendência dos projetos de *fact-checking* – existindo já, inclusivamente, uma Rede Internacional de *Fact-Checking*.

No seu artigo, Amanda Diniz conduz-nos pela realidade contemporânea da experiência brasileira, através da análise aos modelos de organização, metodologias e sistemas de funcionamento de três projetos de *fact-checking* distintos. Ainda que conclua

estarmos perante um novo nicho de mercado e uma nova ferramenta para os profissionais, que cruza a tradição e inovação da *praxis* jornalística, uma das inferências mais claras da autora detém-se com o facto de estes novos instrumentos serem afinal eles próprios produtos jornalísticos, permeáveis, portanto, aos mesmo problemas que atravessam o espectro tradicional da produção informativa.

A questão da transformação das práticas do jornalismo, ante o avanço da tecnologização e digitalização do seu meio laboral, é recuperada no artigo “Crise, Precarização e Mudanças Estruturais no Jornalismo: Reflexões sobre Tendências Teóricas”, onde os autores se propõem a traçar uma discussão teórico-epistemológica sobre a crise do jornalismo, tendo como referência o contexto brasileiro da precarização do jornalismo e as suas mudanças estruturais. Não obstante se evidencie uma divergência entre o posicionamento da crise do jornalismo como uma retórica histórica da profissão ou como uma efetiva manifestação da contemporaneidade, certo é que as atuais tendências de reorganização do

*As atuais  
tendências de  
reorganização  
do mercado  
da informação  
têm contribuído  
amplamente para  
o aprofundamento  
da instabilidade  
laboral e  
profissional do  
jornalismo*

mercado da informação têm contribuído amplamente para o aprofundamento da instabilidade laboral e profissional do jornalismo.

Tendo como base a revisão desenvolvida pelos autores, torna-se evidente que as marcas da instabilidade no trabalho do jornalismo brasileiro seguem as linhas gerais da desestruturação laboral evidentes um pouco por toda a Europa. Falamos da sobreexploração dos jornalistas, motivada pela convergência funcional do processo produtivo e pela crescente intensidade do trabalho, mas também de índices salariais reduzidos ou da erosão da segurança laboral com base numa precarização dos vínculos. Sobre este último paradigma, assume interesse a exploração de duas realidades concretas do Brasil, firmadas na “pejotização” do trabalho, próxima da realidade portuguesa da proliferação de situações de “recibo verde”, e na noção de “passaralhos”, ou seja, os despedimentos em massa dentro das redações.

Prosseguindo um sentido distinto, Grazielle Albuquerque preocupa-se sobretudo em perceber o papel do



jornalismo em momentos de crise, chamando a atenção para as relações entre os profissionais da informação e os membros orgânicos do Sistema de Justiça. Tendo como objeto dois episódios fundamentais do sistema judicial brasileiro (a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, instalada em 1999, e a Reforma do Judiciário, realizada em 2003-2004), em “Mídia e Justiça no Brasil: O Mapeamento das Pautas Históricas de uma Nova Relação”, a autora apresenta casos concretos que demonstram a complexidade das relações entre o jornalismo e a justiça no espaço público hodierno.

Se, frequentemente, a cobertura jornalística dos assuntos da justiça costuma expor as fragilidades estruturais do sistema judicial, aumentando as tensões entre o campo dos *media* e o campo da justiça, em outras circunstâncias, os membros orgânicos de ambos os campos colaboram uns com os outros numa relação de instrumentalização recíproca. Neste caso, a tensão anterior converte-se em colaboração mútua entre os agentes: um tipo de relação em que a forma como o jornalismo mediatiza a justiça con-

tribui para a reafirmação do capital simbólico das instituições judiciárias. Trata-se de um movimento complexo que poderá ser observado pelo leitor num estudo sustentado por entrevistas com os protagonistas dos momentos-chave dos episódios analisados. Em sintonia com o arcabouço teórico que subjaz à reflexão, a autora conclui pela existência de uma relação progressivamente contígua entre o jornalismo e o sistema judicial brasileiro, marcada, pois, por dinâmicas de tensão e de coesão.

De facto, as relações de tensão entre o sistema mediático e o sistema judiciário são apenas um lado da crise de muitas faces por que passam as democracias ocidentais. Nestas sociedades mediatizadas, novos tipos de relação do jornalismo com o campo político são apresentados como sintoma de uma crise estrutural do sistema democrático. Crise que se aprofunda pela criação de um ciclo de depreciação da atividade política no espaço público mediático, resultante, por exemplo, da exposição exacerbada e, não raras vezes, dramatizada da corrupção política. Fenômeno complexo,

para cujo entendimento seria necessário um debate de ideias profundo, é tantas vezes submetido a abordagens simplistas e estereotipadas, transformando-se em eixo temático principal de narrativas que aprofundam visões parcelares sobre o ecossistema político. Neste quadro de tensas relações entre a política e o jornalismo, Aletheia Vieira reflete sobre o papel que o discurso dos *media* pode desempenhar na criação de uma eventual crise de confiança dos cidadãos nos políticos que os representam.

No seu artigo “A cobertura midiática e seus efeitos para a desconfiança na política”, a autora apresenta algumas conclusões da sua dissertação de mestrado, em que analisou a construção da personagem José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil do Brasil) pela revista *Veja*, durante o Mensalão, um dos maiores casos de corrupção do Brasil. Começando por abordar a crise da democracia representativa, explicada pelo facto de os eleitores não terem influência direta nas decisões dos políticos, a autora prossegue, recorrendo sobre o papel de ‘cão de guarda’ desempenhado pelo jornalis-

mo. Deste modo, o escândalo político é um assunto bastante caro aos *media*, que, através de enquadramentos espetacularizados e personalizados, chegam a fazer os seus próprios julgamentos, mesmo antes da justiça, levando os cidadãos a confiar cada vez menos no sistema político e nos seus atores. Sendo resultado dessa personalização, a construção da personagem é, portanto, um processo fulcral na construção da narrativa jornalística, contribuindo para a crise de confiança nos políticos.

Num registo bastante diferente destes últimos textos, o artigo de Fernando Garbini Cespedes debruça-se menos sobre as questões da comunicação e informação, para centrar-se particularmente nas problemáticas da emergência do espaço público, procurando estabelecer uma relação entre o quadro de reorganização social que emoldura a eclosão do indivíduo, assim entendido, e o surgimento da canção popular moderna. Neste “ciclo de retroalimentação”, como o autor o denomina, parte precisamente de uma disrupção com a crise de um modelo precedente, a emergência de um

*O escândalo político é um assunto bastante caro aos media, que, através de enquadramentos espetacularizados e personalizados, chegam a fazer os seus próprios julgamentos, mesmo antes da justiça*

novo tipo de sociabilidade, marcado pela emancipação do indivíduo, agora capaz de produzir de acordo com os sentidos da sua própria subjetividade. Partindo deste pressuposto, o artigo leva-nos, através de relatos históricos e reflexões, pelos modos como a herança musical se foi relacionando com o rompimento da velha disposição económica, política e social, em Lisboa, Nápoles ou Paris, para dar origem a uma nova ordem, da qual deriva o indivíduo moderno ocidental.

Todos os artigos desta quarta edição são acompanhados pela criação gráfica de Leonel Brites. As seis inéditas peças estabelecem uma região de sentidos com as temáticas em estudo e propõem um campo de reflexão sobre as dinâmicas dos *media* e do espaço público, tocando questões e discursos que atravessam e relacionam estes dois domínios.

*Bruno Araújo*

*Inês Fonseca Marques*

*Marco Gomes*

*João Miranda*







# *Estratégias de Sobrevivência de Portais, Coletivos e Agências de Conteúdo em Ambiente de Crise<sup>1</sup>*

*Taís Seibt*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Seibt.tais@gmail.com

*Ana Paula Lückman*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ana.luckman@gmail.com

*Francisco Amorim*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Chicoreporter@gmail.com

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_5\\_1](https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_1)

## *Resumo:*

O artigo promove uma discussão acerca das transformações no exercício do jornalismo profissional no século XXI, sob a perspectiva da passagem do modelo industrial para o pós-industrial, da crise que se manifesta na e pela transição entre esses modelos e da potencial mudança do paradigma jornalístico que resulta desse processo. Tais proposições são tensionadas com casos empíricos de iniciativas jornalísticas nativas digitais com sede em São Paulo, a fim de apontar, a partir das estratégias de sobrevivência percebidas, tendências para a prática jornalística no novo contexto.

**Palavras-chave:** jornalismo; jornalismo pós-industrial; jornalismo digital; crise; capitalismo.

## *Abstract:*

This paper discusses the transformations in professional journalism practices in the 21th century, under the perspective of the progression from the industrial model to the post-industrial model, of the crisis drawn in and because of this transition and of the potential change of the journalistic paradigm that results from this process. These proposals are articulated with empiric cases of local digital journalism projects based in São Paulo and their survival strategies, in order to point trends to the journalism practices in this new context.

**Keywords:** journalism; post-industrial journalism; digital journalism; crisis; capitalism.

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), em Palhoça/SC, de 9 a 11 de novembro de 2016, sob o título “Portais, coletivos e agências de conteúdo: apontamentos sobre as [novas] estratégias de sobrevivência do jornalismo alternativo em São Paulo”.



## 1. Introdução

A indústria jornalística passa por atribulações no cenário comunicacional contemporâneo. Desde o fim do século passado, com o avanço dos sistemas de conexão digital e apropriação crescente de dispositivos de acesso à internet ao redor do mundo, empresas jornalísticas consolidadas têm sido desafiadas a adaptar suas práticas. Concomitantemente, e com ajuda da rede, uma série de mobilizações sociais tomou conta de diferentes países, colocando em xeque a credibilidade de reconhecidos veículos de comunicação. Para completar, o colapso do mercado financeiro atravessa fronteiras, multiplicando os desafios para que o jornalismo se mantenha como um negócio lucrativo nas primeiras décadas do século XXI.

No contexto brasileiro, alguns reflexos perceptíveis desse fenômeno podem ser observados tanto pelos sucessivos enxugamentos em redações de grandes jornais quanto pelo surgimento de novos modelos de atuação jornalística que buscam protagonismo na rede diante de um cenário de contestação da mídia hegemônica. Tais iniciativas nascem tendo a crise como

propulsora, mas não passam imunes aos seus efeitos. Muitos projetos nativos digitais ainda não encontraram estratégias de sobrevivência que possam garantir uma estruturação sustentável, como detalharemos neste artigo.

Nosso objetivo é contribuir para a compreensão desse processo em que novos atores ingressam no cenário de produção jornalística. Para tanto, percorreremos o caminho de consolidação da indústria jornalística no século XX e buscaremos problematizar os desafios impostos a esse modelo de atuação no século XXI. A partir de um levantamento empírico focado em iniciativas nativas digitais instaladas em São Paulo, esperamos contribuir para a compreensão de suas estratégias de estruturação, bem como identificar tendências para a prática jornalística no cenário de crise que se desenha.

## 2. O jornalismo no século XX

Ao longo do século XX, o jornalismo se consolidou no âmbito de empresas capitalistas. Foi nesses espaços que se institucionalizaram

práticas que ditaram o modelo de jornalismo na sociedade moderna. A origem desse jornalismo informativo remete à chamada “revolução da *penny press*” (Schudson, 2010: 25), nos anos 1930, quando jornais populares dos Estados Unidos como *The New York Sun* (1833) e *The New York Herald* (1835) inauguraram a venda avulsa e ampliaram rapidamente suas tiragens em relação aos concorrentes, que tinham circulação restrita a uma pequena elite que podia pagar por uma assinatura. A investida fez aumentar também o leque de anunciantes e o escopo editorial, não considerando apenas o comércio ou a política, mas a vida social (Schudson, 2010).

Nesse contexto, os jornais passam a funcionar como empresas, produzindo conteúdos cada vez mais diversificados a públicos igualmente variados. Passam a ser meios de comunicação de massa. Há razões culturais, históricas, sociológicas, políticas e econômicas para que o jornalismo, nesses moldes, tenha surgido nos Estados Unidos, apesar de os primeiros periódicos terem circulado na Europa já no século XVI. Havia uma classe média economicamente ativa e alfabetizada em ascensão na sociedade

estadunidense, graças à política do presidente democrata Andrew Jackson, que buscava representar os anseios do homem comum. Avanços tecnológicos, decorrentes da industrialização estimulada desde o período colonial, permitiram a introdução de impressoras mais rápidas, a ampliação das linhas de trem aumentou o alcance geográfico das publicações e a invenção do telégrafo possibilitou o envio de informações com agilidade jamais imaginada à época.

A partir da segunda metade do século XIX, mais pessoas passam a ter o jornalismo como ocupação principal, os jornais começam a manter correspondentes e até mesmo setoristas para colher notícias em locais ou instituições estratégicas, num movimento que pode ser considerado o embrião para a profissionalização jornalística. No início do século XX, começam a se formar verdadeiros conglomerados de comunicação, a indústria publicitária e de relações públicas ganha força e a atuação em meios de comunicação de massa passa a ser o modelo da atividade jornalística. É esse o jornalismo que chamamos de “tradicional”.

O processo de organização da imprensa brasileira em empresas privadas

ocorre tardiamente em relação aos países desenvolvidos, o que se justificaria pelo fato de a etapa monopolista do capitalismo no Brasil também ser tardia. O capitalismo só se firma como modo de produção hegemônico a partir da década de 1950, especialmente após o golpe militar de 1964, quando o governo militar institui uma política econômica voltada para a industrialização e passa a incentivar a consolidação das indústrias culturais brasileiras. Ainda que sob censura, o mercado de bens culturais para a “integração nacional” cresce, agregando interesses ideológicos do regime militar e mercadológicos dos empresários.

Resulta desse processo o fortalecimento de conglomerados de comunicação, convertendo o jornal em apenas mais um produto da indústria de bens culturais: a notícia vira mercadoria. O conteúdo jornalístico se sujeita à lógica capitalista dos conglomerados de comunicação de diferentes maneiras, como produção centralizada, fragmentação do trabalho, controle de processos, setores integrados e fixação do número de páginas em relação ao espaço publicitário. Fonseca (2008: 117) salienta:

“A chamada linguagem jornalística, média, mediana, começa a ser levada ao extremo da simplificação, a ponto de retirar das notícias – cada vez mais breves, mais curtas – qualquer possibilidade de contextualização”.

### 3. Mutações no jornalismo

Nos primeiros anos do século XXI, o capitalismo entra em um regime de acumulação flexível, pós-fordista, o qual potencializa a conformação das notícias às necessidades do mercado, delineia-se uma nova concepção de jornalismo, “(...) menos relacionada à notícia e mais próxima à informação, prestação de serviço e entretenimento” (Fonseca, 2008: 265). Muda igualmente o perfil do jornalista, que precisa dominar todas as etapas de produção e estar apto a atuar em todos os tipos de mídia. Pesquisadores da Universidade Columbia tomam tais transformações sob a perspectiva de um “jornalismo pós-industrial”, na qual “(...) instituições atuais irão perder receita e participação de mercado e que, se quiserem manter ou mesmo aumentar sua relevância, terão

de explorar novos métodos de trabalho e processos viabilizados pelas mídias digitais” (Anderson *et al.*, 2013: 38).

Os pesquisadores partem da convicção inicial de que o jornalismo é essencial e que é o *hard news* (notícia de interesse público) que distingue o jornalismo de outros conteúdos que proliferam na rede. Concepção semelhante à que norteia a pesquisa de Virgínia Fonseca, para quem o jornalismo “(...) define-se pelo conceito de notícia, isto é, informação com pré-requisitos jornalísticos, formulado conforme a tradição americana, que se distingue de opinião e de entretenimento” (Fonseca, 2008: 185). Em ambos, a percepção é de que esta concepção de jornalismo encontra-se em declínio no contexto do jornalismo pós-fordista – ou pós-industrial –, o que pode significar o declínio do próprio jornalismo como o conhecemos.

Diferentemente da criação do rádio ou da televisão, em que novos atores foram introduzidos no sistema de mídia, “(...) a internet não trouxe um novo ator para o ecossistema jornalístico. Trouxe um novo ecossistema” (Anderson *et al.*, 2013: 73). Num ambiente em que a comunicação se dá em fluxos

multidirecionais, o receptor não é passivo, ele produz, publica, altera e critica o conteúdo na rede. Estratégias de engajamento ganham destaque como elemento de formação de capital social: parece haver mais apelo ao indivíduo que comunica do que à instituição que ele representa, colocando em questão a empresa jornalística como espaço paradigmático para a prática profissional. Tais estratégias de engajamento passam também por interações com o próprio sistema da rede. Tomemos como exemplo o algoritmo do Facebook, que utiliza critérios matemáticos pré-programados para hierarquizar informações conforme hábitos e preferências de cada usuário. Esses elementos frequentemente fazem com que valores-notícia sejam revistos: se a rede social está mobilizada em torno de um assunto, isso é notícia.

Contudo, não caberia ao jornalista apenas reproduzir tal circulação. Os pesquisadores de Columbia defendem que, no jornalismo pós-industrial, o jornalista estaria deslocado a um ponto mais acima na cadeia editorial:

Já não produz observações iniciais, mas exerce uma função cuja ênfase

é verificar, interpretar e dar sentido à enxurrada de texto, áudio, fotos e vídeos produzida pelo público (Anderson *et al.*, 2013: 43).

É interessante observar como o movimento contemporâneo da circulação de informações em rede guarda relações com o fenômeno por trás da “revolução da *penny press*”. O mote da imprensa popular estadunidense nos anos 1830 era os assuntos ditos de “interesse humano”, a vida social. No ambiente de rede, apartado dos filtros jornalísticos para levar os acontecimentos ao conhecimento público, as informações que circulam têm como foco principal a vida social, aspecto que se potencializa quanto mais o acesso às redes digitais se amplia. Na mesma medida, há a necessidade de explicar o mundo para uma sociedade que se torna ainda mais complexa.

#### 4. Jornalismo em crise?

O cenário descrito por Anderson, Bell e Shirky (2013) sobre o que eles denominam jornalismo pós-industrial apresenta diversos dados empíricos a respeito das mudanças pelas quais o



jornalismo vem passando nas últimas décadas – mudanças estas que são consideradas por muitos pesquisadores e jornalistas como uma crise tanto do modelo de negócio quanto da atividade em si. No entanto, em geral, o termo *crise* é tomado com um sentido que se restringe às ideias gerais de incerteza, vacilação ou declínio. A fim de que se estude em maior profundidade essa suposta *crise do jornalismo*, propomos aqui uma reflexão mais atenta sobre o sentido dessa palavra, para além do senso comum.

O sociólogo francês Edgar Morin propõe que as ciências sociais problematizem a palavra crise a partir da retomada de seu sentido etimológico: originário do grego *krisis*, o termo significa decisão e, no sentido moderno, incorpora a ideia de incerteza. Isso não significa, para o autor, que tenha ocorrido uma mudança de significado, mas sim a passagem de um sentido simples para um sentido complexo, que denota uma permanente inter-relação entre a decisão e a incerteza. Uma crise necessariamente põe em movimento forças de transformação e suscita a procura de soluções. Ao “pôr em crise a palavra ‘crise’”,

Morin propõe que se faça dela um “conceito cientificamente utilizável e epistemologicamente controlável” (Morin, 1984: 115).

Morin (1972: 187) define crise como “*complexe d’événements traumatiques affectant le système*”<sup>1</sup>. Entre os elementos centrais de uma situação de crise, destacam-se a paralisia, parcial ou não, no funcionamento de um elemento do sistema; a transformação de diferenças em oposições; o desenvolvimento rápido de novas tendências; o acionamento de estratégias de sobrevivência, que tendam a salvaguardar a integridade do sistema, além de buscas por soluções novas; a relação dialógica entre todos esses elementos. Dessa dialógica pode tanto ocorrer a regressão a um estado anterior e menos complexo, quanto o restabelecimento do *status quo*. O movimento dialógico dos elementos da crise pode ainda, segundo o autor, levar à inovação, ou seja, ao surgimento de qualidades, complexidades e propriedades novas (Morin, 1972; 2016). Dessa forma, as crises

não são necessariamente evolutivas, pois podem solucionar-se no regresso ao estado anterior; mas são *potencialmente evolutivas*, na medida em que é próprio dos sistemas em crise o desencadeamento da busca de soluções novas, práticas e criativas. As crises regressivas, ou seja, aquelas que são resolvidas com o retorno a um estado anterior, fazem com que o sistema perca complexidade. Do mesmo modo, as crises progressivas permitem que o sistema adquira qualidades e propriedades novas, isto é, uma maior complexidade (Morin, 1972; 1984; 2016).

## 5. O jornalismo nativo digital

No contexto atual, entendemos que as iniciativas de jornalismo dito “alternativo” ou “independente” que vêm surgindo no Brasil podem revelar aspectos que indiquem uma reação do campo profissional à crise em curso no início do século XXI. Para além de conotações ideológicas implicadas na utilização dos termos acima destacados entre aspas e que estão presentes na apresentação de muitos projetos aqui estudados, o que nos

1 “Complexo de acontecimentos traumáticos que afeta o sistema”, em tradução livre.

interessa é que estas são iniciativas jornalísticas nativas digitais, ou seja, projetos que nasceram em ambiente digital e sem correspondente na imprensa convencional.

No dossiê de Columbia sobre jornalismo pós-industrial, os pesquisadores apontam que a produção de notícias até hoje se alicerçou na combinação de quatro variáveis: capacidade de influência na sociedade (uma instituição fala em pé de igualdade com outras), capital simbólico (os jornalistas sustentaram por muito tempo o título de “guardiões da democracia” ou de “quarto poder”), continuidade (não só a longevidade das empresas, mas a cobertura diária dos acontecimentos) e margem de capacidade (variedade de assuntos cobertos diariamente). Nesse esquema, as mesmas instituições davam conta de produzir dois tipos de informação relevantes: informações sobre acontecimentos públicos e informações especializadas para exercer impacto sobre outras instituições.

Anderson, Bell e Shirky (2013: 57) supõem que o primeiro tipo de informação seja mais facilmente suprido pela comunidade conectada,

enquanto o segundo dependeria de uma estrutura institucional. Fazendo projeções, eles apontam características das novas instituições: seriam empresas menores, com novas fontes de financiamento, funcionariam em rede e colocariam em prática novas formas de verificação de informação, adaptadas à internet. Redes colaborativas, como Twitter e Facebook, se solidificariam como fontes de informações sobre fatos ocorridos no último minuto e o papel dos jornalistas seria o de checar e, principalmente, interpretar os acontecimentos. Os mesmos autores apontam que grande parte da questão da institucionalização dessas novatas está ligada à gestão de receitas e despesas, ou seja, o modelo de negócio.

O documento de Columbia sobre jornalismo pós-industrial se propõe inspirar pesquisas que busquem entender como novos esquemas de atuação jornalística se estruturam e que lições e estratégias de cobertura se pode tirar desse processo. Neste artigo, pretendemos tecer algumas observações iniciais com base em iniciativas nativas digitais no jornalismo no Brasil. Para tanto, tomamos a base

de dados da Agência Pública<sup>2</sup>, que publicou, em março de 2016, o “Mapa do Jornalismo Independente”<sup>3</sup>. Segundo a descrição da própria agência, as iniciativas foram catalogadas a partir dos seguintes critérios: organizações que produzem primordialmente conteúdo jornalístico; organizações que nasceram na rede; projetos coletivos, que não se resumem a blogs; *sites* não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. Após um levantamento inicial, com cerca de 100 nomes, foram enviados questionários para confirmar o alinhamento aos critérios.

Como o intuito deste artigo é apresentar inferências iniciais que permitam identificar estratégias de estruturação de novas iniciativas jornalísticas e apontar tendências para o exercício do jornalismo no século XXI, decidimos restringir o *corpus* a iniciativas com sede em São Paulo, levando em conta que este é o principal

2 A Agência Pública é uma agência brasileira de reportagem e jornalismo investigativo sem fins lucrativos, fundada em 2011. Mais em <<http://apublica.org/>>

3 Disponível em: <<http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>

polo econômico do país, onde também se concentram as maiores empresas jornalísticas. Assim, chegamos a um recorte com 35 iniciativas de jornalismo nativas digitais, as quais foram categorizadas segundo padrões estabelecidos conforme nosso interesse de análise.

## **6. Percurso Metodológico**

Para a investigação do fenômeno recente, partimos de um modelo explicativo baseado nos métodos quantitativos de natureza descritiva. Nesse sentido, exporemos a seguir as etapas do estudo realizado em 2016 sobre relação entre modelo de negócio e conteúdo editorial de novos empreendimentos jornalísticos, considerados como alternativos, em relação aos veículos de comunicação de massa tradicionais.

### **6.1. Definição do objeto empírico**

Para compreender a crise a partir das novas iniciativas jornalísticas surgidas desde o final dos anos 1990, nosso estudo se debruçou sobre

## *As iniciativas de Jornalismo “alternativo” ou “independente” que vêm surgindo no Brasil podem revelar uma reação à crise atual*

projetos criados em São Paulo, estado de maior população e com maior arrecadação tributária do Brasil, onde estão instalados os principais veículos de mídia de massa e os dois principais jornais do país. A escolha recaiu, portanto, sobre a importância estratégica do estado no mercado de comunicação brasileiro.

Tendo São Paulo como lócus da pesquisa, o *corpus* do estudo passou a ser, por consequência, os empreendimentos surgidos nos últimos anos nesse Estado, que se caracterizariam como alternativa ao jornalismo convencional.

### **6.2. Amostra ou universo?**

Delineado o objeto empírico, a próxima informação importante é a de que nos debruçamos sobre o universo de empreendimentos de jornalismo considerados alternativos no cenário paulista listado por uma reconhecida agência de conteúdo e não sobre uma amostra de natureza probabilística. Apesar de garantir maior validade interna, a estratégia não está comprometida com a validade externa. Em outras palavras, as inferências possíveis, do ponto de vista

estatístico descritivo, estão restritas à realidade de São Paulo dentro do rol de empreendimentos contidos na lista.

### **6.3. Dados e unidade de análise, definido o *corpus***

Tendo empreendimentos jornalísticos como nossa unidade de análise, a pesquisa utilizou dados coletados sobre as relações entre estratégias de financiamento, segmentos de atuação, abrangência de atuação e natureza dos 35 projetos sediados em São Paulo incluídos na lista da Agência Pública, reconhecida nacionalmente por sua produção jornalística alternativa. Assumimos, portanto, as perdas decorrentes do emprego de uma lista não produzida pelos pesquisadores, mas ressaltamos que a intenção desta estratégia é exatamente compreender também, em alguma medida, como os próprios produtores de conteúdo alternativo – ou pretensamente alternativo – percebem seu mercado.

### **6.4. Estratégia de investigação e definição de variáveis**

Em busca de padrões e regularidades que apontem características deste

fenômeno social recente, optamos pela estatística descritiva, chegando ao número de seis variáveis categóricas, de valor qualitativo, sobre a existência de financiamento (sim ou não), estratégia de financiamento (tradicional ou alternativa, sendo a primeira formada por assinaturas e publicidade e a segunda por doações, incluindo *crowdfunding*, atividades correlatas, como realização de cursos, produção de conteúdo de marca, entre outras formas novas de custeio da produção jornalística), natureza (portal, agência, associação civil e coletivo), abrangência (local, nacional ou internacional), data de fundação (até 2009 e a partir de 2010) e segmento (geral, cultura/educação, direitos humanos e economia).

### **6.5. Coleta dos dados e técnicas empregadas**

A partir da lista de empreendimentos, as informações foram coletadas entre abril e julho de 2016 nos *sites* de cada um dos projetos, não sendo realizadas entrevistas para captação de dados complementares. O artifício teve como objetivo capturar, em alguma medida, o que os projetos tornam

público sobre si e o que, eventualmente, omitem sobre cada uma das categorias elegidas pelos pesquisadores.

Os dados sobre a natureza editorial dos projetos foram tomados a partir da análise de conteúdo jornalístico apresentado nos portais e da disposição dos mesmos ao longo do *site* por meio de seções, subseções e cartolas. Já as informações sobre a manutenção financeira do projeto e sua formação societária, entre outras características administrativas do projeto, foram reunidas tanto a partir da análise de seções do tipo “Quem Somos”, como na verificação da existência de *banners* de anunciantes, financiadores públicos ou apoiadores.

A etapa seguinte foi a de análise estatística de médias e frequências decorrentes dos cruzamentos entre variáveis relativas ao financiamento, linha editorial e natureza dos empreendimentos. Os primeiros achados do estudo são apresentados nas próximas páginas.

## **7. Análise dos dados**

A primeira constatação é que o modelo de negócio preferido neste universo é o de portal de notícias,



Quadro 1 - Cruzamento entre as categorias natureza e abrangência das iniciativas

|          |                  |            | Abrangência |          |               | Total  |
|----------|------------------|------------|-------------|----------|---------------|--------|
|          |                  |            | Local       | Nacional | Internacional |        |
| Natureza | Portal           | Contagem   | 1           | 16       | 5             | 22     |
|          |                  | % do Total | 2,9%        | 45,7%    | 14,3%         | 62,9%  |
|          | Agência          | Contagem   | 2           | 3        | 0             | 5      |
|          |                  | % do Total | 5,7%        | 8,6%     | 0%            | 14,3%  |
|          | Associação civil | Contagem   | 0           | 1        | 0             | 1      |
|          |                  | % do Total | 0%          | 2,9%     | 0%            | 2,9%   |
|          | Coletivo         | Contagem   | 3           | 3        | 0             | 6      |
|          |                  | % do Total | 8,6%        | 8,6%     | 0%            | 17,1%  |
|          | Não informado    | Contagem   | 0           | 1        | 0             | 1      |
|          |                  | % do Total | 0%          | 2,9%     | 0%            | 2,9%   |
|          | Total            | Contagem   | 6           | 24       | 5             | 35     |
|          |                  | % do Total | 17,1%       | 68,6%    | 14,3%         | 100,0% |

Quadro 2 - Cruzamento entre as categorias natureza e financiamento das iniciativas

|          |                  |            | Financiamento |       | Total  |
|----------|------------------|------------|---------------|-------|--------|
|          |                  |            | Sim           | Não   |        |
| Natureza | Portal           | Contagem   | 14            | 8     | 22     |
|          |                  | % do Total | 40,0%         | 22,9% | 62,9%  |
|          | Agência          | Contagem   | 4             | 1     | 5      |
|          |                  | % do Total | 11,4%         | 2,9%  | 14,3%  |
|          | Associação civil | Contagem   | 1             | 0     | 1      |
|          |                  | % do Total | 2,9%          | 0%    | 2,9%   |
|          | Coletivo         | Contagem   | 5             | 1     | 6      |
|          |                  | % do Total | 14,3%         | 2,9%  | 17,1%  |
|          | Não informado    | Contagem   | 1             | 0     | 1      |
|          |                  | % do Total | 2,9%          | 0%    | 2,9%   |
|          | Total            | Contagem   | 25            | 10    | 35     |
|          |                  | % do Total | 71,4%         | 28,6% | 100,0% |

concentrando mais de 60% dos empreendimentos, sendo que boa parte deles (45,7% dos 35) tem ambições nacionais. Dessa forma, os novos projetos parecem inovar pouco na estratégia de estruturação de suas linhas editoriais e produção de conteúdo. Os coletivos, vistos como alternativa mais moderna, representam apenas 17,1% do total de empreendimentos, como se pode constatar a partir do Quadro 1.

Assim como o modelo de negócio parece não diferir das iniciativas de grupos jornalísticos maiores para fugir da crise, os projetos nativos digitais ainda não descobriram como vencê-la. Como se percebe no Quadro 2, cerca de 1/3 ainda não tem financiamento. Entre os que asseguram ter financiamento, 40% repetem a fórmula do portal, a mesma dos grandes grupos

*Independentemente do modelo de negócio, a aposta é em uma estratégia tradicional de fazer jornalismo*

mediáticos. A adoção de uma estratégia comum é algo que desperta a atenção quando miramos o fato de que 62,9% dos empreendimentos foram criados a partir de 2010, depois do início dos enxugamentos nas grandes redações, que adotaram os portais como modelos de editorial para ingressar e sobreviver no mundo digital.

Outra consideração importante, possível a partir do cruzamento estatístico descritivo destes 35 empreendimentos, pode ser observada no Quadro 3. Apesar de apostarem no modelo editorial consagrado, os empreendimentos buscam formas alternativas de se sustentar. Mais de metade assume uma estratégia que inclui formas não tradicionais de financiamento, como doações e realização de atividades não ligadas diretamente à atividade-fim do

Quadro 3 - Cruzamento entre as categorias natureza e estratégias de financiamento das iniciativas

|          |                  |            | Estratégia de Financiamento |             |               |       |
|----------|------------------|------------|-----------------------------|-------------|---------------|-------|
|          |                  |            | Tradicional                 | Alternativa | Não informado |       |
| Natureza | Portal           | Contagem   | 4                           | 10          | 8             | 22    |
|          |                  | % do Total | 11,4%                       | 28,6%       | 22,9%         | 62,9% |
|          | Agência          | Contagem   | 0                           | 3           | 2             | 5     |
|          |                  | % do Total | 0%                          | 8,6%        | 5,7%          | 14,3% |
|          | Associação civil | Contagem   | 0                           | 1           | 0             | 1     |
|          |                  | % do Total | 0%                          | 2,9%        | 0%            | 2,9%  |
|          | Coletivo         | Contagem   | 0                           | 5           | 1             | 6     |
|          |                  | % do Total | 0%                          | 14,3%       | 2,9%          | 17,1% |
|          | Não informado    | Contagem   | 0                           | 1           | 0             | 1     |
|          |                  | % do Total | 0%                          | 2,9%        | 0%            | 2,9%  |
| Total    | Contagem         | 4          | 20                          | 11          | 35            |       |
|          | % do Total       | 11,4%      | 57,1%                       | 31,4%       | 100,0%        |       |

Quadro 4 - Cruzamento entre as categorias natureza e segmento das iniciativas

|          |                  |            | Segmento |                      |                     |          |
|----------|------------------|------------|----------|----------------------|---------------------|----------|
|          |                  |            | Geral    | Cultura/<br>Educação | Direitos<br>Humanos | Economia |
| Natureza | Portal           | Contagem   | 8        | 2                    | 4                   | 6        |
|          |                  | % do Total | 23,5%    | 5,9%                 | 11,8%               | 17,6%    |
|          | Agência          | Contagem   | 3        | 1                    | 0                   | 0        |
|          |                  | % do Total | 8,8%     | 2,9%                 | 0%                  | 0%       |
|          | Associação civil | Contagem   | 0        | 0                    | 0                   | 1        |
|          |                  | % do Total | 0%       | 0%                   | 0%                  | 2,9%     |
|          | Coletivo         | Contagem   | 2        | 0                    | 3                   | 1        |
|          |                  | % do Total | 5,9%     | 0%                   | 8,8%                | 2,9%     |
|          | Não informado    | Contagem   | 0        | 0                    | 0                   | 1        |
|          |                  | % do Total | 0%       | 0%                   | 0%                  | 2,9%     |
| Total    |                  | Contagem   | 13       | 3                    | 7                   | 9        |
|          |                  | % do Total | 38,2%    | 8,8%                 | 20,6%               | 26,5%    |

projeto. Cerca de 1/3 não informa ou não tem estratégia de financiamento, o que levanta questionamentos sobre sua capacidade de se concretizar como negócio jornalístico.

Quando se busca compreender a relação entre modelo de produção/distribuição de notícias e a linha editorial/temática eleita, a partir do Quadro 4 é possível perceber que a linha Geral é a predominante.

Em outras palavras, independentemente do modelo de negócio, a aposta é em uma estratégia tradicional de fazer jornalismo, abordando variados temas, seguindo a tática aberta dos grandes jornais. Uma pequena inflexão pode ser observada entre os coletivos, mas nada que pontue significativamente para mudar a configuração do geral

das estratégias discursivas adotadas pelos projetos alternativos, que, mais uma vez, se mostram mais convencionais do que alternativos.

## 8. Considerações finais

Ensaiaando tendências para o jornalismo pós-industrial, Anderson, Bell e Shirky (2013) apontam que grande parte da questão da institucionalização de novas formas de se fazer jornalismo está ligada à sustentabilidade financeira. Características que garantiram a consolidação do jornalismo no século XX, como a capacidade de interferir na sociedade a partir da cobertura diária dos acontecimentos em uma variedade de assuntos, somente se firmaram porque a imprensa comercial desenvolveu um

modelo de negócio não só sustentável, mas também lucrativo.

Se a virada para a era digital sugere que tal modelo está em crise, por outro lado nossos achados indicam pouca inovação nas fontes de receita e até mesmo na forma de distribuição de conteúdo jornalístico na rede, vide o grande número de portais financiados por meio de anúncios e assinaturas.

A partir da análise estatística descritiva sobre o universo de empreendimentos jornalísticos nativos digitais em São Paulo, pode-se inferir que as estratégias de negócios e as linhas editoriais – em termos de seleção de temas – aproximam projetos alternativos e tradicionais. A incapacidade de financiamento permanece como ponto fraco também entre as propostas fora dos grandes veículos, e nesse aspecto

destaca-se ainda o alto percentual de portais que buscam alternativas não convencionais de financiamento.

No que diz respeito ao potencial “alternativo” das iniciativas analisadas, pode afirmar-se que a principal diferença entre tais portais e os veículos tradicionais é o suporte digital sem equivalente ao produto principal impresso, como ocorre com os grandes jornais da imprensa de referência. Parece inegável que o jornalismo passa por um período de crise, no sentido *moriniano* do termo e com todas as implicações desse sentido. As crises têm um potencial evolutivo, como ensina Morin; no entanto, nos casos aqui analisados, a *práxis* ainda remete mais à manutenção de métodos e procedimentos do que ao desenvolvimento de soluções novas e criativas, que seriam,

aí sim, características de uma crise progressiva.

Este artigo leva em conta um levantamento inicial, com recorte restrito, mas suficiente para sinalizar a limitada inovação no que se refere a novos modelos de jornalismo. Certamente mais estudos são necessários, a fim de indicar possibilidades sustentáveis para que novos projetos ultrapassem o *status* de mídias “alternativas” e possam efetivamente configurar um novo modelo para o exercício do jornalismo na era pós-industrial. Ressaltamos, inclusive, a importância de que sejam desenvolvidos estudos qualitativos sobre essas iniciativas, com foco em discurso, conteúdo e processos de produção jornalística, para que se aprofunde a compreensão do atual momento do jornalismo.

### Referências bibliográficas

- Anderson, C.; Bell, E. & Shirky, C. (2013). Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista ESPM*, 5(2), 30-89.
- Fonseca, V. P. S. (2008). *Indústria de Notícias: Capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre : Editora da UFRGS.
- Morin, E. (1972). L'événement-Sphinx. *Communications*, 18, 173-192. DOI: 10.3406/comm.1972.1273.
- Morin, E. (1984). *Sociologia*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Morin, E. (2016). *Pour une Crisologie*. Paris: Éditions de L'Herne.
- Schudson, M. (2010). *Descobrimos a Notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes.



*Fig.*





# Fact-Checking no Ecosistema Jornalístico Digital:

## Práticas, Possibilidades e Legitimação

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_5\\_2](https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_2)

### Resumo:

O artigo investiga como as plataformas de *fact-checking* se estão a legitimar como instituições de credibilidade no jornalismo contemporâneo. O objetivo é entender quais as suas contribuições e desafios no ecossistema digital, em que emergem novos atores, tecnologias e demandas informativas. Como referencial teórico, utilizamos os trabalhos de Graves e Cherubini (2013) e Stencel (2017) sobre a evolução do *fact-checking* e analisamos os princípios norteadores do *fact-checking* arrolados pela Rede Internacional de Checadores (2016). Nossos objetos de estudo são os projetos brasileiros *Aos Fatos*, *Lupa* e *Truco no Congresso*. Avaliamos seus modos de organização, suas metodologias e os sistemas de classificação de suas checagens, relacionando-os às teorizações de Charaudeau (2013) sobre produção de provas e valor de verdade. Constatamos que a checagem de factos assume crescente importância na cobertura político-administrativa mundial, ao munir os cidadãos de informações relevantes e confiáveis.

**Palavras-chave:** jornalismo digital; *fact-checking*; credibilidade; verificação; *fake News*; discursos públicos

### Abstract:

This article surveys how fact-checking platforms make themselves legitimate as trustworthy institutions in contemporary journalism. The objective is to understand their contributions and challenges in the digital ecosystem, in which new actors, technologies and informative demands arise. As academic references, we work with the studies of Graves and Cherubini (2013) and Stencel (2017) about fact-checking's evolution and analyze the fact-checkers' guiding principles listed by The International Fact-checking Network (2016). The analysis presented on this paper is focused on Brazilian fact-checking projects *Aos Fatos*, *Lupa* and *Truco no Congresso*. We observe their organization and work methods and examine how they classify checked information, relating them to the Charaudeau's research (2013) about proof's production and truth value. We argue that fact-checking has become more significant in the media's global coverage of political and administrative events due to its efforts to provide readers relevant and reliable information.

**Keywords:** journalism; internet; fact-checking; democracy; public statements.

## 1. Introdução

Nas democracias modernas, o jornalismo encontra-se relacionado às funções de narrar os factos, interpretar a realidade e esclarecer os cidadãos. Essa legitimação enquanto campo profissional resulta de um processo histórico alicerçado nos três pilares *lugar social* - prática – escrita (Certeau, 2008). O *lugar social* se constitui a partir de interações e valores deontológicos que se modificam com o tempo, dentro de certo grupo profissional. Significa dizer que, para ser digno de credibilidade, o discurso deve estar atrelado “ao estatuto dos indivíduos que têm o direito regulamentar e profissional, juridicamente definido ou espontaneamente aceite, de proferir discurso semelhante” (Certeau, 2008: 72). Daí advém a noção de *discurso como prática*, segundo a qual o emprego de um conjunto de técnicas de apuração e redação dos textos deriva do exercício desses códigos pelo grupo profissional e do reconhecimento deles por parte dos pares, dos poderes instituídos e da sociedade civil, permitindo estabelecer certas regras de funcionamento para a *escrita* jornalística.

Embora mantenha certo *status* profissional, o jornalismo está a atravessar, desde o início dos anos 2000, uma crise de difícil solução nos próximos anos, relacionada ao colapso de modelos económicos e padrões profissionais obsoletos e à emergência de uma nova ordem informativa. Um dossiê elaborado pela Universidade de Columbia em 2013 investigou o impacto exercido pelas novas tecnologias sobre as práticas e o consumo do jornalismo em terras norte-americanas. Entre suas descobertas está o declínio do capital simbólico e financeiro das grandes redes de mídia nos Estados Unidos, obrigando-as a repensar seus processos, fontes de receita e o próprio exercício do jornalismo com o uso de tecnologias digitais.

Embora seja difícil solucionar o problema do ‘ovo e da galinha’ que atormenta a indústria jornalística neste século 21 (foi a queda da reputação do jornalismo que deixou o setor em dificuldades económicas ou foram as dificuldades económicas que levaram à queda na reputação?), o facto é que tendências nessa área continuam

indicando um só movimento: o de queda. Assim como a matemática do capital monetário, a matemática do capital simbólico do jornalismo parece vítima de uma crise estrutural, não conjuntural (Anderson et. al., 2013: 59).

Um corolário dessa crise vivenciada pelo jornalismo é o apagamento progressivo das fronteiras entre emissor e receptor de notícias. Prova disso é que factos mundialmente noticiados – as manifestações contra os regimes autoritários em países do Norte da África e Oriente Médio, conhecidas como Primavera Árabe (2010), e, em 2016, as ocupações nas escolas e universidades brasileiras em protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional 241/55 – foram divulgados por cidadãos conectados, porém sem formação profissional como jornalistas. Isso deixa claro que, para sobreviver, o jornalismo precisará coexistir com novos atores, tecnologias e formas alternativas de produção e consumo de notícias. Graças a uma tendência mundial de fomento à transparência e à democratização do acesso à informação, os jornalistas do novo milénio

possuem mais ferramentas para apurar, checar e divulgar a informação do que antes. Exemplos disso são as redes sociais, como o Facebook e o Twitter, que servem tanto para acessar a informação em primeira mão, a partir de suas atualizações em tempo real, quanto para viralizar um conteúdo noticioso em poucos minutos. Essas transformações trazem consigo uma série de inseguranças sobre como lidar com a complexidade da informação jornalística dentro do que McLuhan chamou de “aldeia global”. A produção desenfreada de notícias em intervalos exíguos de tempo e a proliferação de notícias falsas são realidades que narcotizam e deformam mais do que informam, potencializando a crise de credibilidade das notícias e do grupo profissional que as produz. É nessa curva de tensão que ascende um desafio central para o jornalismo contemporâneo: adotar práticas que possam assegurar a credibilidade e a relevância do conteúdo noticioso e, ao mesmo tempo, garantir a sobrevivência das instituições midiáticas em uma lógica comercial não amparada no tripé anunciante-veículo de comunicação-público.

*A produção  
desenfreada  
de notícias em  
intervalos exíguos  
de tempos e as  
notícias falsas  
narcotizam a  
informação*

**2. “A revolução não  
será televisionada”:  
será compartilhada  
pela internet**

No novo século, uma das mais profundas questões para as sociedades democráticas é se o jornalismo pode sobreviver como uma fonte de informação independente e confiável (Kovach & Rosenstiel, 2014).

Esta ponderação reflete sobre dois elementos essenciais: a independência – em relação a fontes, interesses políticos e grandes conglomerados de mídia – e a credibilidade da profissão junto ao corpo social. Na esteira das reivindicações por maior independência e transparência no ecossistema digital, cresce o número de projetos apartidários e independentes em todo o mundo. A lógica desses projetos é investir na especialização e na produção de conteúdo de nicho por instituições com *know-how* sobre o assunto. Um exemplo são as plataformas especializadas em *fact-checking*, o objeto deste estudo. A maioria delas possui uma área de atuação bastante

segmentada e atua exclusivamente na internet, veiculando seu conteúdo em *blogs* próprios e disponibilizando suas checagens para os veículos parceiros.

Um ponto-chave para a manutenção da independência administrativa e económica desses projetos são as suas formas de custeio. A transparência, nesse sentido, é fundamental para as agências de *fact-checking*, porque sua credibilidade está ancorada em uma imagem de objetividade quase absoluta, sem vínculos de cunho ideológico, económico ou político que possam “interferir” em suas checagens. Sabemos, contudo, que a ideia de imparcialidade total é ilusória, uma vez que “os factos também podem ser subjetivos” (Graves, 2013: 4) e todo discurso denota um ponto de vista. É justamente nesta questão que se encontra um dos problemas das plataformas de *fact-checking*: a defesa da tese de que ater-se exclusivamente aos factos, por meio de técnicas jornalísticas de apuração/redação instauradas pela cartilha da objetividade, seria suficiente para garantir a isenção absoluta dos checadores e a veracidade

inquestionável das informações avaliadas. Discutiremos essa tensão entre a alegação de neutralidade e a dificuldade de aplicá-la na prática no próximo tópico. Importa agora ressaltar o investimento dessas agências de *fact-checking* em fontes de custeio viabilizadas pelas novas tecnologias e desvinculadas de anunciantes e do capital das grandes empresas. Dentre elas, podemos citar parcerias entre coletivos de mídia, cobrança de assinaturas digitais, financiamento coletivo (*crowdfunding*), doações de organizações filantrópicas e doações de tempo e conhecimento de uma comunidade, como na redação de verbetes para a Wikipédia.

Os projetos de checagem *Aos Fatos*, *Lupa* e *Truco no Congresso* utilizam uma ou mais dessas fontes de financiamento coletivo e dois deles, *Aos Fatos* e *Truco no Congresso*, não veiculam anúncios publicitários em seus sítios. As três organizações atuam em colaboração com cidadãos e parceiros editoriais, além de receberem contribuições da iniciativa privada e de entidades da sociedade civil.

### 3. Notícias falsas, factos verdadeiros: *fact-checking* em tempos de informação líquida<sup>1</sup>

O novo milênio assistiu ao surgimento e ao rápido avanço global do que pode ser considerada uma nova instituição democrática, a verificação independente de factos políticos. As primeiras organizações dedicadas a avaliar publicamente a veracidade de declarações políticas nasceram nos Estados Unidos, no início dos anos 2000 (Spinsanity, em 2001), ancorando o que iria se tornar o padrão da cobertura política executada por quase todas as grandes empresas de mídia no país (Graves e Cherubini, 2016: 6).

Em linhas gerais, a atividade consiste em selecionar uma declaração feita por “autoridades públicas, partidos políticos, candidatos, jornalistas, organizações

<sup>1</sup> Referência ao termo “modernidade líquida”, cunhado por Zygmunt Bauman, que diz respeito à fragmentação de valores e laços afetivos e ao esvaziamento da esfera pública. A referência se justifica por entendermos que o jornalismo também se insere neste processo.



de mídia, associações e outros grupos” (Adair e Stencel, 2016) e verificar a sua veracidade. Embora não seja uma prática exatamente nova – checar as informações antes de publicar é um dos pilares do ofício jornalístico, que presume informações verdadeiras e oriundas de fontes confiáveis –, a verificação de factos está a ganhar fôlego devido à propagação das notícias falsas (*fake news*), especialmente na cena político-eleitoral. Definidas como “artigos noticiosos que são intencionalmente e comprovadamente falsos, e que podem enganar os leitores” (Allcott & Gentzkow, 2017: 213), as notícias falsas têm sido amplamente discutidas pela comunidade académica internacional, por organizações de mídia e por gigantes da internet como Google, Facebook e Wikipedia, após terem desempenhado um papel decisivo nas eleições norte-americanas em 2016. Um estudo publicado pela Universidade de Stanford (2017) concluiu que as notícias falsas foram amplamente compartilhadas e eram fortemente inclinadas a favor de Donald Trump.

A base de dados da pesquisa encontrou 115 histórias falsas pró-Trump, as quais foram

compartilhadas no Facebook 30 milhões de vezes; Já Hillary Clinton teve 41 notícias falsas publicadas a seu favor, compartilhadas 7,6 milhões de vezes (2017: 212).

Nesse contexto, a prática do *fact-checking* nos Estados Unidos foi elevada à condição de ferramenta essencial de verificação de discursos públicos, funcionando como uma estratégia para combater as *fake news* e evitar a viralização de informações falsas.

O Duke Reporters’s Lab identificou 52 iniciativas de *fact-checking* atuando em todo o país na última campanha presidencial. Mais checagem de factos foi consumida por mais gente: todos os “três grandes” (Factcheck.org, PolitiFact e The Washington Post’s Fact Checker) bateram recordes de tráfego neste ano. A checagem ao vivo da transcrição do debate entre os candidatos feita pela National Public Radio foi a iniciativa digital mais popular de sua história (Mantzaris, 2016).

O número de plataformas de *fact-checking* também cresceu em termos

globais. “A contagem atual aumentou 19% em relação a 2016, quando o número de checadores ativos era de 96. O crescimento foi especialmente expressivo na Europa, em que a contagem subiu 44% – de 27 em 2016 para 39 agora” (Stencel, 2017).

Algumas organizações uniram seus esforços para fundar a Rede Internacional de Checadores (International Fact-Checking Network), coordenada pelo Poynter Institute. A Rede foi criada para estimular o diálogo entre as plataformas de checagem de todo o mundo e nortear a atuação delas a partir de um código de princípios construído coletivamente. Para ser signatária do código, a plataforma de *fact-checking* deverá passar por um processo de avaliação no qual comprove seu estatuto jurídico, discrimine suas fontes de financiamento e ateste o respeito aos cinco princípios estabelecidos pelo código em sua atuação. A ideia é garantir checagens de factos independentes e apartidárias, comprometidas com a precisão e veracidade das informações, essenciais para a democracia. O documento estabelece as seguintes diretrizes:

O compromisso com o apartidarismo e a isenção; o compromisso com a transparência das fontes; o compromisso com a transparência da organização e do financiamento; o compromisso com a transparência da metodologia; o compromisso com as correções abertas e honestas (Rede Internacional de Checadores, 2016).

Ao ancorar a sua ação na *transparência* quanto a fontes, modelos de negócio e métodos, na *independência* em relação a governos, mercado e entidades da sociedade civil e na *abertura ao diálogo* com fontes e públicos, a verificação de factos busca se sedimentar como uma alternativa para recuperar a credibilidade perdida pelas instituições jornalísticas. Mais do que uma clássica prática jornalística apresentada sob uma nova roupagem técnica e organizacional, a checagem de factos está a instaurar um novo nicho de mercado, que possui uma lógica de funcionamento própria, responsável por oferecer um serviço altamente especializado e concebido com DNA digital. Significa dizer que os conteúdos

são disponibilizados em plataformas digitais como *blogs*, infográficos e redes sociais por profissionais de elevado conhecimento técnico, capazes de acessar bancos de dados em diversas linguagens e de apresentar as informações em formatos multimídia. Cabe ressaltar, porém, que a checagem de factos como é feita pela maioria das plataformas não se afasta o suficiente da matriz jornalística para caracterizar um novo tipo de proposta informativa; ao contrário, bebe dos fundamentos estruturais do jornalismo para legitimar sua atuação e instrumentalizar seus produtos e serviços.

Posto isso, chegamos a um questionamento central: como *selecionar* o que deve ser checado? Charaudeau (2013: 168) defende que “[a seleção] se faz em função da identidade do declarante e do valor de seu dito. A identidade do declarante pode variar da maior notoriedade possível ao anonimato absoluto”. A partir disso, as plataformas de *fact-checking* estruturaram seu método de seleção em torno de estratégias para alcançar o *valor de verdade*,

que se realiza através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem, objetivante e objetivada, que pode definir-se como um conjunto de técnicas de saber dizer, de saber comentar o mundo. A utilização dessa instrumentação permite construir um ‘ser verdadeiro’ que se prende a um saber produzido por textos fundadores (Charaudeau, 2013: 49).

E quem tem autoridade para atestar se algo é verdadeiro ou não?

O crédito que se pode dar a uma informação depende [...] tanto do *papel* que o informador desempenha na situação de troca, de sua *representatividade* para com o grupo de que é porta-voz, quanto do *grau de engajamento* que manifesta com relação à informação transmitida (Charaudeau, 2013: 52. Grifos do autor).

No caso dos checadores de factos, a legitimidade ancora-se nos valores da independência e da transparência em

suas práticas, bem como no reconhecimento pelos pares e pelo corpo social da validade de seus procedimentos e de seu *lugar social* ético e especializado.

Aqui, contudo, cabe refletir sobre o que Moretzsohn (2007: 187) chamou de *jornalismo de mãos limpas*:

O jornalista consulta suas fontes, ‘relata os factos’ e lava as mãos. Porém as mãos estão sempre sujas, no sentido mais geral de que os jornalistas inevitavelmente ‘make the news’ (na acepção de construção social da realidade).

Isso significa dizer que a adoção e a exposição reiterada dos “rituais estratégicos da objetividade” (Tuchman, 1993) não afasta a responsabilidade dos jornalistas sobre o material por eles produzido. Também não elimina a influência das linhas editoriais dos veículos em que os jornalistas trabalham, dos constrangimentos impostos pelo mercado, nem as próprias convicções pessoais dos jornalistas que checam/produzem a informação. Em outras palavras, não há garantias de que os factos checados, por mais

## *A verificação de factos na mioria das plataformas não se apresenta como uma nova proposta informativa*

rigorosa que seja a metodologia empregada e por mais transparente que seja a organização checadora, estarão absolutamente livres de qualquer inclinação ideológica, política ou mesmo mercadológica.

Embora esses procedimentos possam fornecer provas demonstráveis de uma tentativa de atingir a objetividade, não se pode dizer que a consigam alcançar. De facto, tem sido sugerido que esses procedimentos 1) constituem um convite à percepção seletiva, 2) insistem erradamente na ideia de que ‘os factos falam por si’, 3) são um instrumento de descrédito e um meio de o jornalista fazer passar a sua opinião, 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística e 5) iludem o leitor ao sugerir que a ‘análise’ é convincente, ponderada ou definitiva (Tuchman *apud* Traquina, 1993: 88).

Isso não significa dizer que as plataformas de *fact-checking* não são éticas e não atendem à função de municiar os cidadãos com informações verdadeiras e de credibilidade. Pelo

contrário: essa constatação corrobora a relevância da atuação das plataformas de *fact-checking* para a vida coletiva, uma vez que traz à tona questões tradicionalmente sub-reptícias como as intencionalidades e as relações de poder dentro dos poderes instituídos e, claro, das engrenagens da própria mídia. A checagem de factos pode funcionar como um dispositivo para escrutinar as atividades das altas esferas de decisão e ensejar uma *leitura crítica da mídia* por si mesma e pelos cidadãos, utilizando-se das informações checadadas e das metodologias empregadas para fortalecer o ideal democrático, na medida em que a transparência e o rigor técnico-metodológico, aliados ao compromisso precípua de informar com vistas ao interesse público, consubstanciam a espinha dorsal da atividade jornalística.

#### **4. *Fact-checking* no Brasil: a experiência de *Aos Fatos*, Lupa e Truco no Congresso**

Analogamente ao que acontece no cenário internacional, o ecossistema digital brasileiro assiste ao crescimento, nos últimos cinco anos, de uma série

*Não há garantia  
que os factos  
checados estejam  
livres de inclinações  
ideológicas,  
políticas ou  
mercadológicas*

de organizações jornalísticas sem fins lucrativos, focadas no resgate da informação a serviço do interesse público.

Muitas dessas *start-ups* ganharam maior visibilidade em 2013, quando a população foi às ruas das maiores cidades brasileiras para protestar contra o aumento das passagens de ônibus. Inesperadamente, o tamanho das manifestações cresceu, assim como a abrangência das questões, abrangendo corrupção, os vieses adotados pela mídia corporativa e violência policial. Esses protestos simbolizaram o fim de um período de crescimento económico e otimismo, quando o Brasil pareceu ‘a China da América Latina’ (Maisonnave, 2016).

Na esteira dessas discussões de cunho político, social e midiático, cresceu a necessidade de se ter um cenário informativo mais democrático, plural e analítico, menos susceptível a influências políticas e económicas externas. Emergiram, então, projetos jornalísticos apresentados como uma expressão alternativa ao conteúdo veiculado pelas grandes redes de



comunicação que, até o fim do século XX, dominavam a cena jornalística brasileira<sup>2</sup>.

Para lançar um olhar crítico sobre a cobertura política do país, as plataformas *Aos Fatos*, *Lupa* e *Truco no Congresso* atuam, desde 2015, na checagem de factos relacionados ao universo dos *discursos públicos*, em especial os de políticos e de autoridades que integram os três poderes da República. Analisaremos os seus modos de organização, metodologias de checagem e sistemas de avaliação das declarações checadas.

## 5. Modos de organização

A atuação dos projetos brasileiros de *fact-checking* fundamenta-se na tríade *transparência* nas práticas, estabelecimento de *parcerias* e modelos de negócio baseados em *múltiplas fontes de financiamento*. Com efeito, verifica-se que as três plataformas disponibilizam em seus

sítios uma área destinada à exposição de suas parcerias editoriais, dos colaboradores (internos e externos) e das fontes de custeio.

*Aos Fatos* é a única dentre as três agências a não estar associada a nenhuma outra organização midiática, o que confere maior independência à sua atuação por ser realizada exclusivamente pela equipa da própria plataforma. A *Lupa*, por sua vez, tem seu *blog* e sua redação incubados no portal da revista *Piauí*, pertencente à Editora Abril, um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil, o que caracteriza um vínculo institucional e operacional com a empresa. Já o *Truco no Congresso* é fruto de uma parceria entre as equipas da Agência Pública e do Congresso em Foco, dois coletivos independentes de mídia que reúnem profissionais de áreas diversas para produzir conteúdo jornalístico.

No tocante às fontes de receita, a *Lupa* também difere das demais por ser subsidiada pela iniciativa privada, na forma de parcerias comerciais com redes de comunicação e de investimentos de um colaborador fixo, o empresário

João Moreira Salles. Apesar de seu DNA digital e sua abertura à colaboração do público para sugerir checasgens, a *Lupa* não adota o *crowdfunding* como fonte de financiamento, ao contrário das outras duas. *Aos Fatos* e *Truco no Congresso*, além de receberem contribuições diretas dos seus leitores, também obtêm recursos por parte de entidades filantrópicas e de investimentos individuais de seus membros. Contudo, em que pese o crescimento dessas organizações, em entrevista ao *Nieman Reports*, a co-fundadora de *Aos Fatos*, Tai Nalon, afirmou:

O escasso capital de risco é o maior obstáculo. Nós não temos um ecossistema próspero de fundações para apoiar a cena emergente de organizações de mídia independentes. A maioria dos jornais e revistas depende da renda de algumas empresas ou do governo. (Maisonave, 2016).

Apesar disso, no mesmo artigo, o diretor do *Knight Center for Journalism in the Americas*, Rosental Alves, defende um prognóstico positivo para este modelo de negócio nos próximos anos:

2 Segundo Costa (2014: 181), trata-se dos grupos familiares Marinho (Globo), Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Frias (Folha de S. Paulo), Levy (Gazeta Mercantil), Mesquita (O Estado de S. Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil), Saad (Bandeirantes) e Sirotsky (Rede Brasil).

“Existe esperança para o jornalismo sem fins lucrativos. Os negócios da mídia tradicional estão encolhendo tanto que essas plataformas podem ser criadas e serem sustentáveis” (*apud* Maisonnave, 2016).

Interessa observar também a colaboração entre as próprias plataformas nas coberturas de grandes eventos, unindo seus recursos humanos e tecnológicos para obter maior agilidade, precisão e pluralismo nas checagens. Como exemplo, tem-se a cobertura do último debate entre os candidatos a prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella e Marcelo Freixo, nas eleições de 2016, “a primeira colaboração em tempo real entre os principais grupos de *fact-checking* do Brasil” (Osborn, 2016). *Aos Fatos*, *Lupa* e *Truco no Congresso* fizeram uma transcrição coletiva do debate entre os candidatos, disponibilizando-a em seus próprios sítios e redes sociais em tempo real, o que aumentou bastante o alcance da cobertura. Este tipo de iniciativa é fundamental para municiar os eleitores com informações sobre as propostas e a autenticidade dos dados apresentados pelos candidatos.

### 5.1 Metodologias de checagem

As três plataformas demarcam claramente o seu lugar de fala como “organismos especializados” (Charaudeau, 2013: 53) em *fact-checking*, isto é, organizações aptas institucional e tecnicamente a verificar dados, contextualizar informações e relatar as conclusões encontradas. Para assegurar sua credibilidade, é essencial que as checagens sejam guiadas por uma metodologia rigorosa, com procedimentos aplicáveis a todas elas indistintamente. Mais ainda: é necessário provar a autenticidade dos dados obtidos.

*Fornecer a prova* das explicações significa mostrar o que, por definição, é invisível: os motivos dos factos ou sua possível consequência [...]. Esse domínio da verdade é, pois, o do raciocínio, o da possibilidade de remontar ou descer no encadeamento causal, e assegurar sua validade através das provas mais incontestáveis possíveis. Nas mídias, os procedimentos que permitem atingir essa forma de verdade são os que dependem

da demonstração, cujos meios são diversos: uns se obtêm pela análise (apelando, por exemplo, para especialistas ou peritos que podem trazer provas científicas ou técnicas), outros através de uma investigação, outros ainda através unicamente do poder demonstrativo da imagem em sua função de visualização do que não se vê. É preciso que, ao término da demonstração, a mídia possa dizer: ‘Eis por que aconteceu assim’ (Charaudeau, 2013: 90).

Fornecida a prova do que foi dito – ou diante da ausência de material probatório –, como avaliar a veracidade ou a falsidade de uma declaração? Para facilitar as comparações entre os procedimentos de cada plataforma, transcrevemos suas metodologias.

#### a) *Aos Fatos*:

Selecionamos uma declaração pública. Analisamos sua relevância. Consultamos a fonte original para checar sua veracidade. Consultamos fontes oficiais, para confirmar ou refutar a informação.

Consultamos fontes alternativas, que podem subsidiar ou contrariar dados oficiais. Registramos todas elas, de modo acessível, no texto. Contextualizamos [...] Para chegar a qualquer conclusão, a checagem passa pelas mãos de ao menos um repórter e um editor. Ambos devem chegar a um veredito a respeito do selo que será concedido à declaração ou à informação checada. Se necessário, um terceiro jornalista da equipe fixa deverá ser consultado, para tirar a prova real (2016).

b) *Lupa:*

Ao selecionar a frase que será checada, a Lupa adota três critérios de relevância. Dá preferência a afirmações feitas por personalidades de destaque nacional, sobre assuntos de relevância (que afetam diversos brasileiros ao mesmo tempo) e/ou que tenham ganhado destaque na imprensa ou nas redes sociais (2015a).

[...] Uma vez decididas as pautas do dia, o repórter faz um

*A atividade não  
se afasta muito  
dos tradicionais  
métodos de  
apuração  
jornalística*

levantamento das informações já publicadas sobre o assunto em questão. Nesta fase, consulta jornais, revistas e sítios. Depois, ele se debruça sobre bases de dados oficiais e inicia o processo de garimpo de informações fidedignas. Na ausência de dados públicos ou diante da necessidade de saber mais sobre o assunto a ser checado, o repórter recorre às Leis de Acesso à Informação e/ou às assessorias de imprensa. Em seguida, vai a campo, levando consigo os meios tecnológicos que julgar necessários: foto, áudio ou vídeo. Para concluir uma checagem, o repórter ainda pode recorrer à análise de especialistas (2015).

c) *Truco no Congresso:*

Ao fazer uma checagem, entramos em contato com a pessoa responsável pela frase e perguntamos qual é a fonte daquela informação. Depois verificamos a origem dos dados ou o documento original. Também buscamos fontes alternativas e recorremos a

especialistas quando necessário. No passo seguinte, adicionamos contexto. Após a apuração, atribuímos a qualificação adequada [...] Por fim, voltamos a entrar em contato com o autor da frase e damos uma última chance para que se explique, diante da nossa conclusão (2015).

Embora haja algumas particularidades no trabalho de cada agência, a base dos procedimentos é a mesma: estabelece-se contato com a fonte original da declaração; depois, confronta-se o que foi dito com os dados oficiais e, se for o caso, com fontes alternativas e/ou especializadas; por fim, contextualiza-se a declaração visando ampliar a compreensão do público acerca do tema. Como afirmamos acima, a atividade não se afasta muito dos tradicionais métodos de apuração jornalística: o que difere é o rigor em sua aplicação, a transparência no diálogo com os autores das declarações e com os leitores e a atribuição de *valor de verdade* (ou de ausência dela) aos discursos públicos por meio de provas objetivamente verificáveis.

## 5.2 Sistemas de classificação das declarações

Cientes de que a categorização binária em “verdadeiro” ou “falso” não abarcaria a complexidade dos discursos checados, as três agências criaram selos/etiquetas/cartas (terminologia adotada, respectivamente, por *Aos Fatos*, *Lupa* e *Truco no Congresso*) para tentar aferir *quão verdadeira* é uma informação, estabelecendo uma espécie de “escala de verdade”. Como ocorre com as metodologias, esses sistemas de classificação funcionam de acordo com o mesmo princípio norteador e, portanto, operam com categorias de análise similares. Embora os três projetos coloquem as categorias “verdadeiro” e “falso” nos polos de sua categorização, há variações entre os “graus de veracidade” situados entre esses extremos.

*Aos Fatos* conta com cinco selos de classificação: *verdadeiro*; *impreciso*, o qual indica que “[a informação] necessita de contexto para fazer sentido” (2015); *exagerado* “é para aquelas declarações que não são totalmente mentirosas, mas que têm pouco amparo na

realidade [...]” (2015); *falso*; *insustentável* se aplica àquelas declarações cujas premissas não podem ser refutadas nem confirmadas.

*Lupa* emprega uma classificação parecida, porém acrescenta mais três etiquetas: *Verdadeiro*; *Verdadeiro, mas*: “A informação está correta, mas o leitor merece mais explicações” (2015); *Ainda é cedo pra dizer*: “A informação pode vir a ser verdadeira. Ainda não é”; *Exagerado*: “A informação está no caminho certo, mas houve exagero” (2015); *Contraditório*: “A informação contradiz outra difundida antes pela mesma fonte” (2015); *Insustentável*: não há dados públicos que comprovem a informação (2015); *Falso*; *De olho*: “Etiqueta de monitoramento” (2015).

Inspirado no jogo de cartas “Truco”, o *Truco no Congresso* emprega termos relacionados ao jogo para avaliar as declarações. “*Blefe*” é carta atribuída às informações consideradas falsas e “*Zap!*” diz respeito a uma “informação correta e também relevante” (2015). Os indicadores “*Não é bem assim*” – o qual se refere a uma



“informação exagerada, distorcida ou discutível” (2015) – e “*Tá certo, mas peraí*” – utilizado para apontar “informação correta, mas que merece ser contextualizada” (2015) – contêm semelhanças com os marcadores “Exagerado”, presente nas checagens de *Aos Fatos* e *Lupa*, “Impreciso”, usado por *Aos Fatos* e “Verdadeiro, mas”, da *Lupa*. A principal inovação proposta pelo *Truco no Congresso* em seu sistema de avaliação é a carta “*Truco!*”, que propõe um “desafio público relativo a declarações aparentemente infundadas ou polêmicas, feitas dentro ou fora do plenário, [em que] uma série de perguntas será enviada ao parlamentar” (2015). A atribuição do “*Truco!*” a um discurso abre espaço para o diálogo entre a plataforma checadora e o autor da declaração, instaurando um debate entre autor e verificador da fala.

## 6. Considerações Finais

Discutimos, neste artigo, a atuação do *fact-checking* como instrumento legitimado para avaliar a veracidade das informações que integram o debate público. Em um cenário de *fake news*

*Todo o discurso é  
atravessado por  
convicções pessoais e  
coletivas e, portanto,  
deve ser observado  
de maneira crítica*

e de resignificação de paradigmas no jornalismo, essa prática se apresenta como um caminho para recuperar a credibilidade e fortalecer as coberturas jornalísticas sobre os temas de interesse público. Concluímos que, apesar do amplo uso das tecnologias digitais, as plataformas de checagem de factos não abandonaram os objetivos democráticos nem princípios basilares da *praxis* jornalística.

É neste entrecruzamento de tradição e inovação que o *fact-checking* se consolida como um novo nicho de mercado para os jornalistas. Todo o rigor metodológico, contudo, não garante a isenção absoluta nem o afastamento total de influências políticas, corporativas e ideológicas das checagens, uma vez que todo discurso, inclusive o jornalístico, é atravessado por convicções pessoais e coletivas e, portanto, deve ser observado de maneira crítica, ainda que alegue a utópica neutralidade. Isso abre espaço para mais uma possibilidade para o *fact-checking*: a fiscalização da atuação da própria mídia à luz da mesma metodologia de checagem dos discursos públicos.

Observamos que o fortalecimento dessas organizações apartidárias e independentes revela a importância do *fact-checking* na cobertura político-administrativa em vários países, atuando em prol de desmentir informações falsas, apontar incoerências e municiar cidadãos com dados confiáveis. Isso pôde ser verificado tanto no Brasil, quanto no mapa jornalístico internacional.

Reconhecemos, contudo, que os desafios para essas organizações ainda são muitos. Dentre eles, destacamos a ampliação de seus escopos de atuação para além da seara político-administrativa, especialmente no que se refere à extensão dessa fiscalização para a esfera da própria mídia, e encontrar alternativas para sobreviver institucional e financeiramente.

### Referências bibliográficas

- Adair, B. & Stencel, M. (22 de novembro de 2016). How we identify fact-checkers. *Duke Reporters' Lab*. Recuperado de: <http://reporters-lab.org/how-we-identify-fact-checkers/>.
- Allcott, H. & Gentzkow, M. (2017). Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, 31 (2), 211-236.
- Agência Lupa (15 de outubro de 2015). Quem somos - As dez perguntas mais frequentes. *Agência Lupa*. Recuperado de: <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/quem-somos/>.
- Anderson, C. W., Bell, E. & Shirky, C. (2013). Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo ESPM*, 5(2), 30-89.
- Aos Fatos (2016). Nosso Método. *Aos Fatos*. Recuperado de: <https://aosfatos.org/nosso-metodo>.
- Certeau, M. (2008) *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Charaudeau, P. (2013). *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto.
- Costa, C. T. (2014). Um modelo de negócio para o jornalismo digital. *Revista de Jornalismo ESPM*, 9, 51-115.
- Graves, L. (2013). *Deciding What's True: Fact-checking journalism and the new ecology of news*. Nova Iorque: Columbia University.
- Graves, L. & Cherubini, F. (2016). *The rise of fact-checking sites in Europe*. (Relatório, Reuters Institute for the Study of Journalism). Recuperado de: <http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/The%20Rise%20of%20Fact-Checking%20Sites%20in%20Europe.pdf>

- International Fact-checking Network (2006). International Fact-Checking Network fact-checkers' code of principles. *Poynter Institute for Media Studies*. Recuperado de: <http://www.poynter.org/fact-checkers-code-of-principles/>
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2014). *The Elements of Journalism: What newspeople should know and the public should expect*. Nova Iorque: Three Rivers Press.
- Maisonnave, F. (8 de janeiro de 2016). Revitalizing Journalism in Brazil. *Nieman Reports*. Recuperado de: <http://niemanreports.org/articles/revitalizing-journalism-in-brazil/>
- Mantzarlis, A. (10 de novembro de 2016). Fact-checking under President Trump. *Poynter Institute*. Recuperado de: <http://www.poynter.org/2016/fact-checking-under-president-trump/437671/>
- Moretzsohn, S. (2007). *Pensando Contra os Fatos: Do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan.
- Osborn, C. (4 de novembro de 2016). Amid political turmoil, Brazilian fact-checking grows. *Poynter Institute*. Recuperado de: <http://www.poynter.org/2016/amid-political-turmoil-brazilian-fact-checking-grows/437310/>
- Stencel, M. (28 de fevereiro de 2017). Internacional fact-checking gains ground, Duke census finds. *Duke Reporters' Lab*. Recuperado: <https://reporterslab.org/category/fact-checking/#article-1472>
- Truco no Congresso (2015). Página Inicial/Truco no Congresso. *Truco no Congresso*. Recuperado de: <http://apublica.org/projeto-truco-no-congresso/>
- Tuchman, G. (1993). A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In Traquina, N. (org.) *Jornalismo: Questões, teorias e 'estórias'* (pp. 74-90). Lisboa: Vega.







*Juliana Bulhões Alberto  
Dantas*

Universidade de Brasília

julianabulhoes.ad@gmail.com

*Elton Bruno Barbosa  
Pinheiro*

Universidade de Brasília

eltonbrunopinheiro@gmail.com

*Vinícius Pedreira  
Barbosa da Silva*

Universidade de Brasília

pedreirabarbosa.vinicius@gmail.com

*Vanessa Beltrame*

Universidade de Brasília

vanessa.beltrame07@gmail.com

*Hadassa Ester David*

Universidade de Brasília

hadassaester.david@gmail.com

# *Crise, Precarização e Mudanças Estruturais no Jornalismo:*

*Reflexões Sobre Tendências Teóricas<sup>1</sup>*

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_5\\_3](https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_3)

## *Resumo*

É comum nos depararmos com um discurso de que o Jornalismo atravessa uma crise de valores, de identidade e de mercado. Também é comum a abordagem teórica de que a profissão de jornalista passa por uma precarização e que essa prática social tem sofrido modificações em suas estruturas. Diante desse contexto, traçamos aqui uma discussão teórico-epistemológica acerca do uso dos conceitos-chave crise jornalística, precarização da profissão de jornalista e mudanças estruturais no Jornalismo, tendências teóricas atuais no contexto de pesquisas acadêmicas brasileiras que versam sobre Jornalismo.

**Palavras-chave:** jornalismo; crise do jornalismo; precarização do jornalismo; mudanças estruturais no jornalismo.

## *Abstract*

Usually we are faced with a speech that Journalism is going through a crisis of values, identity and market. It is also common the theoretical approach that the profession of journalist goes through a precarization and that this social practice has undergone modifications in its structures. In this context, we present here a theoretical-epistemological discussion about the use of the key concepts journalistic crisis, precarization of the journalist profession and structural changes in Journalism, current theoretical trends in the context of Brazilian academic research on journalism.

**Keywords:** journalism; crisis of journalism; precarization of journalism; structural changes in journalism.

1 Uma versão desse artigo foi apresentada no 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.



## **1. Introdução**

As tecnologias digitais, ao mesmo tempo que facilitaram a produção e captação de notícias – trazendo mais rapidez e velocidade ao processo –, possibilitaram às empresas concentrarem funções distintas em um único profissional, para que, assim, este venha a realizar mais etapas da produção da matéria jornalística. Tudo isso acompanhado da necessidade de produzir o mesmo conteúdo para diversos modelos, formatos e espaços midiáticos. A informatização permitiu reduzir custos, bem como facilitou a coleta de informações. Sentado, sem precisar de se deslocar, o jornalista recebe rótulos de profissional polivalente e multimídia, embora não receba um salário múltiplo. A exploração aumentou e agora os jornalistas trabalham em mais de uma função e recebem o equivalente a apenas uma. Ou seja, há uma sobrecarga de trabalho, sem remuneração extra. Eles se esgotam mais, bem como estão mais sujeitos ao estresse.

O ofício passa por mudanças e dilemas. Enfrenta crises e desafios. O fato é que a atividade se tem tornado cada vez mais difícil, já que o trabalho

e as responsabilidades aumentaram, sem qualquer benefício. O jornalista se sente pressionado a desenvolver novas habilidades e competências para sobreviver. De olho no lucro, a estratégia das empresas de reduzirem os custos vai além das demissões e da transformação do jornalista em um multitarefas. A aceleração da circulação de informação diminuiu o tempo para serem feitas a apuração e a checagem, trazendo empobrecimento e padronização da linguagem, bem como a transformação do conteúdo em simples distração, espetáculo e entretenimento.

Os jornalistas também enfrentam dilemas éticos quanto ao modo de conseguir e divulgar as informações. No meio digital é comum publicar primeiro e revisar, checar ou corrigir depois. O desrespeito pela vida humana fica cada vez mais evidente. Diante de tais condições, o Jornalismo vem se tornando cada vez mais duvidoso; falta credibilidade e as notícias estão cada vez menos confiáveis. Somado a esses fatores, o jornalista agora não detém mais a exclusividade sobre a notícia, no sentido em que, no meio digital, bem como em um contexto de redes sociais digitais, o público não é mais

mero consumidor de informação, mas participa também ativamente na construção e circulação das mensagens e conteúdos informativos.

Parafraseando *Ciro Marcondes Filho* (2002), a saga (dos cães perdidos) continua. O que nos resta, mais do que nunca, é refletirmos sobre valores, identidade e legitimidade da profissão e buscar alternativas para a incerteza desse cenário de convergência digital e crise jornalística.

## **2. A (complexa) crise do jornalismo**

As atuais discussões sobre crise do Jornalismo são, na verdade, frutos de velhas inquietudes que compõem a miríade dos dinâmicos debates relacionados ao seu modelo de negócios, aos impactos ocasionados pelas novas tecnologias, às mudanças nas práticas profissionais, à sua relevância enquanto instrumento conformador do espaço público, à pesquisa e à agenda de estudos dessa prática social e de conhecimento (Meditzsch, 1997).

Concordamos com *Eduardo Meditzsch* (1997: 11), segundo o qual “ao se deixar de considerar o jornalismo

apenas como um meio de comunicação para considerá-lo como um meio de conhecimento, estará se dando um passo no sentido de aumentar a exigência sobre os seus conteúdos”. Ainda de acordo com o referido autor,

considerar o jornalismo como modo de conhecimento implica também em aumentar a exigência sobre a formação profissional dos jornalistas, que deixam de ser meros comunicadores para se transformarem em produtores e reprodutores de conhecimento (Meditsch, 1997: 12).

Pesquisadores como Florence Le Cam, Fábio Pereira e Denis Ruellan (2015: 13) apontam que “a retórica sobre a crise do jornalismo é por si só um dos discursos mais permanentes e mais recorrentes”. Apoiamos essa afirmação, ponderando que tanto a prática jornalística quanto a pesquisa em Jornalismo carregam, ao longo de seus percursos, desafios no que se refere, por exemplo, às mutações dos diversos cenários que os enquadram (social, cultural, tecnológico etc.).

De acordo com Bruno Leal, Phellipy Jácome e Nuno Manna (2013: 01), essa crise:

*As reiteradas reflexões sobre tal crise não são algo novo para o Jornalismo. Afinal, “crise” ou “crises” não surgem instantaneamente, mas são frutos de processos contextuais, complexos e dinâmicos*

ora é recebida sob olhares positivos, como parte das transformações históricas que envolvem qualquer fenômeno cultural, ora tem como resposta manifestações [...] de apelo à importância de certas características fundamentais do jornalismo.

Para eles, a crença em uma crise do Jornalismo é, nesse sentido, carente de historicidade, o que consequentemente significa uma urgente necessidade de investigar se a “afamada crise seria mesmo do jornalismo, ou se corresponderia, na verdade, aos seus modos de compreensão” (Leal *et al.*, 2013: 1).

Em linhas gerais, a crise do Jornalismo envolve historicamente razões políticas, econômicas, tecnológicas e culturais. As reiteradas reflexões sobre tal crise, as quais parecem atualmente acenar com mais pujança, talvez pelas constantes reconfigurações tecnológicas que ocorrem em um ritmo demasiadamente acelerado, não são algo novo para o Jornalismo. Afinal, “crise” ou “crises” não surgem instantaneamente, mas são frutos de processos contextuais, complexos e dinâmicos.

Nesse sentido, perguntas como “o Jornalismo está em crise?” e “o Jornalismo vai acabar?” refletem “um sintoma da sensação de insegurança que se abate atualmente sobre a atividade” (Lopes, 2011: 02). A autora Fernanda Lopes (2011) alerta que, antes de perguntar sobre o fim da atividade, o ideal seria questionar sobre os padrões de Jornalismo que estão moribundos, ou, criticamente, dedicar-se a uma abordagem contextual, na qual fiquem explícitos, por exemplo, que práticas e aspectos contemporâneos colaboram para potencializar o que se tem chamado de crise e que precisam ser estudados e reconfigurados.

Da tentativa de explicitar, ainda que sinteticamente, a origem da crise do Jornalismo, cabe-nos, portanto, partir para a reflexão um pouco mais aprofundada a respeito de alguns aspectos aos quais ela está complexamente atrelada na contemporaneidade. Isso porque sabemos que também existem questões inerentes ao atual panorama social e comunicacional que se entrecruzam de modo transversal ao campo jornalístico, cujos produtos, processos e práticas são burilados

pela atividade de uma “sociedade em vias de midiatização” (Fausto Neto, 2015: 170).

Para Adriana Barsotti (2014: 13), por exemplo, o Jornalismo é atravessado pela crise da modernidade. Segundo ela, a crise do Jornalismo é anterior à internet, porém esta acelerou o processo. Enfatizando a questão dos jornais, a referida autora destaca a circulação em queda (em detrimento do aumento no número de jornais), o encolhimento da receita publicitária, os cortes nas redações e a expansão rumo aos meios digitais. Barsotti (2014) acredita que a atual fase do Jornalismo, que corresponde ao da era eletrônica, põe em xeque a profissão de jornalista, mas que, no fim das contas, torna-o mais necessário. A pretensão dela não é atribuir as mudanças no campo do Jornalismo exclusivamente ao avanço das novas tecnologias digitais, mas destacar a importância de observarmos essa dinâmica.

Na perspectiva de Lopes (2011: 3), “pensar sobre as instabilidades do jornalismo sob a perspectiva do indivíduo jornalista também é uma estratégia interessante”. É preciso ressaltar que, no Brasil, a noção da crise na área foi notadamente aguçada no ano de 2009,

a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal em extinguir a exigência do diploma em Jornalismo para a execução da prática profissional. Entretanto, mais do que na exigência diploma, pontuamos uma crise no que se refere à identidade profissional desse sujeito. Lopes (2011: 03-04) explica que “nem sempre os jornalistas foram reconhecidos como profissionais. No Brasil, esse *status* só começa a ser reivindicado a partir do século XX, embora já se tenha registro da atividade de impressão de periódicos desde 1808”.

Consequentemente, também emergem preocupações sobre a pesquisa em Jornalismo. Sobre isso, Fausto Neto (2015: 174) pondera:

parece que o jornalismo e os jornalistas estariam na contramão dessas preocupações, na medida em que é repetida a interrogação: qual o futuro dessa profissão? O jornalismo terá futuro após a emergência dessas tecnologias que invadem o tecido social?.

Ao relacionar essas inquietações, Fausto Neto (2015) assinala que se tratam de questões abordadas com certa

ênfase em muitos centros de pesquisa ao se debruçarem sobre a profissão e a formação dos jornalistas no Brasil e no mundo. O autor enfatiza que as respostas dadas a essas perguntas são, muitas vezes, frutos de locais de fala cujos interesses parecem sem a necessária reflexão analítica, insinuando decretar que a pesquisa e a própria formação em Jornalismo são um problema.

Outras preocupações ponderadas por Fausto Neto (2015), contundentes no que se referem aos atuais reflexos de uma crise em torno do Jornalismo, e que merecem estudos ainda mais especificados são: os temas da agenda jornalística, a ascensão do leitor e a necessidade do jornalista em “recuperar o lugar protagônico de narrador e produtor dos acontecimentos” (Fausto Neto, 2015: 174). São importantes de serem destacadas as mutações ocasionadas pela cultura sociotécnica, na qual os indivíduos passam a ter mais acesso aos processos comunicacionais como sujeitos ativos.

Além disso, não podemos esquecer-nos das complexas reconfigurações nas relações e rotinas de trabalho dos jornalistas, em que cabe a pergunta, também sintomática de crise: o que

fazer quando o acontecimento “passa a ser monitorado por um outro desenho de divisão social do trabalho, sobre o qual aparecem muitas variáveis como o da terceirização de atores no âmbito do ofício, a emergência dos administradores de conteúdos” (Fausto Neto, 2015: 177).

Sobre a ascensão do leitor, é importante a compreensão de que se trata não simplesmente de fazer um jornalismo colaborativo, mas que isso reflete o complexo sintoma da crise atual, de “deslocar o leitor para uma atividade produtiva, para a coprodução da conjuntura da noticiabilidade, segundo a lógica do fazer mais com menos...” (Fausto Neto, 2015: 178).

A respeito da necessidade do jornalista em recuperar o lugar protagônico de narrador e produtor dos acontecimentos, talvez esse seja o maior e, de fato, o mais complexo desafio no âmbito da crise do Jornalismo. Contudo, superá-lo depende, sobretudo, do trabalho de pesquisa.

### **3. Precarização da profissão de jornalista**

Entendemos por precarização um conjunto de fatores relativos às

condições de trabalho, o que faz com que a prática profissional apresente dificuldades no seu pleno exercício. No campo jornalístico, as longas e intensas jornadas de trabalho, o acúmulo de funções e os baixos salários, têm sido citados de maneira recorrente por pesquisadores do assunto como indícios que determinam um processo em andamento de precarização da profissão.

A partir do contexto brasileiro, Graça Druck (2011) mapeou seis tipos de precarização do trabalho: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; intensificação do trabalho e terceirização; insegurança e saúde no trabalho; perda das identidades individual e coletiva; fragilização da organização dos trabalhadores; e condenação e descarte do Direito do Trabalho.

Desses, acreditamos que, na profissão de jornalista, prevalece o segundo tipo, que, de acordo com a autora,

é encontrado nos padrões de gestão e organização do trabalho – o que tem levado a condições extremamente precárias, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho,



polivalência etc.) (Druck, 2011: 48).

Samuel Lima (2015) foi mais específico ao apontar cinco indicadores mais fortes de precarização do trabalho do jornalista no Brasil: jornada de trabalho excessiva; intensidade do trabalho; vínculos empregatícios precários; baixos salários; e indícios de multifunção.

Também se tratando da realidade brasileira, ao mostrar as origens desses problemas, Francisco Sant’Anna (2005: 16) relata que os veículos de comunicação “reduziram suas equipes, eliminaram coberturas jornalísticas setorializadas, dispensaram os profissionais”. Nesse contexto apresentado pelo autor, é válido lembrar que os jornalistas brasileiros também convivem com o temor constante dos “passaralhos” nas redações. Passaralho é o termo pejorativo que ilustra as demissões em massa nos veículos de comunicação e “remete a pássaros, revoadas de algo que destrói tudo por onde passa” (Fonseca *et al.*, 2013: 1). São também elucidados aspectos de como esses eventos ocorrem e de que maneira eles influenciam no trabalho dos profissionais do campo jornalístico.

Ainda dentro dessa temática, o projeto de Jornalismo de Dados, intitulado *Volt Data Lab*, realizou o levantamento “Um panorama sobre as demissões de jornalistas brasileiros desde 2012” (Spagnuolo, 2015). O estudo mostra que, entre 2012 e junho de 2015, pelo menos 1.084 jornalistas foram demitidos, de um total de 3.568 trabalhadores dispensados em aproximadamente 50 empresas de comunicação do Brasil. Entre os que mais demitiram, está a *Editora Abril*, que, em três anos, mandou embora ao menos 440 pessoas (163 jornalistas), seguida pelos grupos *Estado e Folha*, com ao menos 65 demissões cada um. Como os dados da pesquisa foram coletados a partir de notícias publicadas em sítios especializados na divulgação de informações sobre a imprensa brasileira, Sérgio Spagnuolo (2015) admite que provavelmente houve bem mais demissões.

Por outro lado, além dos que temem a demissão, há aqueles que mantêm vínculos precários de trabalho. Segundo Lima (2015), esses representam cerca de 30% dos jornalistas brasileiros, que são os *freelancers*, os que têm contrato de prestação de

serviço, os que trabalham como pessoa jurídica (PJ), entre outros. “Ou seja, praticamente um em cada três profissionais é impactado por esse tipo de vínculo instável e precário” (Lima, 2015: 221).

Em sua pesquisa com jornalistas de Brasília, Cláudio Silva (2014) constata que a prática da “pejotização” - expressão derivada do termo pessoa jurídica, ou seja, que tem registro empresarial - tem aumentado, e que ela é percebida pelos profissionais como uma expressão da precarização. O autor assinala o fato de que alguns desses trabalhadores afirmam que foram obrigados pelos contratantes a mudar a forma de contrato, abandonando o vínculo celetista para se transformar em PJ.

Entre os prejuízos mais evidentes, estão os materiais: “o trabalhador está sem FGTS, sem 13º salário, sem participação nos lucros, sem o pagamento de hora-extra, sem plano de saúde, sem seguro-desemprego etc.” (Silva, 2014: 113). Ainda sobre os danos ocasionados por essa mudança de vínculo empregatício, o autor identificou diferença nas rotinas produtivas desses profissionais em relação aos colegas celetistas (normalmente trabalham mais, pois não

recebem horas-extras e nem banco de horas) e até sofrem impacto psicológico.

Marcondes Filho (2009) ressalta que o jornalista teve seu trabalho aumentado com as tecnologias, passou a ter mais atribuições, o contingente nas redações foi reduzido, o prestígio diminuiu, a responsabilidade aumentou e, hoje, qualquer um pode exercer a profissão. Segundo ele, esse conjunto contribui para a precarização profissional, posição que endossamos.

Em relação às questões tecnológicas, suas supostas vantagens vieram acompanhadas de cargas excessivas de trabalho, invasão da vida pessoal e desconfortos físicos como olhos irritados, dores no pescoço e nas costas, lesões por esforços repetitivos. “As organizações [...] substituem cada vez mais o homem pela máquina, implementam novas tecnologias e obrigam o jornalista a adaptar-se freneticamente a elas” (Heloani, 2006: 192).

Zélia Adghirni (2012: 73) admite que “o desenvolvimento das tecnologias digitais acelerou”, nas últimas duas décadas, o processo de produção da notícia, que é indissociável da problemática da pressão do tempo.

A convergência de conteúdos em textos, áudio e vídeo rumo a plataformas digitais desconfigura o modo tradicional de produzir e impõe uma carga de trabalho ininterrupta aos jornalistas (Adghirni, 2012: 74).

Embora a autora não use explicitamente a palavra precarização ou precariedade para explicar essa crise profissional, entendemos que ela pode ser interpretada em um contexto de precarização, especialmente no que tange às rotinas produtivas, como citamos anteriormente (Adghirni, 2012).

Ao pesquisar a organização do trabalho jornalístico e de que maneira ela interfere na saúde do profissional, Cristiane Reimberg (2014: 15) concorda que essa precarização traz “consequências negativas para a qualidade do jornalismo praticado e para a saúde física e mental do jornalista”. A autora contrapõe o sofrimento decorrente da precariedade das condições de trabalho ao prazer profissional, que aparece em forma de reconhecimento ou de atribuição de um valor positivo à produção

jornalística. Ou seja, embora os entrevistados em seu estudo mencionem as longas jornadas, a pressão dos prazos curtos e a baixa remuneração, entre outros, como fatores de sofrimento, eles ainda apontam o prestígio e a vaidade de trabalhar em um veículo reconhecido ou o amor à profissão como fatores de prazer.

Contudo, Reimberg (2014: 15) ressalta que “o prazer oriundo dessa vocação ao Jornalismo pode não ser no futuro uma defesa suficiente para suportar as condições ruins”, e aponta que a consequência de um jornalista que não acredita mais no seu trabalho é uma produção alienada e sem identidade, fazendo com que o prazer seja substituído, por fim, pelo sofrimento.

José Ricardo Silveira (2010: 89) traz um recorte histórico-temporal voltado à atualidade, quando diz que “considerando que os jornalistas brasileiros enfrentam um processo de precariedade nas condições de trabalho e de remuneração, [...] eles têm sido hábeis em encontrar saídas que lhes permitam viver com menos privações”. Uma dessas saídas é justamente a múltipla jornada de trabalho, que implica em uma carga horária excessiva, com

longas e intensas horas de labuta a cumprir, influenciando negativamente na saúde dos jornalistas.

#### **4. Mudanças Estruturais no Jornalismo**

O conceito de mudanças estruturais no jornalismo, atribuído aos canadenses Jean Charron e Jean Bonville (2016), se destaca no âmbito de estudos do Jornalismo no Brasil. O tema é foco de investigação do grupo de pesquisa homônimo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília e do conjunto de pesquisadores de países latinoamericanos e francófonos integrantes da Rede de Estudos Sobre o Jornalismo (*Réseau d'études sur le journalisme*), cujas pesquisas culminaram em quatro edições do Colóquio Mudanças Estruturais no Jornalismo (Mejor), três realizadas no Brasil nos anos de 2011, 2013 e 2015 e uma no Canadá em 2017.

Podemos sintetizar o conceito de mudanças estruturais no Jornalismo como um “conjunto de transformações, que incluem novas formas de produção da notícia, processos de convergência digital e a crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócios”

(Adghirni e Pereira, 2011: 39). Nesse contexto, os autores estabelecem três eixos principais de análise sobre a temática: produção da notícia, perfil do jornalista e novas relações com os públicos.

Questionamo-nos: até que ponto as mudanças estruturais são “no” ou “do” Jornalismo? Pensando em mudanças “no” Jornalismo, podemos crer que as mudanças são externas e afetam a profissão; já em mudanças “do” Jornalismo, as mudanças são internas, ou seja, de dentro para fora, oriundas das bases estruturais, ocasionando novas concepções de técnica, prática e linguagem jornalística.

Como Pereira (2015) aponta, há diferenças entre as mudanças de fato e os discursos sobre as mudanças. Ele afirma que, em um primeiro momento, há uma estabilidade no Jornalismo como prática social; em outra perspectiva, há rearranjos nas práticas - sem modificações nas estruturas -, inovações pontuais e segmentações; e, por fim, existem mudanças estruturais, porém raras e oriundas de um processo lento. Em suma, temos que refletir sobre até que ponto a prática jornalística vem se modificando.

Se voltarmos mais no tempo, perceberemos que a linguagem jornalística sempre passou por momentos de ruptura e transformações a cada surgimento de novas formas de produção, de maneira a repensar as técnicas para explorar a expressividade típica de cada veículo midiático. Foi assim com o surgimento dos meios para o desenvolvimento do Radiojornalismo, o Telejornalismo e, atualmente, Webjornalismo. O primeiro acrescentou o “ao vivo” à voz, a inflexão e o timbre do entrevistado, técnicas de sonoplastia, entre outras singularidades. No segundo caso, a imagem em movimento trouxe maior impressão de realidade, o *off*, que acrescenta informações enquanto imagens ilustrativas passam ao fundo, dando oportunidade também, à possibilidade de utilização de animações e dramatizações visuais para o melhor entendimento dos acontecimentos por parte do público.

Já no Webjornalismo há o uso de textos, vídeos, sons, imagens em um mesmo ambiente, dentro da sua dinamicidade inerente, trazida pelo hipertexto – fio condutor que proporciona, em vínculos (links), mais informações sobre os assuntos expostos, de modo a dar maior poder de escolha para

o leitor naquilo que ele pretende se informar, estando relacionado ao caminho de leitura construído junto ao conteúdo jornalístico. Essa singularidade traz novas aberturas para os modelos de negócios, influenciando em outro pensar jornalístico e na possibilidade de pensar alternativas em como gerar receitas com as ferramentas recentes.

A criação dos sítios eletrônicos, então, incita uma nova relação com o público e consumo de notícia, representando mudanças no *newsmaking*. Segundo Thaís Jorge (2013), as classes de transformações das notícias podem ser identificadas como mutações. Elas podem ser classificadas a partir de dois tipos mais gerais: a mutação verdadeira e a falsa mutação. Esta representa o transporte de conteúdo impresso para a internet, sem nenhuma preocupação com as características de linguagem para o novo suporte. Aquela diz respeito a “quando veículos passaram a ser formatados especialmente para a rede ou mesmo quando sítios baseados na imprensa tradicional criaram produtos específicos para o espaço virtual” (Jorge, 2015: 160).

Dentro do conjunto de transformações, há o fato de que os leitores

buscam consumir informações de outras maneiras e estão mais presentes na produção de conteúdos (incentivados, também, por uma maior tentativa de interação). Aliado a essas características, o número de pessoas envolvidas em atividades de autopublicação não para de crescer (Adghirni e Pereira, 2011). Há um deslocamento de leitores dos meios já consagrados para as plataformas digitais, o que não significa uma sentença de morte aos antigos meios ou ao Jornalismo ‘tradicional’, mas a oportunidade de se repensar as práticas e estratégias dentro dessa nova conjuntura estrutural emergente.

Assim, diante das mudanças tecnológicas, o Jornalismo entrou em uma era de novas rotinas de trabalho, o que trouxe alguns pontos de tensão para a transformação do campo. Segundo Adghirni (2012), no Brasil, eles podem ser divididos em três características: 1) desregulamentação profissional; 2) rotinas produtivas; 3) perfil e identidade.

Já vimos algumas consequências sobre as mudanças estruturais na produção da notícia. Já na desregulamentação profissional, houve grande

influência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2010, acerca da inconstitucionalidade da exigência do diploma para exercer a profissão. O impacto da resolução, entretanto, não é de todo conhecido, mas aliando-se aos novos panoramas profissionais, podemos dizer que os “jornalistas brasileiros atravessam uma crise de identidade envolvendo perfis, práticas e relações contratuais de trabalho” (Adghirni, 2012: 68).

Em geral, têm crescido novos tipos de profissionais, tais como jornalistas-multimídias, jornalistas-assessores, jornalistas-precários etc., de modo que esses trabalhadores modificam seu entendimento sobre sua identidade profissional. Para Ruellan (2006), o reconhecimento de uma profissão pela coletividade deve-se à capacidade de definição do seu próprio território e, além disso, os jornalistas estão em um momento de transformação.

## 5. Considerações finais

Não é novidade que a busca e preocupação com o lucro, o Jornalismo como negócio e a notícia como mercadoria sempre foram prioridades para

os veículos e empresas jornalísticas, dependentes de receita publicitária para sobreviverem economicamente. Neste trabalho, mostramos que as inovações tecnológicas e a inserção da internet nas práticas produtivas jornalísticas acentuaram ainda mais tais necessidades e ocasionaram transformações na área.

As ideias de crise e precarização são reforçadas pelo fato de que se exige cada vez mais do jornalista o desenvolvimento de novas competências, dentro de tempos cada vez mais escassos de produção e acúmulo de trabalho, de maneira a transformar o profissional em pessoa multitarefa, sem necessariamente ele ser mais bem remunerado por suas novas atribuições, dentro do cenário de convergência da produção noticiosa.

Além disso, é evidente que se estabeleceu uma nova relação com o público, bem como mudanças na produção, na rotina; com alterações no produto, na organização, apuração e dos agentes da notícia. Sendo assim, podemos falar e utilizar os termos Mudanças Estruturais no Jornalismo, crise no Jornalismo e precarização da profissão de

jornalista como conceitos-chave para reflexão, estudo e pesquisa na área.

Em relação à questão da precarização da profissão e também quanto às mudanças estruturais (ou transformações), é importante inferir que esses conceitos podem ser pontos de partida interessantes a serem aplicados em pesquisas que versam sobre a influência da tecnologia no trabalho do jornalista.

Não queremos apresentar um discurso de que a profissão de jornalista é a mais precária, ou que esta passa por uma precarização mais forte do que outras ocupações. No entanto, não podemos negar que de fato há uma precarização do ofício. Reforçamos que as condições de trabalho estão longe das ideais, o que aponta a necessidade de uma discussão mais aprofundada dos impactos e das consequências disso.

É preciso valorizar e legitimar o jornalista como o mediador, aquele que constrói, do seu lugar de fala, acontecimentos da realidade para a sociedade, claro que, com a colaboração desta, mas não se deixando substituir inteiramente por outros atores sociais ou por instituições que também têm

em suas mãos tecnologias para isso. Permanece missão do Jornalismo a mediação social e a propagação de (e dos seus) conhecimentos.

#### **Referências bibliográficas**

- Adghirni, Z. (2012). Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In Pereira, F., Moura, D. e Adghirni, Z. (Orgs.). *Jornalismo e Sociedade: Teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular.
- Adghirni, Z. & Pereira, F. (2011). O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *Intexto*, 24, 38-57.
- Barsotti, A. (2014). *Jornalista em Mutação: O cão de guarda ao mobilizador de audiência*. Florianópolis: Insular.
- Charron, J. & Bonville, J. (2016). *Natureza e Transformação do Jornalismo*. Florianópolis: Insular.
- Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, 24, 37-57.
- Fausto Neto, A. (2015). Jornalismo: do chão da fábrica aos novos processos de redesenho da profissão na sociedade em vias de midiatização. Entrevista. *Revista Latino-americana de Jornalismo*, 2, 170-187.



- Fonseca, B., Rodrigues, C., Bodenmüller, L. E Viana, N. (10 de junho de 2013). A revogada dos passaralhos. *Agência Pública*. Retirado de <http://apublica.org/2013/06/revogada-dos-passaralhos/>
- Jorge, T. (2013). *Mutação no Jornalismo: Como a notícia chega à internet*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Le Cam, F., Pereira, F. & Ruellan, D. (2015). Introdução: mudanças e permanências do jornalismo. In Moura, D., Pereira, F. & Adghirni, Z. *Mudanças e Permanências do Jornalismo*. Florianópolis: Insular.
- Leal, B., Jácome, P. & Manna, N. (2013). *A “crise” do Jornalismo: o que ela afirma, o que ela esquece*. Comunicação apresentada no Encontro Nacional de História da Mídia, UFOP Ouro Preto – Minas Gerais.
- Lima, S. (2015). *A precarização do trabalho e a saúde dos jornalistas brasileiros*. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo: os silêncios do Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Lopes, F. (2011). *Jornalismo e suas crises: um olhar sobre as questões da tecnologia, do emprego e do diploma no Brasil*. (CIES e-Working Paper N.o 107/2011). Lisboa: CIES-IUL.
- Marcondes Filho, C. (2002). *Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker.
- Marcondes Filho, C. (2009). *Ser Jornalista: O desafio das tecnologias e o fim das ilusões*. São Paulo: Paulus.
- Medistch, E. (1997). *O Jornalismo É uma Forma de Conhecimento?* Covilhã: BOCC.
- Pereira, F. (21 de março de 2015). *Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em jornalismo*. Palestra proferida na Escola de Verão Alaic 2015, Brasília.
- Reimberg, C. (2014). *Prazer e sofrimento no trabalho do jornalista*. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu.
- Sant’Anna, F. (2005). *Mídia das Fontes: O difusor do jornalismo corporativo*. Brasília: Casa das Musas.
- Silva, C. (2014). A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejetização. *Dissertação de mestrado*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Silveira, J. (2010). O jornalista na comunicação das organizações: cultura profissional e autopercepção. *Tese de doutorado*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Spagnuolo, S. (12 de junho de 2015). A conta dos passaralhos: um panorama sobre as demissões de jornalistas brasileiros desde 2012. *Medium*. Retirado de <https://medium.com/volt-data-lab/a-conta-dos-passaralhos-953e7e254d4a>







# *Mídia e Justiça no Brasil:*

## *O Mapeamento das Pautas Históricas de Uma Nova Relação<sup>1</sup>*

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_5\\_4](https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_4)

### *Resumo*

O artigo tem como objeto o processo de cobertura do Poder Judiciário brasileiro, em um panorama que mapeia dois momentos-chave: a CPI do Judiciário (1999) e a Reforma do Judiciário (Tramitação da Emenda 45, nos anos de 2003 e 2004). Nessa perspectiva, analisamos a pauta do “controle externo”, defendida pela mídia durante a Reforma do Judiciário e a posterior defesa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como órgão contrário ao nepotismo, como estratégia midiática de defesa institucional. Dois sentidos do mesmo fenômeno que mostram a construção de uma nova relação entre mídia e Sistema de Justiça, que ganha gradual autonomia em relação à cobertura política. Assim, mídia e Sistema de Justiça criam uma relação que se estreita ora com tensões, ora com coesões dentro de um processo em curso que passa a afetar o escopo institucional brasileiro.

**Palavras-Chave:** Poder Judiciário Brasileiro; Reforma do judiciário; Conselho Nacional de Justiça; crise do judiciário; cobertura do judiciário.

### *Abstract*

This article deals with the media coverage process of the Brazilian Judiciary, in a context that maps two key moments: the Judiciary CPI (1999) and the Judiciary Reform (2003 and 2004). From this perspective, we analyze the agenda of the “external control” defended by the media during the Reform of the Judiciary and the subsequent defense of the National Council of Justice as an organ opposed to nepotism as a media strategy of institutional defense. In this way, the media and the Justice System produce a relationship that narrows, between tensions and cohesions, within an ongoing process that affects the Brazilian institutional scope.

**Keywords:** Brazilian judiciary; reform of the judiciary; nepotism; National Council of Justice, judicial crisis; judicial media coverage.

1 Artigo derivado do *paper* apresentado no X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, entre agosto e setembro de 2016, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O material apresentado no artigo é resultante da pesquisa feita para o mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE) sob o título de “A Reforma do Judiciário no Brasil: o processo político de tramitação da Emenda 45”. À pesquisa de mestrado somaram-se dados colhidos no doutorado em Ciência Política, em andamento na Universidade de Campinas (Unicamp), como parte do estudo empírico da tese. Ao todo, foram entrevistados 11 jornalistas setoriais do Judiciário, em Brasília, e operadores do Sistema de Justiça que acompanharam a Reforma do Judiciário e a implantação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## 1. Introdução

Ao final da década de 1980, diversos países da América Latina iniciaram um processo de abertura política. No caminho da democratização, Executivo e Legislativo estavam no centro da retomada dos direitos políticos plenos e, dessa forma, foram os primeiros poderes a sofrerem uma transformação do seu escopo institucional, um maior controle social e ampla cobertura midiática. Com o fim das ditaduras militares, era natural que os poderes eletivos ganhassem destaque na retomada do Estado Democrático de Direito.

Contudo, durante a década de 1990, as atenções se voltam para as instituições ligadas ao Sistema de Justiça<sup>1</sup>. O ideário de reforma do Estado que atingiu o arcabouço legislativo desses países, via de regra com a promulgação de novas constituições,

aspectos de gestão pública e a regulação de negócios na esfera civil esbarravam em um Poder Judiciário ainda atrelado ao regime ditatorial. Então, constatamos que, na América Latina, a reformulação do Sistema de Justiça não pode ser desvinculada de um contexto histórico de democratização.

Obviamente, o processo democrático ganha contornos próprios em cada país, obedecendo a uma cronologia e a um arranjo político-social particular a cada realidade. Não obstante, não existe antagonismo nos processos, essa particularização deriva de uma conjuntura maior. Não é à toa que, em 1995 e 1996, o Banco Mundial<sup>2</sup> publicou três Documentos Técnicos (*World Technical Paper*) abordando a

necessidade de se reformular as instituições jurídicas. O primeiro deles é o WTP280, de 1995, uma coletânea dos debates realizados na “Conferência sobre Reforma do Judiciário na América Latina e Caribe” (*World Bank Conference on Judicial Reform in Latin America and the Caribbean*) que ocorreu em Washington, em junho de 1994. O segundo, WTP350, também de 1995, concentra-se nas Reformas do Judiciário realizadas na Argentina e no Equador. O terceiro, WTP319, de 1996, elenca pontos de atuação e propõe uma espécie de manual para a Reforma do Judiciário.

Neste contexto, é preciso entender a Reforma do Judiciário na América Latina como um amplo processo com medidas que visavam organizar, modernizar, dar previsibilidade e produzir dados sobre a Justiça. Em termos gerais, a Reforma do Judiciário estava atrelada à criação de Conselhos da Magistratura, no cerne de mudanças institucionais e legislativas. No presente artigo, analisaremos o processo de aproximação entre a mídia e o Sistema de Justiça, em especial o movimento duplo que se dá quando a imprensa cobre a Reforma do Judiciário

1 Neste artigo usamos a expressão Sistema de Justiça em um sentido amplo, ao nos referirmos não apenas ao Poder Judiciário mas também às outras instituições que atuam no processo judicial. Vale ressaltar que, no Brasil, a expressão se particulariza ao designar um conjunto de instituições que, de fato, têm atuação sistêmica, conforme dispôs a Constituição Federal de 1988 ao especificar o papel das funções essenciais à Justiça.

2 O Banco Mundial é um organismo financeiro criado em 1944, juntamente com o Fundo Monetário Internacional. Seus documentos sobre o tema da Justiça servem como um conjunto de apontamentos sobre as fragilidades do Poder Judiciário na América Latina e Caribe. No entanto, sua interferência foi bastante irregular nos processos de Reforma de cada país. No Brasil, por exemplo, não se constatou nenhum financiamento direto por parte do Banco para apoiar quaisquer projetos. O mesmo não ocorreu na Venezuela, onde, segundo PERDOMO (2004), o Banco financiou projetos que ultrapassaram 60 milhões de dólares nos anos de 1993, 1997 e 2000.

fazendo a defesa editorial de um dos seus pontos, a criação de um órgão de controle do Judiciário, e, *a posteriori*, como este órgão – o Conselho Nacional de Justiça – usou a imprensa, através da pauta do combate ao nepotismo, como parte de uma estratégia de defesa institucional.

Nesta investigação, estes dois movimentos foram vistos sob a ótica dos profissionais do Direito e também daqueles que produzem o discurso da imprensa. Foram delimitados dois grupos de fontes, observadores privilegiados deste processo: os operadores do Sistema de Justiça (magistrados, defensores, membros do Ministério Público e advogados) e os jornalistas especializados na cobertura do Judiciário. O estudo empírico é realizado, então, com base em uma análise de cunho qualitativo, amparada em entrevistas feitas por um questionário semiaberto com estes dois grupos de fontes.

## 2. Metodologia

Após a Constituição Federal de 1988 (CF 88), em especial no final da década de 1990, o Poder Judiciário

começou a ser demandado pelas mudanças oriundas do novo ordenamento jurídico, da ampliação da gama de direitos etc. Distante que ficou dos holofotes durante a transição democrática, período no qual a cobertura midiática recaiu sobre o Executivo e o Legislativo, nos anos 1990, o Judiciário começou a ter maior visibilidade. Dito de outra forma, passou a ocupar a agenda midiática e, consequentemente, a agenda pública.

Diante disso, nossa pergunta central é: quais os momentos mais significativos da relação entre mídia e Justiça em um histórico que tenha como baliza inicial a CF 88? Nossa hipótese é que essa relação midiática é construída em meio a uma conjuntura política específica, retirando os debates sobre o Poder Judiciário dos limites institucionais *interna corporis*. Em outros termos: procura-se observar como a aproximação entre mídia e Justiça não é aleatória, ocorrendo em momentos que evidenciam o papel político do Judiciário ancorado na agenda pública. A cobertura do Judiciário e a maneira com que o Judiciário passa a se colocar na mídia não diz apenas respeito às questões normativas. Estar

presente na agenda pública – que se relaciona com a agenda midiática – é fundamental para o novo papel desempenhado pelo Sistema de Justiça.

Assim, o presente artigo mapeia dois momentos-chave dessa relação midiática: 1 – o da pauta do controle externo do Judiciário, que ganha ênfase em 2004 – ano final de tramitação da Reforma do Judiciário que é promulgada contemplando a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que se destinaria exatamente a esse controle; e 2 – o da pauta do combate ao nepotismo que ocorre na sequência, em 2005, quando o próprio Poder Judiciário, através do CNJ, usa um tema de grande aderência na agenda midiática para defender sua importância institucional junto à opinião pública.

O mapeamento desses dois momentos se deu como resultado direto do que foi citado por jornalistas, assessores de comunicação e membros do Sistema de Justiça que acompanharam a tramitação da Reforma do Judiciário. Ao fazermos uma pesquisa qualitativa, com base em uma análise histórica, a valorização das fontes orais foi fundamental, visto que o



objetivo era observar a relação “mídia e Justiça” dentro da perspectiva de um processo em curso. Assim, embora usando fontes documentais (matérias jornalísticas, relatórios, projetos de lei etc.), estas se aliaram ao eixo central de fontes orais que, através de entrevistas semiestruturadas, deram uma visão que não está restrita ao discurso oficial. Há dois grandes ganhos com o emprego das entrevistas. O primeiro foi ter acesso direto a quem acompanhou *in loco* o processo da Reforma do Judiciário, tanto de dentro da estrutural estatal (assessores, juízes) como pelo olhar da mídia (jornalistas), mesclando visões de diversas matizes, incluindo informações de bastidor. O outro ganho a ser salientado é que os entrevistados atuam no Sistema de Justiça há diversos anos, seja no plano da cobertura ou da burocracia estatal, assim permitindo uma visão processual e não estanque dessa aproximação entre mídia e Justiça no Brasil.

Assim, nos baseamos em fontes documentais mas atentamos nas subjetividades e no papel dos indivíduos neste processo, o que nos coloca em consonância com os principais requisitos de uma análise histórica. De

acordo com Becker (2014), é preciso que as pesquisas qualitativas deem espaço para o mundo cotidiano e para o inesperado. Em muitos aspectos, é preciso que a teoria e o desenho de pesquisa guiem o estudo de campo, sem, contudo, servir como molde absoluto para que a realidade observada caiba em um modelo. O movimento é inverso e dialético. É preciso que a pesquisa tenha a capacidade de absorver e elaborar os fatos que só o campo pode oferecer.

Conforme metodologia já utilizada em nossa pesquisa de mestrado<sup>3</sup>, o uso de entrevistas com jornalistas especializados no Sistema de Justiça, assessores de comunicação da área e membros do Poder Judiciário mostrou-se bastante profícuo porque, como já foi dito, proporcionou a incorporação de informações de bastidor e a visão complementar ao discurso oficial. Vale

3 Em nossa pesquisa de mestrado realizamos entrevistas com 11 representantes do Sistema de Justiça, assessores de comunicação e jornalistas especializados na área. A escolha dos dois grupos, por sua posição como observadores estratégicos do processo político, foi extremamente proveitosa para a análise em questão. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, feitas com um roteiro que serviu de guia para as perguntas levantadas.

ressaltar que o emprego da técnica da entrevista e seu entendimento como uma construção entre entrevistador e entrevistado está imbuído no sentido maior da metodologia qualitativa: “Trata-se de um trabalho que só pode ser realizado com o uso da intuição e da experiência” (Martins, 2004: 293). Assim, as entrevistas semiestruturadas e o uso de um roteiro permitiu que as entrevistas fossem conduzidas sem restringi-las a pontos predeterminados, possibilitando uma maior interação entre o pesquisador e o entrevistado.

Com o material coletado das 11 entrevistas, houve uma tabulação das informações que nos levaram a mapear os momentos de aproximação entre a mídia e o Sistema de Justiça no Brasil. Mapeamento através do qual, de vários pontos, destacam-se exatamente os que dão conta de como a mídia pautou o controle externo do Judiciário durante o período final da tramitação da Reforma do Judiciário e a pauta de combate ao nepotismo, levantada pelo Conselho Nacional de Justiça, como dois movimentos complementares dessa relação. De um lado, em 2004, a mídia toma para si a defesa

de um ponto da Reforma do Judiciário e, de outro, em 2005, é o Judiciário quem pauta a mídia sobre o combate ao nepotismo como forma de se blindar publicamente dos ataques que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estava sofrendo em seu primeiro ano de funcionamento. Este foi um achado empírico resultado das 11 entrevistas realizadas para dissertação intitulada “A Reforma do Judiciário Brasileiro”: o processo político de Tramitação da Emenda 45<sup>4</sup>. As informações do jornal “Folha de S. Paulo” são complementares a esta, servindo como um adendo de cunho quantitativo ao dado fundamental presente nas entrevistas.

### **3.1. CPI do Judiciário: o primeiro debate público**

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Judiciário brasileiro teve seu primeiro momento de exposição midiática organizada com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) proposta, em 1999, pelo então

senador Antônio Carlos Magalhães (PFL – BA). Até este momento, a Justiça brasileira havia ficado distante de um debate público maior que, durante a transição democrática, recaiu sobre o Executivo e o Legislativo. Na questão conjuntural, a CPI<sup>5</sup> do Judiciário foi de extrema importância para chamar atenção da opinião pública para o funcionamento da Justiça brasileira, embora as motivações e os efeitos da discussão não fossem consensuais. Em todo caso, o debate posto serviu de prévia para as discussões que seriam aprofundadas durante a tramitação da Reforma do Judiciário.

Pouco antes da CPI, no final dos anos 1990, vários episódios

desgastaram a imagem da magistratura brasileira. Entre estes episódios, se destacam a descoberta do desvio de recursos públicos que seriam utilizados na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo pelo desembargador Nicolau dos Santos Neto, o Lalau. O desvio ocorreu entre 1994 e 1998, veio à tona naquele último ano e foi um dos fatos motivadores da instalação da CPI do Judiciário no Congresso Nacional, em 1999. Assim, a CPI foi o momento inicial de visibilidade do Judiciário pós-Constituição de 1988, porque colocou na agenda pública uma discussão sobre o controle e o papel do Judiciário, ainda que, naquele momento, sem maiores efeitos legislativos e institucionais.

Na visão de Marcelo Semer<sup>6</sup>, a CPI foi transformada em “espetáculo” público:

Acho que a CPI do Judiciário ajudou muito nessa ideia de que

4 Dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual do Ceará em 2012. O texto pode ser visto na íntegra no seguinte endereço: [http://uece.br/politicasuece/dm-documents/grazielle%20\\_de\\_albuquerque.pdf](http://uece.br/politicasuece/dm-documents/grazielle%20_de_albuquerque.pdf)

5 Quando a CPI do Judiciário já estava em funcionamento, o STF proibiu a CPI dos Bancos de quebrar os sigilos bancário, telefônico e fiscal do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes. A proibição acarretou forte reação do Legislativo. Na época, o senador Antônio Carlos Magalhães chegou a afirmar: “O Supremo é o guardião da corrupção” (ver *link*: <[http://istoe.com.br/32201\\_ACM+POE+TUDO+DE+CABECA+PRA+BAIXO/](http://istoe.com.br/32201_ACM+POE+TUDO+DE+CABECA+PRA+BAIXO/)>). A fala de ACM foi retrucada pelo então ministro do Supremo Carlos Velloso, que abordou o conflito em questão em sua entrevista para o projeto História Oral do Supremo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (ver *link*: <[http://historiaoraldosupremo.fgv.br/sites/historiaoraldosupremo.fgv.br/files/entrevistados/arquivos/historia\\_oral\\_do\\_supremo\\_-\\_volume\\_07\\_-\\_carlos\\_velloso.pdf](http://historiaoraldosupremo.fgv.br/sites/historiaoraldosupremo.fgv.br/files/entrevistados/arquivos/historia_oral_do_supremo_-_volume_07_-_carlos_velloso.pdf)>).

6 Marcelo Semer é ex-presidente da Associação Juízes para a Democracia (AJD), tendo exercido o cargo entre os anos de 2005 e 2007. Atualmente é desembargador da 11ª Câmara de Direito Público de São Paulo, blogueiro e articulista do *site* Justificando e do blog Sem Juízo.

era preciso reformar, acredito que ela foi como um combustível para a Reforma, pois ela expôs as mazelas do Judiciário de forma genérica. Ela foi criada sem um fato determinado. Houve os problemas do juiz Nicolau, problemas de outros juízes, outros problemas e uma série de coisas, até que virou um palco de imprensa para quem queria falar mal do Judiciário, mesmo porque não faltavam coisas para falar mal. E aquilo criou uma sensação de “do jeito que está, não pode ficar”. E quando essa percepção chega à sociedade, via de regra, o parlamento é suscetível e achou que tinha que se fazer alguma coisa para pôr uma pedra nessa situação. Foi criada uma sensação de urgência e, nesse sentido, os partidos acabaram aderindo. Eles constataram essa percepção social de que “olha, tem que resolver mesmo esse problema”. [...]É difícil dizer isso, mas houve interesses contrariados, uma sensação de inoperância, essa ideia de que todas as instituições se abriram, mas o Judiciário ainda não. E vai

acumulando coisas positivas e negativas. Criou-se um espetáculo. (Informação verbal)<sup>7</sup>

A discussão gerada pela CPI acaba por resvalar, dentro do próprio Congresso Nacional, em uma retomada da tramitação da Reforma do Judiciário, que havia começado seu caminho legislativo em 1992<sup>8</sup>, com o nome de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 96 e que, em 1999, encontrava-se parada. Como lembra Roesler, a

7 Trecho da entrevista concedida por Marcelo Semer.

8 O projeto inicial da Reforma chegou ao Congresso Nacional em março de 1992, por iniciativa do então deputado pelo PT de São Paulo, Hélio Bicudo. Após ingressar no trâmite legislativo, o projeto passa a chamar-se PEC nº 96. Após sua tramitação inicial a PEC 96/92 foi convertida, em dezembro de 1993, em Proposta de Emenda Revisional. Em junho de 2000, o projeto é aprovado em segundo turno na Câmara e segue para o Senado com a nova nomenclatura de PEC nº 29/2000. Conforme a citação acima, após a aprovação da Emenda 45, em dezembro de 2004, as propostas que sofreram alteração pelo Senado retornaram à Câmara num bloco chamado de PEC nº 358/2005. Ou seja, a Reforma do Judiciário foi separada em duas partes. A que foi aprovada em 2004 é relativa aos pontos conscienciosos que passaram pelas duas Casas. Há outra Reforma que ainda tramita no Congresso sem, contudo, ter o andamento veloz que a Emenda 45 teve em seus últimos anos.

Reforma do Judiciário volta à berlinda a reboque da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Poder Judiciário.

Durante o mês de março de 1999 Magalhães empenhou-se em buscar indícios de corrupção no Judiciário e em 08 de abril, apesar da opinião contrária de boa parte da comunidade jurídica, iniciaram-se os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito por ele proposta cujo objetivo era apurar os indícios de corrupção no Poder Judiciário brasileiro. Diante da controvérsia gerada pelas denúncias de corrupção que estavam sendo apuradas pela Comissão Parlamentar de Inquérito decidiu-se retornar à discussão da PEC 96/92. (Roesler, 2007: 11).

Três anos depois da CPI, como resultado da operação Anaconda – que investigava a venda de sentenças –, foi preso o juiz federal paulista João Carlos da Rocha Matos e foram denunciados os juízes Casem Mazloum, Ali Mazloum e Adriana Pileggi de Soveral. Os dois episódios

puseram em discussão questões relativas ao controle da magistratura e à influência política nos tribunais<sup>9</sup>. Em um livro-reportagem resultado da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* sobre esses episódios, o jornalista Frederico Vasconcelos (2005: 9) apontou: “Num país em que é raro magistrados se sentarem no banco dos réus, esses episódios mereceram ampla cobertura da imprensa. Mas os fatos foram tratados como capítulos isolados”. A correlação da CPI com a operação Anaconda foi exatamente o mote da investigação publicada por Vasconcelos, que, em consequência, demonstrou como, na virada dos anos 1990 para a década seguinte, houve maior atenção na cobertura da imprensa para o Judiciário.

Estes casos contribuíram para a crise de imagem do Judiciário que teve papel conjuntural, acelerando a tramitação da Reforma, momento

que esta atenção inicial ganha uma cobertura mais organizada pontuada por uma crise de imagem do Poder Judiciário. Eis um momento de tensão deste processo incompleto em que Sistema de Justiça e mídia passam a relacionar-se ora com aderências, ora com conflitos.

### **3.2. Reforma do Judiciário: a cobertura organizada**

Um dos momentos importantes em que os holofotes da mídia se voltaram para a Justiça foi o da Reforma do Judiciário. Esta representa, do ponto de vista da cobertura jornalística, o período em que começa a ser organizado um número mais expressivo de veículos e profissionais voltados para a cobertura dos eventos que envolviam a cúpula do Judiciário em Brasília. Além da questão da cobertura, merece destaque a série de estratégias utilizadas pelo Executivo para pautar a Reforma, mobilizando a opinião pública, criando um contexto favorável às mudanças estruturais – no caso, a aprovação da Emenda Constitucional 45. Vale lembrar que a Reforma do Judiciário, cuja tramitação iniciou-se em

1992<sup>10</sup>, estava na agenda do Governo Luis Inácio Lula da Silva como parte de uma série de Reformas do Estado que foram iniciadas com a Reforma da Previdência, promulgada em 2003.

Dois pontos de atuação do Executivo, durante o primeiro mandato do governo Lula, merecem destaque no sentido de fomentar condições para que a Reforma ganhasse apoio popular. O primeiro, de cunho técnico, foi a divulgação por parte da Secretaria da Reforma do Judiciário, em agosto de 2004, com dados relativos a 2003, do “I Diagnóstico do Poder Judiciário” (BRASIL, 2004), que colheu informações de questionários enviados a 96 tribunais do país, além de dados do Banco Mundial, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho de Justiça Federal. Antes desse levantamento, o último estudo semelhante, realizado no Brasil, data de 1975<sup>11</sup>,

9 Ver links: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc16049919.htm>> (acesso em: 3 mar. 2017); <[http://www.conjur.com.br/1999-mar-25/acm\\_discursa\\_defendendo\\_investigacao\\_reforma](http://www.conjur.com.br/1999-mar-25/acm_discursa_defendendo_investigacao_reforma)> (acesso em: 3 maio 2017) e <[http://istoe.com.br/32201\\_ACM+-POE+TUDO+DE+CABECA+PRA+BAIXO/](http://istoe.com.br/32201_ACM+-POE+TUDO+DE+CABECA+PRA+BAIXO/)> (acesso em: 3 maio 2017).

10 A Proposta de Emenda Constitucional 96, de 1992, passa por diversas modificações ao longo de 12 anos de tramitação até, em 2004, ser promulgada como o nome de Emenda Constitucional 45, também conhecida como Reforma do Judiciário.

11 Em 1975, o Governo Geisel elaborou um diagnóstico sobre o Judiciário como forma de embasar um projeto de Reforma do Judiciário que, em 1977,

durante o Governo Geisel, demonstrando a imensa lacuna de informações sobre a Justiça brasileira.

O primeiro “Diagnóstico do Poder Judiciário” (BRASIL, 2004) tinha a primazia de sair das repetitivas discussões legalistas, sobre os aspectos da norma, e ser justificada ou motivada pela primeira análise quantitativa e qualitativa sobre o Poder Judiciário e a efetividade do seu alcance. A exposição destes dados era ímpar pelo seu ineditismo e pelo controle social que sua apresentação passou a estimular.

Claro que as especificidades e o caráter técnico das informações as deixam bem distantes de ser algo palatável ao senso comum. Porém, sua repercussão na imprensa e em Organizações Não-Governamentais, como a Transparência Brasil, compunham o primeiro rastilho de pólvora, embasado de forma científica, para que o Poder Judiciário fosse colocado na berlinda das discussões nacionais. Posteriormente, com a implantação

do CNJ, a cada ano há a divulgação de um estudo semelhante chamado “Justiça em Números”, com um grande demonstrativo de informações sobre o funcionamento dos diversos ramos da Justiça. Contudo, nos idos de 2004, a divulgação do “Diagnóstico do Poder Judiciário” (BRASIL, 2004) foi impactante por revelar o desconhecimento que o próprio Judiciário tinha sobre si.

Esta lacuna na produção de dados não se restringia ao Judiciário. A Defensoria Pública e o Ministério Público também não possuíam nenhuma compilação de informações dessa natureza, que foram divulgadas em dois diagnósticos realizados pela Secretaria da Reforma do Judiciário, respectivamente, em dezembro de 2004 e outubro de 2006. Contudo, pelo protagonismo do Judiciário e por ser este o responsável por todo o andamento processual, os dados de seu primeiro diagnóstico tiveram repercussão em larga escala, se comparados aos estudos sobre outras instituições, divulgados posteriormente. Em todo caso, a Secretaria da Reforma, sob o comando do Executivo, inaugurava uma nova lógica de percepção e

produção de dados sobre o Sistema de Justiça.

Outro ponto ligado ao Executivo que ajudou a fomentar a Reforma pela ampla repercussão popular foi a emblemática declaração do ex-presidente Lula, que comparava o Judiciário a uma “caixa-preta”. No dia 22 de abril de 2003, em discurso durante a assinatura de um convênio entre o governo federal e o governo do Espírito Santo para um programa de Segurança Pública, Lula declarou que era preciso saber como funciona a caixa preta desse Poder que se considera intocável. O presidente ainda afirmou que as instituições foram feitas para servir às pessoas e não se servir das pessoas. As palavras contundentes de Lula causaram reação em todos os setores do Judiciário, mas seu efeito sobre a opinião pública foi importante no sentido de expor um Poder há muito resguardado sob o manto da neutralidade e da imparcialidade. Em termos de comunicação, pode-se dizer que o presidente criou uma espécie de *slogan* ou bordão que teve imensa aderência pelo processo de exposição e desgaste de imagem que o Judiciário

---

foi enviado ao Congresso Nacional e acabou não obtendo os 2/3 de votos necessários à aprovação. O relator da Comissão que elaborou o diagnóstico foi o ministro do STF, Rodrigues Alckmin.



passou a ter, principalmente, após a CPI do Judiciário, em 1999.

Contudo, mesmo antes de promulgada a Emenda 45, o Judiciário e demais componentes do Sistema de Justiça passaram (e continuam passando) por um processo de exposição na imprensa proveniente, entre outros fatores, da própria abertura política e das novas atribuições geradas pelos direitos sociais instituídos pela Constituição de 1988. Desta maneira, pode-se dizer que a ampliação da cobertura do Sistema de Justiça faz parte de um processo histórico. As declarações do ex-presidente Lula, a pautas das reformas, a falta de credibilidade do Poder Judiciário e a própria conjuntura internacional de estímulo a uma nova organização estatal foram elementos que se somaram ao processo histórico e ajudaram a agendar a Reforma. Chega a ser irônico o movimento visto no contexto atual, em que processos como o da Lava Jato parecem inverter a ordem das coisas, ao colocar o Judiciário em um plano e o Executivo em outro, mas invertendo os polos entre o Poder que demanda mudanças e o que deve reorganizar-se. Em todo caso, ao se observar a relação entre mídia e Justiça,

ainda que sob o foco da atual crise brasileira, é importante colocá-la em perspectiva. Nesse sentido, o presente artigo recupera um momento inicial dessa relação, mostrando-a como um processo de quase duas décadas e não como algo repentino.

Um fato que ratifica essa nova relação com a mídia é o aumento das Assessorias de Comunicação nos Tribunais, nas Procuradorias<sup>12</sup> etc. A imprensa, tradicionalmente concentrada no Executivo e no Legislativo, passa a cobrir o Judiciário motivando a criação de uma resposta institucional por parte do Sistema de Justiça. Nos anos 2000, instituições ligadas ao Judiciário, começam um processo de investimento pesado em comunicação. Usando uma expressão weberiana, é um processo de burocratização da comunicação<sup>13</sup> dentro do Poder Judi-

ciário que se segue em paralelo ao aumento da cobertura.

A criação da TV Justiça (em 17 de maio de 2002) constitui um mecanismo fundamental para divulgar as ações do Sistema de Justiça. Também é possível observar o papel dos assessores de Comunicação do setor. Em 27 de março de 2002, ao final do III Encontro Nacional dos Assessores de Comunicação do Poder Judiciário e do Ministério Público, foi instituído formalmente o Fórum Nacional de Comunicação & Justiça (FNCJ). Ambos os casos ilustram bem o fato de que, ao contrário do que ocorria até o

---

Poder Judiciário como também o Ministério Público e a Defensoria Pública passaram a investir em profissionais de comunicação, melhorias de estrutura, equipamentos e técnicas. Uma pesquisa feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2010 nos mostra dados relevantes: tendo como base um questionário aplicado em 91% dos tribunais do Judiciário, com exceção de apenas quatro, todas as demais cortes pesquisadas possuíam assessorias ou secretarias de comunicação social. Segundo o levantamento, mesmo as quatro instituições que não tinham um setor próprio contavam com assessorias informais ou funcionários que tratavam desses assuntos. Ou seja, o que vemos subjacente nessa nova relação entre mídia e Justiça é um trabalho profissional na construção desse elo. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 28 e 29).

12 O Diagnóstico de Comunicação do MP brasileiro, divulgado em 2013 pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), informada dados sobre a estrutura das assessorias de comunicação das Procuradorias de Justiça estaduais. A parte o desnível entre os diversos estados, o diagnóstico é relevante pela própria primazia das informações disponibilizadas.

13 Para lidar melhor com a imprensa e sofisticar sua comunicação interna, não apenas o

período de redemocratização, o Sistema de Justiça e, sobretudo o Judiciário, ganha os holofotes da mídia, cria suas ferramentas de comunicação e refina seu discurso. Assim, é possível perceber que a Reforma do Judiciário não se restringe a uma reformulação interna; está inserida em uma nova relação entre a mídia e as instituições jurídicas. Do ponto de vista histórico, após o momento inicial de cobertura da CPI do Judiciário, a Reforma consistiu em um período de organização da cobertura do Sistema de Justiça.

### **5. CNJ: o “controle externo” do Judiciário – uma pauta defendida pela imprensa**

O controle do Poder Judiciário é uma questão subjacente que liga o período anterior a CPI do Judiciário – é possível encontrá-la mesmo durante a Constituinte de 1987<sup>14</sup> - ao debate

atual. Ainda que esmaecida em tempos de Operação Lava Jato, permanece a necessidade de um debate sério entre a independência do Judiciário e instâncias de controle sobre sua atuação. Durante a Reforma, o “controle externo”<sup>15</sup> do Judiciário destaca-se

---

O apoio de alguns segmentos, inclusive da Ordem dos Advogados do Brasil, e de nomes como Nelson Jobim, Nilo Batista e Márcio Thomaz Bastos, levou à inclusão do artigo 151 do Projeto A de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, do Conselho Nacional de Justiça como órgão de controle da atividade administrativa e do desempenho de deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público, cabendo à lei complementar definir sua organização e funcionamento. (Sampaio, 2007: 241).

15 No presente trabalho usaremos a expressão “controle externo” por ter sido essa a ideia que de maneira geral foi pautada durante a tramitação da Emenda 45. No entanto, mesmo após a promulgação da Emenda não se tinha uma definição se o CNJ representaria um controle externo ou interno, ainda que o CNJ seja composto, em sua maioria, por membros do Poder Judiciário. Foi a partir da decisão do STF sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.367-1, impetrada pela AMB, que foi consolidado o entendimento de que o CNJ é constitucional e integra o Poder Judiciário, sendo assim uma instância de controle “interno”. Sobre a organização do CNJ vale esclarecer que são ao todo 15 membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução, que seguem a seguinte composição: o Presidente do STF (redação dada pela EC nº 61, de 2009); um Ministro do STJ, que será o Corregedor Nacional de Justiça; um Ministro do Tribunal

por ser um tema que não apenas ganhou repercussão pública, como foi o único ponto defendido publicamente, em editoriais, pelo veículos que faziam a cobertura da Reforma do Judiciário. Portanto, em nossa hipótese, ele é um marco dessa nova relação que se estabelece entre a mídia e o Sistema de Justiça. Além disso, demonstra como o Sistema de Justiça começa a se descolar da cobertura política ganhando um espaço próprio.

Vale lembrar que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 96, de 1992, que iniciou o trâmite legislativo da Reforma do Judiciário, não tocava em questões célebres elencadas na Emenda 45, como a criação de um órgão de controle do Judiciário, o CNJ. O assunto que, mesmo sem encaminhamentos efetivos esteve presente na Constituinte, entra novamente na

---

Superior do Trabalho; um Desembargador de TJ; um Juiz Estadual; um Juiz do TRF; um Juiz Federal; um Juiz de TRT; um Juiz do trabalho; um Membro do MPU; um Membro do Ministério Público Estadual; dois advogados e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada. Desta forma, dos 15 membros do CNJ, 9 são magistrados e apenas 2 são representantes da sociedade civil que não pertencem necessariamente ao Sistema de Justiça.

---

14 Antes mesmo da Assembleia Nacional Constituinte e durante os seus debates, a tese de criação de um conselho esteve presente. A “Comissão de Notáveis”, também conhecida por “Comissão Afonso Arinos”, em homenagem ao seu presidente, previra o controle externo da atividade judiciária.

pauta legislativa quando o projeto de Reforma estava na Câmara dos Deputados<sup>16</sup> e a ideia de um Conselho da Magistratura ganha fôlego, em 1999, sob a articulação do senador Antônio Carlos Magalhães. Neste ponto, inicia-se um debate público que associa a Reforma a algum instrumento de controle da Justiça.

Paralela a uma discussão normativa, o chamado “controle externo” do Poder Judiciário vira pauta no debate sobre a Reforma do Judiciário. Um dos resultados apontados durante a pesquisa de mestrado intitulada “A Reforma do Judiciário no Brasil: o processo político de tramitação da Emenda 45”, é de que ao pautar os

assuntos relativos ao Sistema de Justiça, a imprensa influenciou no modelo de Reforma por possibilitar que esta não se restringisse a uma discussão burocrática. Contudo, na leitura dos operadores do Sistema de Justiça e dos jornalistas especializados na área, essa influência foi além, sendo possível identificar pontos presentes na Emenda 45 que foram defendidos pela imprensa.

Silvana de Freitas<sup>17</sup> ratifica a importância da cobertura do Judiciário e cita propostas defendidas pela mídia, como a criação do CNJ:

O aumento da cobertura do Judiciário decorreu do protagonismo desse Poder nas relações políticas a partir da Constituição de 1988. [...] A imprensa despertou interesse pelo tema a partir de 2003 e defendeu particularmente a criação do CNJ. Essa defesa foi fundamental, porque havia forte lobby das associações de classe,

que viam nessa iniciativa uma ameaça à independência do Poder (Informação verbal).<sup>18</sup>

Sobre os pontos defendidos, Haidar<sup>19</sup> destaca o “controle externo”:<sup>20</sup>

Principalmente o controle externo. Que foi a única coisa que saiu, né? Na verdade, virou um controle interno. Eu lembro que se falava em controle externo do Judiciário todo dia, isso era pauta para

16 Após sua tramitação inicial a PEC 96/92 foi convertida, em dezembro de 1993, em Proposta de Emenda Revisional. Nesse período, assume a relatoria da matéria o então deputado federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul, Nelson Jobim, e começam a serem discutidos pontos como da súmula de efeito vinculante e a criação de órgão de controle do Poder Judiciário. Embora estes pontos acabem recebendo um simples registro no relatório final, passam a compor a agenda de debates a partir de então. Não apenas a súmula como a proposta de criação de um CNJ voltam à tona, em agosto de 1995, quando da criação de uma Comissão Especial para o exame da PEC nº96/92, sob a relatoria do deputado federal Jairo Carneiro, do PFL da Bahia.

17 Silvana de Freitas é jornalista e assessora de Imprensa e Comunicação Social do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desde 2008. Em 2003 e 2004 era repórter da *Folha de S. Paulo* na Sucursal de Brasília onde fazia a cobertura do Poder Judiciário desde 1996.

18 Trecho da entrevista concedida por Silvana de Freitas à autora por e-mail, em 28 de novembro de 2011, e pessoalmente, em 14 de dezembro de 2011, na sede do TSE, em Brasília - DF.

19 Rodrigo Haidar foi repórter do site Consultor Jurídico ([www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)) em Brasília e há vários anos cobre o Sistema de Justiça. Atua como jornalista desde 1997 e, além do Conjur, também trabalhou na revista Carta Capital e no Portal iG.

20 No presente trabalho usaremos a expressão “controle externo” por ter sido essa a ideia que de maneira geral foi pautada durante a tramitação da Emenda 45. No entanto, mesmo após a promulgação da Emenda, não se tinha uma definição se o CNJ representaria um controle externo ou interno. Foi a partir da decisão do STF sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 3.367-1, impetrada pela AMB, se consolidou o entendimento de que o CNJ é constitucional e integra o Poder Judiciário, sendo assim uma instância de controle “interno”.

absolutamente tudo. Um juiz não podia – e eu não tô falando que isso é ruim, isso tinha de acontecer, mas não só isso, se focou demais nisso e se esqueceu o resto – não podia dar um passo torto ou andar com um sapato com furo que os caras falavam: “ó, isso fere o código de ética da magistratura, por isso que precisa de controle externo, assim, assim, assado e tal”. Então, o foco eu acho que foi muito direcionado para cima disso e acabou se desviando um pouco do resto (Informação verbal).<sup>21</sup>

Em uma outra perspectiva, Juliano Basile<sup>22</sup> fala sobre o lado positivo da cobertura da imprensa:

A imprensa foi muito atrás dos problemas. Ela não se acostumou, digamos, a dar só notícia boa. É preciso apontar onde que está errado para que isso possa ser

consertado. E eu acho que isso a imprensa fez, na época. [...] Ela (a imprensa) pôs o Judiciário em foco, o Judiciário passou a não ser mais visto como um poder localizado e passa a ser visto como um poder que interfira no país e, por isso, precisa ser visto e revisto. Na época, a imprensa focou muito nisso. E eu acho que isso faz bem para o Judiciário (Informação verbal).<sup>23</sup>

Não se pode constatar um consenso sobre a avaliação da cobertura, mas a opinião da maioria dos entrevistados convergia no sentido de colocar o CNJ e a ideia de controle externo do Judiciário como ponto de defesa da maioria dos veículos. Ao mesmo tempo deixava claro que além de pausar o tema, a imprensa construiu um discurso sobre ele, ainda que, diante desta afirmativa, seja necessário colocar a ressalva de ser preciso observar as peculiaridades das diversas linhas editoriais envolvidas na cobertura da Reforma.

Não obstante, para efeito de amostragem, como é possível verificar no Gráfico 1, dados do jornal *Folha de S. Paulo*, entre junho e dezembro de 2004, meses finais da tramitação da Reforma do Judiciário, mostram que, entre os principais pontos da proposta, os mais citados foram os relativos ao controle externo do Judiciário. São ao todo 49 citações de temas correlatos (controle externo do Judiciário, Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Magistratura), isso sem considerar as menções ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O segundo item da Reforma do Judiciário mais citado – com 44 menções – é o relativo à Súmula Vinculante. Nesse caso, contudo, havia muita disparidade na cobertura e no próprio posicionamento dos atores políticos. Em relação à súmula, por exemplo, dentro do Executivo havia discordâncias. O então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, era contrário à medida, defendida por figuras como o líder do governo no Senado à época, Aluízio Mercadante (PT-SP).

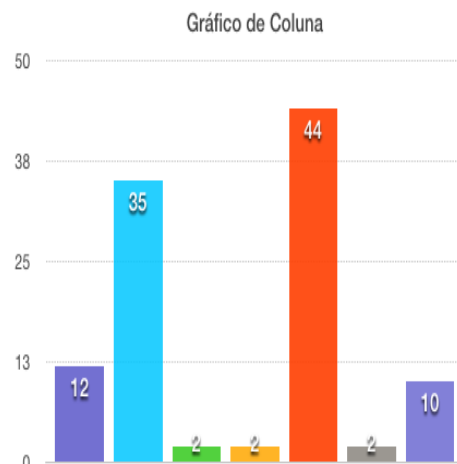
Como apontado no gráfico, ainda que nessa pequena amostragem,

21 Trecho da entrevista concedida à autora por Rodrigo Haidar por telefone em 26 de novembro de 2011.

22 Em 2003 e 2004 Juliano Basile era Repórter do Valor Econômico, jornal no qual trabalha até hoje na cobertura especializada do Sistema de Justiça.

23 Trecho da entrevista concedida à autora por Juliano Basile por telefone em 27 de junho de 2011.

Gráfico 1 – Pautas sobre a Reforma do Judiciário  
Fonte: Elaboração própria.



Pautas sobre a Reforma do Judiciário - FSP

| PARTICIPANTE                            | UNIDADES |
|-----------------------------------------|----------|
| controle externo do judiciário          | 12       |
| conselho nacional de justiça            | 35       |
| conselho da magistratura                | 2        |
| conselho nacional do ministério público | 2        |
| súmula vinculante                       | 44       |
| súmula impeditiva de recurso            | 2        |
| nepotismo                               | 10       |

verifica-se uma predominância quantitativa de matérias sobre a pauta do “controle externo”. Uma análise qualitativa das matérias também aponta a defesa desse ponto em relação aos outros, como súmula vinculante, nepotismo etc.

Diante das várias abordagens possíveis, é fato que a crescente cobertura sobre o Sistema de Justiça após a CPI do Judiciário (1999) e do período do trâmite final da Reforma do Judiciário (2003 e 2004) demonstra uma aproximação e mesmo interdependência entre mídia e Sistema de Justiça. Nesse lapso temporal, a ideia de “controle externo” do Judiciário ganhou contornos institucionais no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Então, desde o início do processo de construção dessa relação, o CNJ se coloca como uma baliza.

O caso da defesa do “controle externo” do Judiciário marca uma relação de interdependência entre mídia e Sistema de Justiça. Em outras palavras, é a primeira vez que a mídia toma para si a defesa de pontos relativos ao funcionamento do Sistema de Justiça, um interferindo no outro. Ironicamente, esse movimento se inverte pouco tempo

depois, quando o próprio Judiciário se utiliza da imprensa, colocando uma pauta de extrema aderência popular como o combate ao nepotismo – para legitimar a atuação do CNJ junto à opinião pública, uma forma, portanto, de “blindá-lo” de ataques classistas.

## 6. A pauta do nepotismo e a defesa pública do CNJ

Resultado de um acordo minucioso urdido ao longo de 12 anos, com costuras mais minuciosas nos anos finais, 2003 e 2004, a Reforma do Judiciário, ao tratar de mecanismos de controle do Poder Judiciário, e também do Ministério Público, trazia em si uma pauta indigesta. Se a cobertura elencava o “controle externo” como ponto de defesa editorial, esta não era uma questão de fácil aceitação por parte do corpo dos magistrados e membros do *Parquet*. Diversas manobras sobre a composição e competência do CNJ, em especial, dá mostras de como esta era uma proposta incômoda do ponto de vista corporativo.

Em um breve retrospecto legislativo, observamos que durante os

meses de março e abril de 2004, a CCJ do Senado analisou um total de 175 destaques ao relatório do senador José Jorge. No entanto, os pontos centrais que vieram da Câmara dos Deputados permaneceram no texto base, dentre eles a criação do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a federalização de crimes contra os direitos humanos, a autonomia da Defensoria Pública dos Estados e a súmula vinculante. Além desses pontos, José Jorge instituiu medidas como uma quarentena para que juízes aposentados voltassem a advogar na mesma corte em que atuaram como magistrados. À época, José Jorge declarou:

Quase todos os pontos são de consenso. A súmula vinculante é um ponto polêmico, mas o líder Aloizio Mercadante (PT-SP) vai defendê-la, está no meu relatório e acho que não haverá dificuldade. Em relação ao Conselho Nacional de Justiça, o único aspecto ainda em dúvida é a possibilidade de perda do cargo de juiz, que eu retirei do relatório e que o governo, através do líder Mercadante, vai



apresentar num destaque para que volte ao texto. (CCJ, 2004, *online*)

Mantidos os elementos básicos de maior impacto no Sistema de Justiça, na CCJ, os destaques dos senadores versavam sobre questões mais técnicas, como a quarentena para juízes e a extinção dos tribunais de alçada. Na prática, ao longo da tramitação na Comissão, foram aparadas questões acessórias que circundavam os pontos centrais vindos da Câmara. Por exemplo, manteve-se a composição do CNJ e do CNMP instituída pelos deputados, eliminando-se, contudo, a possibilidade de estes órgãos determinarem a perda de mandato de magistrados e membros do Ministério Público. Politicamente, o que ocorreu na CCJ foi um entendimento entre as bancadas para preservar os pontos fundamentais e para que as discussões sobre as questões acessórias não alterassem os dispositivos em seu texto-base, o que implicaria reenviar o mesmo texto à Câmara para uma nova apreciação.

Reitera-se que este não foi um processo fácil. Nesse processo de acomodação de interesses, o Executivo fazia valer sua influência no Legislativo

através do conjunto de votos da base aliada e da articulação do líder do governo, Aloizio Mercadante. A fim de agilizar a tramitação na CCJ e evitar adendos polêmicos, Mercadante garantiu apoio ao senador Demóstenes Torres (PFL-GO) em uma PEC específica sobre nepotismo. Em troca, Torres, autor de várias propostas, retirou um destaque sobre a vedação à contratação de parentes de membros do Judiciário e do Ministério Público no âmbito das respectivas instituições.

Os esforços da base aliada para passar a PEC nº 29/2000 pela CCJ terminaram no dia seis de abril, quando a votação dos 175 destaques apresentados ao relatório do senador José Jorge condensou a matéria que separadamente representava um total de 17 Propostas de Emendas Constitucionais em apenas quatro proposições: dois textos substitutivos e duas novas PECs. Assim, o parecer da CCJ foi encaminhado para votação.

Na verdade, as discussões sobre os pontos tocados neste processo de costura legislativa e política estavam apenas começando. A questão do nepotismo no âmbito do Judiciário, por exemplo, acabou sendo resolvida *a*

*posteriori*, como resultado direto da Emenda 45, mas, ironicamente, sem constar dos itens elencados em seu dispositivo legal. Isto ocorreu porque a proibição ao nepotismo, embora não constasse formalmente da Emenda aprovada, foi o tema de uma das primeiras ações do Conselho Nacional de Justiça – este sim, criado pela Emenda Constitucional. Sendo mais precisa, o CNJ editou, no dia 18 de outubro de 2005, a Resolução nº 7, que vetou o emprego no Judiciário de pessoas com qualquer relação familiar com juízes e servidores dirigentes, excluindo-se apenas parentes admitidos por concurso público ou por processo de seleção devidamente regulamentado. Politicamente, esta foi uma bandeira abraçada por Nelson Jobim que, inclusive, ajudou a referendar o CNJ junto à opinião pública.

A querela sobre as atribuições do CNJ, sobretudo no que toca ao poder coercitivo, demonstra que os incômodos em relação ao controle da magistratura não findaram após a Reforma. Exemplo patente ocorreu em 2012, quando o Supremo Tribunal de Justiça (STF) se debruçou sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade

(ADIn) nº 4.638, proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), questionando a competência de investigação concorrente do CNJ em relação às Corregedorias estaduais. A discussão em torno do tema gerou polêmicas declarações do então presidente do Supremo e do CNJ, Cezar Peluzo, e da então Corregedora do CNJ, Eliana Calmon. Ao final, o julgamento do Supremo, com ampla repercussão na imprensa, garantiu que o Conselho tivesse um poder de investigação não atrelado a investigações prévias das Corregedorias estaduais. Esta foi a segunda investida sobre as atribuições do CNJ feita pela AMB que, no momento inicial da criação do Conselho, ingressou com uma ação questionando a natureza do “controle”<sup>24</sup> que o órgão teria sobre a magistratura.

O exemplo citado nos ajuda a entender como o Conselho ainda passa por uma fase de afirmação institucional e de que maneira, à época de sua criação, diante da investida da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), com a Ação Direta de

*É a primeira vez  
que a mídia toma  
para si a defesa de  
pontos relativos ao  
funcionamento do  
Sistema de Justiça,  
um interferindo  
no outro*

Inconstitucionalidade (ADIn) nº 3.367-1, que questionava a constitucionalidade do órgão, a medida de combate ao nepotismo adotada pelo CNJ ajudou em sua afirmação perante a opinião pública.

Juliano Basile fala da importância do então presidente do STF, à época da implantação do Conselho, ministro Nelson Jobim, para encampar a questão do nepotismo como primeira bandeira pública do órgão e garantir o espaço para suas primeiras sessões:

O Jobim foi fundamental para criar o CNJ. (...) Ele foi fundamental, porque uma vez que o CNJ estava criado pela Emenda, ele tinha que ser instalado e o Jobim logo providenciou local. Ele pegou o andar onde funcionava, antigamente, o gabinete do presidente, que era o sexto andar do anexo 2 do Supremo e mandou liberar um vasto espaço, pôs mesa e cadeira e, assim que os conselheiros foram nomeados, ele já começou a fazer as sessões e havia muita resistência do próprio Judiciário e dos próprios juízes ao CNJ. O Jobim foi muito sábio ao colocar como primeiro grande caso

<sup>24</sup> Ver nota número 18 sobre o controle externo do Judiciário.

da pauta do CNJ o nepotismo no Judiciário, porque, ao fazê-lo, ele mostrou que o Judiciário realmente tem problemas, tem que resolvê-los, pois são graves, nepotismo é um problema grave. Então, ele colocou esse tema e o Conselho começou a funcionar. Ele foi uma peça chave. (Informação verbal).<sup>25</sup>

Assim, a questão do nepotismo tornou-se um importante anteparo para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em um momento inicial. A pauta de adesão com interesse público ajudou a blindar o CNJ em relação às demandas corporativas para esvaziá-lo. A questão do combate ao nepotismo juntamente com a ideia da criação de uma instância de controle do Judiciário, ainda que sem um maior debate público sobre a quem caberia controlar a Justiça ou sobre como esse controle se daria, foram um importante ponto de inflexão para colocar o CNJ em pauta. Assim, numa via reversa do que ocorreu quando a imprensa defendeu a criação do “controle externo” do Judiciário durante a tramitação da

Reforma, agora era o próprio Sistema de Justiça que se utilizava da mídia para fazer sua defesa institucional frente a opinião pública. Uma espécie de face oposta da moeda, demonstrando como esta nova relação entre Sistema de Justiça e mídia causa interferências mútuas e nada ingênuas entre as partes.

### **7. Efeitos da relação entre mídia e Justiça: a pauta do controle do Judiciário e a importância de um debate além dos muros institucionais**

Segundo Peter Hall,<sup>26</sup> há graduações de mudanças políticas, desde as mais limitadas e rotineiras, nas quais

a função técnica do burocrata ganha espaço e influência nas decisões, àquelas mais significativas e paradigmáticas, que envolvem “tanto a mudança dos instrumentos de política, quanto das metas e do próprio sistema de ideias e padrões que orientam a abordagem da realidade dos especialistas” (ROCHA, 2005: 19).

As mudanças paradigmáticas na classificação de Hall se assemelham ao que Theodor Lowi chama, em sua tipologia das políticas públicas, de políticas constitutivas ou estruturadoras, pois atingem a espinha dorsal do sistema, ao alterarem a própria concepção do processo político, como ocorre, por exemplo, ao se mudar o sistema eleitoral, a forma de governo ou criar e remodelar instituições centrais no jogo político. Klaus Frey (2000) as denomina de “políticas estruturadoras do sistema”, portanto, para o autor, estas políticas não têm por objetivo a mera manutenção ou conservação do sistema existente, mas sim sua alteração mais profunda no sistema político.

Há aqui uma diferença fundamental a ser levantada em relação à Reforma do Judiciário e a pauta de criação de um órgão de controle do Judiciário

26 Peter Hall é professor na Fundação Krupp de Estudos Europeus e codiretor do *Program on Successful Societies* para o *Institute for Advanced Research*, no Canadá. Autor de mais de setenta artigos sobre política europeia, políticas públicas e história econômica comparada, além de livros como *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations* e *Governing the Economy: The Politics of State Intervention in Britain and France*. Atualmente, pesquisa, entre outros temas, reações políticas aos desafios econômicos na Europa do pós-guerra. Hall se destaca no estudo das políticas econômicas na Inglaterra e apresentar elementos importantes para se compreender a ação da burocracia.

25 Trecho da entrevista concedida à autora por Juliano Basile por telefone em 27 de junho de 2011.

em relação à maioria das reformas estruturadoras: seu impacto para além dos muros institucionais. Frey (2000) cita exemplo do plebiscito sobre o sistema de governo no Brasil que, em 2004, a despeito das campanhas publicitárias realizadas, não conseguiu despertar interesse na população e na mídia. Contudo, a Reforma do Judiciário e a criação do CNJ é um caso de mudança estrutural atípica. Uma série de fatores contribuíram para agendar o Judiciário como um tema atinente à toda a sociedade e não apenas a um setor específico.

Essa amplitude do tema se reflete no processo decisório de forma imediata, pois retira a discussão de um âmbito restrito, inclusive tornando relativo o poder da classe burocrática, uma vez que a questão perde contornos meramente setoriais e técnicos para ganhar uma dimensão valorativa que atinge diretamente a opinião pública<sup>27</sup>.

27 Ao olharmos para a mídia como ferramenta que ajuda na construção de uma realidade, prevalece a ideia de que a opinião pública é a “representação de um conjunto de opiniões individuais semelhantes entre si a respeito de temas de interesse coletivo” (Silva, 2014: 441). Esta, em termos gerais, é a chave do pensamento de Lippman (2010), que coloca a opinião pública como um agregado de

Ao longo da tramitação da Reforma, as discussões sobre o Judiciário avolumaram-se, deixando de ser uma discussão interna *corporis*, sob este ou aquele aspecto da estrutura hierárquica do Poder Judiciário, para se tornar uma discussão sobre o modelo de Justiça brasileiro, sua eficiência e sua imagem junto à sociedade civil.

Em seu trabalho, Frey (2000) cita como o surgimento de uma consciência ambiental modificou a relação entre os processos políticos (*politics*) e seus resultados:

O exame da vida de certas políticas setoriais, sobretudo as de caráter mais dinâmico e polêmico, não deixa dúvidas referentes à interdependência entre os processos e os resultados das políticas. A evolução histórica da política ambiental, por exemplo, mostra de forma nítida como ambas dimensões têm se influenciado de

opiniões individuais, dando ênfase ao papel dos meios de comunicação de massa como fator preponderante na construção dessa opinião. Este é o ponto com o qual trabalhamos: o papel da mídia como formadora de uma ideia que passa a ser pautada na agenda pública.

forma recíproca e permanente. As constelações de atores, as condições de interesse em cada situação e as orientações valorativas – elementos que podem ser considerados condicionantes do alto grau de conflitos reinantes nos processos políticos – sofreram modificações significativas à medida que se agravaram os problemas ambientais e se consolidou um novo campo da política (FREY, 2000: 219-220).

Ao observar as peculiaridades de cada setor, e sem querer fazer uma comparação rasa entre as questões ambientais e o Sistema de Justiça, pode-se dizer, contudo, que quando um tema extrapola uma discussão segmentada ou, pelo menos, no momento em que esta discussão deixa de ser percebida e influenciada por grupos restritos, a relação entre os processos políticos (*politics*) e os conteúdos de política (*policy*) mudam e interferem nos resultados das políticas pretendidas.

Quando um assunto é agendado, ou seja, passa a despertar o interesse da opinião pública, o processo decisório e o próprio conteúdo das políticas

sofrem influência deste agendamento<sup>28</sup>. Desta maneira, a ampliação da cobertura do Sistema de Justiça foi alimentada pela própria Reforma do Judiciário e pela pauta do controle externo da Justiça. Inclusive, pode-se afirmar que, num lapso temporal maior, de meados da década de 1990 até a implantação de pontos da Emenda, como se vê atualmente na discussão sobre as atribuições do CNJ, o processo amplo de Reforma do Judiciário ocorre em paralelo a uma ampliação da cobertura jornalística sobre o tema, o qual, a cada dia, ganha espaço junto à sociedade

28 Uma das correntes mais relevantes que estuda a relação entre imprensa e realidade é a chamada de teoria do agendamento ou agenda-setting research, segundo a qual os meios de comunicação de massa, pelo fato de prestarem atenção a certos acontecimentos e ignorarem outros, produzem efeitos sobre o público. Ou seja, a imprensa não diz necessariamente ao público como deve pensar, mas quais as questões da atualidade sobre as quais é importante ter uma opinião, seja ela qual for. Desde a publicação do livro de Lippmann, em 1922, que o estudo dos efeitos da mídia na realidade ganha uma maior atenção crítica. Porém, é indiscutível que foi com McCombs e os estudos de Chapel Hill (realizados em 1968 e publicados na revista *Public Opinion Quarterly* em 1972) que o termo agenda-setting surge e ganha expressão acadêmica.

civil. Assim, a relação entre Sistema de Justiça e mídia é entendida como um processo inacabado, ora com tensões e ora coesões, que tem efeitos institucionais (como podemos ver na defesa das atribuições de controle do Conselho Nacional de Justiça). Ao se levar um debate até então restrito aos muros institucionais para uma espaço público, a discussão reverbera influenciando o próprio Sistema de Justiça.

Quando se examina o processo de Reforma do Judiciário e o debate inicial sobre o “controle externo” do Judiciário, deve-se atentar para o fato de que, quanto maior a repercussão do tema junto à opinião pública, menor foi capacidade de o corpo burocrático tratar a questão como algo restrito à administração estatal. Por exemplo, quando o tema do controle externo do Poder Judiciário passa a ser amplamente divulgado e entendido como uma ferramenta pela qual um Poder da República presta contas à sociedade, reduz-se a capacidade de negociação “silenciosa” dos magistrados em aceitar ou não este controle ou mesmo interferir em seu modelo de funcionamento. Não queremos entrar no mérito do que se entendia por controle

externo e sua posterior conformação na composição e nas atribuições do CNJ, mas mostrar que a exposição do tema como algo de interesse direto da sociedade mudou a condução do processo decisório e a interferência da burocracia estatal. Com a chamada “crise do Judiciário”,<sup>29</sup> a discussão sobre este ou aquele aspecto da lei não mais se restringe a um segmento e a própria atuação da burocracia passa também a ser divulgada:

29 Há diversas interpretações para a chamada “crise do Judiciário”, mas é de entendimento comum que no final dos anos 1990 vários episódios desgastaram a imagem da magistratura brasileira. Entre estes episódios, se destacam a descoberta do desvio de recursos públicos que seriam utilizados na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo pelo desembargador Nicolau dos Santos Neto, o Lalau. O desvio ocorreu entre 1994 e 1998, veio à tona naquele último ano e foi um dos fatos motivadores da instalação da CPI do Judiciário no Congresso Nacional, em 1999. Outro fato que contribuiu para o desgaste na imagem da magistratura, além da própria CPI, foi a prisão de magistrados envolvidos na operação “Anaconda” da Polícia Federal, em 2003. Entre os presos pela operação “Anaconda”, sobressai o ex-juiz federal João Carlos da Rocha Mattos, preso desde 2003 por envolvimento em um esquema de venda de sentenças da Justiça Federal de São Paulo. Diante desses casos, a discussão sobre o controle da magistratura em sua atividade fim e na gestão dos processos ganhou ampla repercussão nacional.



A situação brasileira recente difere de todo o período anterior em pelo menos dois aspectos: 1) a justiça transformou-se em questão percebida como problemática por amplos setores da população, da classe política e dos operadores do Direito, passando a constar da agenda de reformas; 2) tem diminuído consideravelmente o grau de tolerância com a baixa eficiência do sistema judicial e, simultaneamente, aumentando a corrosão no prestígio do Judiciário. [...] Mesmo os operadores do sistema de justiça, tradicionalmente mais reservados em suas apreciações e vistos como portadores de forte espírito corporativo, têm reconhecido que as condições presentes são desfavoráveis. Magistrados, Promotores e Procuradores da República têm se mostrado sensíveis à existência de uma crise na justiça. Sublinhe-se, inclusive, que os operadores do Direito têm sido chamados a interferir no debate e suas associações representativas têm tido participação ativa quer propondo mudanças, quer impedindo que certas alterações sejam aprovadas (Sadek, 2004: 84).

*Na medida em que  
ganha os holofotes,  
as decisões do  
Sistema de Justiça  
passam a sofrer  
uma influência  
fora dos “muros  
institucionais”  
que tem  
impactos no seu  
funcionamento.*

Assim, mesmo sem detalhar os impactos desse agendamento em um estudo aplicado a um veículo específico, atesta-se a importância da imprensa no processo de Reforma do Judiciário. Isto porque, ao pautar o Sistema de Justiça, a imprensa interferiu no processo decisório relativo à Emenda 45, dando a ela uma dimensão que ultrapassou os muros institucionais, o que influenciou seu formato. Em outro turno, pautas com apelo específico como a criação do CNJ, instituição a qual se atribuía uma instância de controle do externo do Judiciário, servia como ponto de aderência da sociedade a uma discussão que não mais se restringia a questões técnicas e burocráticas.

## **8. Conclusão**

Em uma visão panorâmica, pelo material colhido nas entrevistas, há dois momentos-chaves que marcam esta nova relação entre o Sistema de Justiça e a mídia: a CPI do Judiciário (1999) e a Reforma do Judiciário (Tramitação da Emenda Constitucional 45, anos de 2003 e 2004). Sendo que o primeiro momento marca o início de uma cobertura do Judiciário, à época

relacionada a uma crise de imagem, e o segundo momento, delimita uma maior organização de jornalistas especializados cobrindo a cúpula do Judiciário. Do ponto de vista de organização dos profissionais e espaços destinados à cobertura da imprensa, estes eventos antecedem a Ação Penal 470, conhecida como “mensalão”, e mesmo a Operação Lava Jato, que podem ser vistos como pontos extremos desta relação entre Sistema de Justiça e mídia.

Ao longo deste panorama, destacam-se dois eventos em que esta relação entre mídia e Sistema de Justiça são exemplificados: a defesa por parte da imprensa do “controle externo” do Judiciário durante a tramitação da Reforma (neste ponto é a mídia a interferir no Sistema de Justiça) e, posteriormente, do Conselho Nacional de Justiça se colocando diante da mídia como órgão contrário ao nepotismo como forma de criar uma bandeira de apoio institucional junto à opinião pública (neste ponto é o Sistema de Justiça que utiliza ferramentas midiáticas para sua defesa). Assim, temos um processo que combina momentos de tensão e coesão em uma relação incompleta, ainda em curso.

Por fim, também se observa que esta relação entre mídia e Sistema de Justiça ocorre em paralelo a um deslocamento do Sistema de Justiça da cobertura política. Cada vez mais, o Poder Judiciário ganha espaço próprio. Esta relação com a mídia ajuda a legitimar o Sistema de Justiça como ator político autônomo e tem efeitos institucionais. Na medida em que ganha os holofotes, as decisões do Sistema de Justiça passam a sofrer uma influência fora dos “muros institucionais” que tem impactos no seu funcionamento.

### Referências bibliográficas

- Albuquerque, G. (2016). O CNJ como pauta de uma nova relação entre mídia e sistema de justiça. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. *Anais*. Belo Horizonte: ABCP.
- Albuquerque, G. (2015a, 17 de outubro). CNJ e a construção de uma nova relação entre mídia e o Sistema de Justiça. *Jota*, Disponível em: <<https://jota.info/artigos/cnj-e-a-construcao-de-uma-nova-relacao-entre-midia-e-o-sistema-de-justica-17102015>>
- Albuquerque, G. (2015b, 7 de dezembro). Entre o espetáculo e o controle: a justiça e seus holofotes. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=2006>>. Acesso em: 17 julho 2016.
- Banco Mundial (1995). A Reforma do Judiciário na América Latina e Caribe (Documento Técnico n. 280). Washington: Banco Mundial.
- Becker, H. S. (2014). A epistemologia da pesquisa qualitativa. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 1 (2) 184-198. Disponível em: <<http://www.reedpesquisa.org/ojs-2.4.3/index.php/reed/article/view/18>>.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2007b.
- Brasil (2004). *Diagnóstico do Poder Judiciário*. Brasília: Ministério da Justiça.
- Brasil (2004). Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B,

- 111-A e 130-A, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 2004.
- Brasil (2000). PEC nº 29 de 30 de junho de 2000. Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. (Volume - XV). Disponível em: [http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=44577](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=44577). Acesso em: 30 dez. 2011.
- Brasil (1992). PEC nº 96-A de 26 de março de 1992. Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, DF, 1º maio 1992, p. 7847-7853.
- Brasil (2005). PEC nº 358 de 1 de janeiro de 2005. Altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=274765>. Acesso em: 30 dez. 2011.
- Brasil (2005). Senado Federal. Ação Direta de Constitucionalidade (ADI) nº 3.367, julgada em 10 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senado/advocacia/pdf/ADI3367.pdf>. Acesso em: 21 maio 2011.
- Buscaglia, E.; Dakolias, M.. (1996). Judicial Reform in Latin American Courts: The Experience in Argentina and Ecuador (Documento Técnico n. 350). Washington: World Bank.
- Dakolias, M. (1996). O setor Judiciário na América Latina e no Caribe: Elementos para reforma. Washington: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Documento Técnico, nº319). Washington: World Bank.
- Frey, K. (2000). Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 21, 212-259. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>.
- Lippmann, W. (2010). *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes.
- Mccombs, M. & SHAW, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36 (2), 176-187. Disponível em: <https://academic.oup.com/poq/article-abstract/36/2/176/1853310/THE-AGENDA-SETTING-FUNCTION-OF-MASS-MEDIA>.
- Martins, H. H. T. S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Revista Educação e Pesquisa – USP*, 30 (2). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S15177022004000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S15177022004000200007&script=sci_arttext).
- Perdomo, R. P. (2004). Reforma judicial, estado de derecho y revolución em Venezuela. In: Pásara, L. *En Busca de una Justicia Distinta: Experiencias de reforma en América Latina* (p. 356-357). México: Ed. Universidad Nacional Autónoma de México,
- Rocha, C. V. (2005). Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas: algumas observações. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 5 (1), p.11-28. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/32/1604>.
- Roesler, C. R. (2007). A reforma do poder judiciário no Brasil: análise preliminar da Emenda 45/2004.

*Cadernos de Pesquisa em Direito*. Florianópolis: Cesusc.

Sadek, M. T. (2004). Judiciário: mudanças e reformas. *Estudos Avançados*, 18 (51), 79-10.

Sampaio, J. A. L. (2007). *Conselho Nacional de Justiça e a Independência do Judiciário*. Belo Horizonte: Editora Del Rey.

Silva, C. E. L. da. (2014). Teoria da opinião pública. In: Citelli, A. *et al.* (Org.) *Dicionário de Comunicação: Escolas, teorias e autores*. São Paulo: Contexto.

Vasconcelos, F. (2005). *Juízes no banco dos réus*. São Paulo: Publifolha.

### **Relação de entrevistados citados no artigo**

1 - JULIANO BASILE: Desde 2000 é repórter do Valor Econômico, jornal no qual trabalha até hoje na cobertura especializada do Sistema de Justiça. Basile também foi jornalista na Gazeta Mercantil (1997 a 2000) e repórter na Folha de São Paulo (2000). É formado em Direito pela Universidade de São Paulo e em jornalismo pela Universidade de Brasília.

2 – MARCELO SEMER: é ex-presidente da Associação Juízes para a Democracia (AJD), tendo exercido o cargo entre os anos de 2005 e 2007. Atualmente é desembargador da 11ª Câmara de Direito Público de São Paulo, blogueiro e articulista do site Justificando e do blog Sem Juízo.

3 - RODRIGO HAIDAR: Foi jornalista do site Consultor Jurídico ([www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)) em Brasília e há vários anos cobre o Sistema de Justiça. Atua como jornalista desde 1997 e, além do Conjur, também trabalhou na revista Carta Capital e no Portal iG.

4 – SILVANA DE FREITAS: Desde 2008, a jornalista é assessora de Imprensa e Comunicação Social do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2003 e 2004 era repórter da Folha de São Paulo na Sucursal de Brasília onde fazia a cobertura do Poder Judiciário desde de 1996.

### **Relação de entrevistados para a pesquisa**

1 – PIERPAOLO BOTTINI: de 2003 a 2005 foi diretor de Modernização do Ministério da Justiça. De 2005 a 2007 ficou à frente da Secretaria

de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. É professor-doutor do Departamento de Direito Penal, Criminologia e Medicina Forense da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

2 - GRIJALBO COUTINHO: entre 2003 e 2005 foi presidente da Anamatra (Associação Nacional de Magistrados do Trabalho). Atualmente, é juiz titular da 19ª Vara do Trabalho do Distrito Federal.

3 - MARCELO SEMER: é ex-presidente da Associação Juízes para a Democracia (AJD), tendo exercido o cargo entre os anos de 2005 e 2007. Atualmente é juiz 15ª Vara Criminal de São Paulo, blogueiro e articulista do site Terra Magazine.

4 - JORGE HÉLIO CHAVES: é advogado, professor de Direito Constitucional e membro no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Seu primeiro mandato no CNJ foi entre 2009 e 2011, sendo recentemente reconduzido para um segundo mandato entre 2011 e 2013.

5 - JOÃO DE DEUS DUARTE ROCHA: foi presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) de 2004 a 2006 e

presidente da Associação Cearense do Ministério Público (ACMP) de 2000 a 2004. Atualmente é titular da 14ª. Promotoria dos Juizados Especiais em Fortaleza, Ceará.

6 – RICARDO CUNHA CHIMENTI: atualmente é juiz auxiliar da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em 1999, como magistrado de 1ª instância, participou das discussões da Comissão Especial que debateu a Reforma ainda na Câmara dos Deputados.

7 – ANDRÉ LUIZ MACHADO DE CASTRO: atualmente é presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), entre 2004 a 2006 foi vice-presidente da mesma entidade e, entre 2002 e 2004 foi presidente da Associação dos Defensores Públicos do Rio de Janeiro (Adeperj).

8 – SILVANA DE FREITAS: é assessora de Imprensa e Comunicação Social do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desde 2008. Em 2003 e 2004 era repórter da Folha de São Paulo na Sucursal de Brasília onde, desde 1996, fazia a cobertura do Poder Judiciário.

9 – RODRIGO HAIDAR: é jornalista do site Consultor Jurídico ([www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)) e há vários anos cobre o Sistema de Justiça. Atua como jornalista desde 1997 e, além do Conjur, também trabalhou na revista Carta Capital e no Portal iG.

10 – JULIANO BASILE: desde 2002 é repórter do Valor Econômico, jornal no qual trabalha até hoje na cobertura especializada do Sistema de Justiça. Basile também foi jornalista na Gazeta Mercantil (1997 a 2000) e repórter na Folha de São Paulo (2000). É formado em Direito pela Universidade de São Paulo e em jornalismo pela Universidade de Brasília.

11 – LUIZ ORLANDO CARNEIRO: é bacharel em direito e jornalista profissional. Trabalha há mais de 50 anos no Jornal do Brasil, no qual ingressou ainda no primeiro ano da faculdade, como estagiário. Ocupou diversas funções na redação e na chefia do JB, ainda na sede do Rio de Janeiro. Há mais de duas décadas mudou-se para Brasília onde cobre o Sistema de Justiça.







# *A Cobertura Midiática e seus Efeitos para a Desconfiança na Política*

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_5\\_5](https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_5)

## *Resumo:*

O artigo trata da relação entre o discurso midiático e a crise de representatividade no modelo democrático. Partimos da hipótese de que, ao se colocarem entre as instituições defensoras do interesse público no contexto de liberdade de expressão, os veículos midiáticos contribuem para a desconfiança da população na política e nos políticos. Isso também acontece porque o modelo democrático não privilegia a participação popular nas tomadas de decisão.

**Palavras-chave:** corrupção; crise; escândalo político; democracia; desconfiança; mídia

## *Abstract:*

This article deals with the relation between the media discourse and the crisis of representativeness in the democratic model. We start from the hypothesis that, located among the institutions that defend the public interest in the context of freedom of expression, media vehicles contribute to the public distrust in politics and politicians. This is also because the democratic model does not privilege popular participation in decision-making.

**Keywords:** corruption; crisis; political scandal; democracy; distrust; media

## 1. Introdução

É possível fazer uma relação entre o discurso midiático sobre corrupção e a crise de representatividade? O objetivo do artigo visa responder a essa pergunta a partir da combinação das teorias de comunicação e do jornalismo com a literatura da Ciência Política acerca dos modelos democráticos e seus impactos na participação política dos cidadãos.

Do ponto de vista da comunicação, conforme Wolf (1987), Traquina (2005) e Lima (2004), os efeitos da mídia são de longo prazo – isto é, constituem-se fundamentalmente nas representações, no agendamento, na definição da relevância de temas e abordagens, na construção do que é o senso comum. O efeito torna-se cumulativo e sugere que as mesmas representações sobre vários temas, inclusive a política, estão sistematicamente presentes na mídia e constituem o imaginário coletivo.

Os autores Rosavallon (2008), O'Donnel (1991) e Chandhoke (2005) traçam um panorama da expansão dos modelos democráticos, principalmente

quanto ao sufrágio universal, que concentra a expectativa dos eleitores em pessoas e não em partidos e ideologias. Mas, apesar da decisão soberana daqueles aptos a votar ser essencial numa democracia, a distância da população nas tomadas de decisão dos governos e na elaboração de políticas públicas contribuíram para a crise de representatividade.

Outra característica importante gerada por esse processo é a ausência de uma prestação de contas (*accountability*) que possa ser mais acessível. Os veículos midiáticos têm assumido o papel de cobrá-la ao investigar, por exemplo, casos de corrupção.

Segundo Thompson (2002), quando o caso envolve muito dinheiro e pessoas importantes, os escândalos político-midiáticos podem emergir e dar visibilidade às ações realizadas num ambiente privado ou escondido. Esses desvios éticos contribuem para a crise de representatividade e aumentam a desconfiança na política.

A redução da credibilidade da população/eleitores na política e

nos políticos é tema de vários trabalhos acadêmicos, como visto em Moisés e Carneiro (2008), Guazina (2011) e nos levantamentos realizados pelo Consórcio Latinobarômetro, que tem feito correlação entre a desconfiança dos cidadãos e a democracia. Também não é possível pensar sobre confiança e representatividade fora do contexto midiático, se compreendermos a mídia como ator central na democracia e local de construção da confiança nas instituições.

O artigo é essencialmente teórico, tendo em vista a abrangência do tema, e apresenta algumas conclusões da dissertação de mestrado da autora, que aborda a narrativa da revista *Veja* sobre o político José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil do Brasil (governo Luiz Inácio Lula da Silva), analisado como personagem no escândalo político conhecido como Mensalão, ocorrido nos anos 2000.

A dissertação levantou reflexões sobre os escândalos político-midiáticos, a corrupção e a desconfiança nos regimes democráticos, a partir

da trajetória de ascensão e queda do personagem.

## **2. A crise na democracia representativa**

Entende-se por democracia indireta ou democracia representativa todo sistema político em que cidadãos elegem seus representantes por meio do voto. Aos representantes é conferida o poder de tomar decisões em nome do povo. Esse modelo, apesar de ser considerado justo por envolver a sociedade na escolha de seus governantes, está em crise.

De acordo com Rosavallon (2008), o poder do voto direto ganhou aceitação imediata nos modelos de governos democráticos liberais. A ideia de que as pessoas têm o poder de escolha não seria questionada, pois a prevalência do voto da maioria é a essência da democracia, em contraste aos regimes autoritários. Entretanto, ao longo de décadas, apenas o voto não foi suficiente para consolidar a confiança dos eleitores em seus governantes. Unido a isso, perderam-se também alguns critérios de julgamento da qualidade

*O artigo é  
essencialmente  
teórico, tendo em  
vista a abrangência  
do tema, e  
apresenta algumas  
conclusões da  
dissertação de  
mestrado da  
autora, que aborda  
a narrativa da  
revista Veja sobre o  
político José Dirceu*

da democracia no país, uma espécie de acomodação dos representados. Denúncias de corrupção, promessas de campanha não cumpridas e a falta de identificação ideológica com os partidos políticos podem ser elencados como motivos para essa descrença.

Portanto, as novas formas de democracia precisam de ser elaboradas, com vista à descentralização de poder. O modelo tradicional de voto majoritário dos países acabou por limitar a expressão popular. Rosavallon (2008) acrescenta que, apesar da democracia indireta significar o voto da maioria, esses eleitores não têm participação nas decisões dos políticos eleitos.

Uma das possíveis soluções para a resolução da crise seria a implantação da democracia participativa, modelo em que a população opina e delibera sobre as decisões políticas, que seria um passo além da democracia delegativa, termo usado por O'Donnell (1991) para designar a concentração de poder e responsabilidades nos políticos. O voto permaneceria sendo o instrumento de escolha dos representantes, pelo que a democracia participativa

qualificaria as escolhas dos eleitores por políticas públicas e decisões que beneficiem o interesse coletivo.

Com a deficiência da participação popular nos mandatos políticos, outros poderes de supervisão se fortaleceram, como enumerados por Rosavallon (2008):

“Cinco tipos existem hoje: o controle parlamentar do executivo, combinado com poderes de investigar; opinião pública, que é polarizada e expressa de uma forma difusa através da mídia; intervenção crítica por partidos da oposição; movimentos e organizações de carácter social; e ad hoc instituições democráticas” (Rosavallon, 2008: 301).

Chandhoke (2005) e O'Donnel (1991) realizaram pesquisas sobre a Índia e a América Latina, respectivamente, e dão exemplos de locais que enfrentam graves problemas sociais, mesmo com a implantação de modelos democráticos que dependem do voto e onde os governos e mandatários não promoveram, de forma eficaz, a

participação popular na formulação de políticas públicas.

Chandhoke (2005) constatou que a população indiana não obteve significativo retorno em forma de políticas públicas que considerassem as suas necessidades básicas. A decepção, causada pela manutenção da pobreza extrema, da fome, da falta de saneamento básico, da educação precária, da doença e da desigualdade de oportunidades, provocou o descrédito na política: “Os partidos políticos esgotaram a sua capacidade de representar as aspirações de seus colégios eleitorais, tornaram-se hierárquicos, burocráticos e rígidos, e eles tendem a seguir a lógica política e impulso do poder” (Chandhoke, 2005: 311).

Conforme a autora, o objetivo da institucionalização generalizada do sistema partidário competitivo seria resolver o dilema da democracia no século XX: a impossibilidade de estabelecer uma relação entre o cidadão e o Estado nas sociedades grandes e complexas. Mas, segundo a pesquisa, essa transição não aconteceu na Índia de forma satisfatória: 41% dos

entrevistados disseram que as suas necessidades básicas não foram atendidas, pois os representantes não “apresentam os interesses dos seus eleitores em fóruns de formulação de políticas” (Chandhoke, 2005: 313).

Portanto, na visão de Chandhoke (2005), todo governo democrático é moralmente obrigado a assegurar uma vida digna para o povo, atender as suas necessidades e apresentar fielmente os interesses para que os seus constituintes obtenham isso. Caso isso não aconteça, o cidadão comum vai, cada vez mais, tratar a política e os políticos como irrelevantes, pois, sem condições minimamente dignas, essas pessoas não conseguem prosseguir com os seus planos de vida.

Chandhoke (2005) completa que além de não conseguirem cumprir a responsabilidade para com as pessoas, os partidos políticos se degeneraram rapidamente para máquinas sedentas de poder, não representativos e corruptos.

A própria determinação do sistema para a manutenção de poder contribui para o afastamento dos eleitos de suas



bases eleitorais e de militância. Isso tem acontecido no Brasil e afetou o Partido dos Trabalhadores (PT), de centro-esquerda, tornando-se, porém, dependente de alianças com agremiações consideradas de direita para permanecer na Presidência da República. Nem essas alianças conseguiram evitar o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, por exemplo. A maioria dos partidos da base de apoio ao governo votaram pelo afastamento da mandataria. Diante disso, podemos afirmar que as alianças partidárias no Brasil não têm priorizado os interesses da população e sim os particulares: “Os representantes peneiram interesses articulados, selecionam aqueles que eles consideram digno de representar, priorizam as agendas que aparecem mais viáveis para eles sobre os outros” (Chandhoke, 2005: 324).

Uma das consequências dessa relação de afastamento entre o representante e o representado, além do descrédito na capacidade dos políticos e dos partidos por parte dos eleitores, é o enfraquecimento da democracia: quando os cidadãos recorrem

*A própria  
determinação do  
sistema para a  
manutenção de  
poder contribui  
para o afastamento  
dos eleitos de suas  
bases eleitorais e  
de militância.*

a contatos personalizados para resolver seus problemas pode-se abrir brecha para o patrimonialismo e para a desmobilização popular em nome de objetivos comuns. No Brasil, isso ocorre principalmente nos episódios de compra de votos, troca de favores ou mesmo chantagens.

Em relação à América Latina, O'Donnel (1991) propõe uma tipologia de democracias dentro dos padrões da execução de políticas públicas, e considera que o modelo adotado nos países que enfrentaram regimes autoritários, a exemplo do Brasil, culminou em democracias delegativas. Como as heranças dessas ditaduras resultaram em profundas crises socioeconômicas, prevaleceu o discurso organicista e individualista, que isola o Presidente da República, o responsável pelas decisões certas ou erradas, principalmente quando se trata de política econômica.

“Quem ganha uma eleição presidencial é autorizado a governar o país como lhe parecer conveniente e, na medida em que as relações de poder existentes permitam, até o final do seu mandato.

O presidente é a encarnação da nação, o principal fiador do interesse nacional, o qual cabe a ele definir. O que ele faz no governo não precisa guardar nenhuma semelhança com o que ele disse ou prometeu durante a campanha eleitoral” (O’Donnel, 1991: 30).

O’Donnel (1991) também defende a partilha de responsabilidades, ainda mais porque, na democracia delegativa, o presidente não seria obrigado a prestar contas do mandato de forma horizontal: “Depois da eleição, espera-se que os eleitores/delegantes retornem a sua condição de espectadores passivos, mas quem sabe animados, do que o presidente faz” (O’Donnel, 1991: 31).

A democracia delegativa cria um cenário de centralização de poder em cima do presidente da República, alguns eleitos como salvadores da pátria, fortes e corajosos. No caso do Brasil, Fernando Collor de Melo, o presidente eleito em 1989, após a Ditadura, se apresentou à mídia como o “caçador de marajás”, termo utilizado para designar quem beneficiava do

Estado para interesses privados. De acordo com Conti (1999), o legado de Collor resultou em acusações de corrupção e planos econômicos que fracassaram, originando o *impeachment*.

### **3. A Representação Midiática da Política**

Segundo Miguel (2010), mesmo no século XXI, ainda vigora o senso comum de que os políticos não são confiáveis, gostam de mordomias e se utilizam da corrupção para conquistar seus objetivos. “Essa percepção está presente em países ricos e pobres, em velhas e novas democracias” (Miguel, 2010: 223). O autor acrescenta que vários indicadores apontam para o declínio da confiança na política em ambientes democráticos no ocidente, que conciliam valores como a soberania popular com “a falta de fé nos mecanismos institucionais” (Miguel, 2010: 223). Se considerarmos que a mídia é uma das instituições partícipes do ambiente democrático, podemos concluir que o senso comum apresentado por Miguel (2010) reflete a representação midiática da política.

No Brasil, a cobertura política com prioridade é o padrão de cobertura noticiosa dos grandes veículos de mídia. Mesmo quando o país está vivenciando momentos de ascensão econômica e relativa tranquilidade aparente nas relações político-partidárias, há um pequeno exército de repórteres que procura possíveis falhas individuais de políticos ou de servidores públicos, principalmente daqueles que representam um governo contrário ideologicamente aos interesses comerciais das empresas de comunicação. Este comportamento é citado por Waisborn (2000) como jornalismo “cão de guarda”, popularizado na imprensa dos Estados Unidos a partir do século XIX, que se tornou característico nos países latino-americanos que se democratizaram após ditaduras militares.

A pesquisa de Rehbein (2015) aponta para essa tendência. O levantamento traz 1768 notícias dos jornais brasileiros *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, nos meses de maio de 1995, 2001, 2003 e 2005, anos em que o país alternou momentos de tranquilidade e crise na política. Com 44%, as denúncias

divulgadas pelas editorias de política aparecem em primeiro lugar, como manchete de primeira página. No mesmo quesito, as ações do governo aparecem com 9% e os protestos e manifestações populares com 8%. Entre as fontes, os detentores de cargos políticos são os mais ouvidos, com 49%. Rehbein (2015) constatou, porém, que só em 581 matérias (33%), a posição contraditória foi consultada.

A partir da pesquisa de Rehbein (2015) e dos estudos de Waisborn (2000), faz-se necessária a atenção para os enquadramentos midiáticos que priorizam os bastidores e escândalos da política partidária no Brasil, em detrimento a outros assuntos que afetam diretamente a vida da população, entre eles, o racismo, o machismo, a homofobia, a falta de saneamento básico e de outros serviços como saúde e educação.

Por isso, para Tuchman (1978: 184), “as notícias não refletem a sociedade. Elas ajudam a constituir um fenômeno social partilhado, dado que, no processo de descrever um acontecimento, as notícias definem e dão forma

ao mesmo”. A autora também aponta que os jornalistas possuem maneiras específicas de contar histórias e essas narrativas possuem códigos reconhecidos pelos destinatários.

Sobre a questão, Traquina (1993: 176) afirma que “as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento”, o que nos leva a discorrer sobre o enquadramento midiático.

O enquadramento (*frame*) é a linha orientadora das notícias, conforme Tuchman (1993). Entman (1993) aprofunda o conceito, dizendo que a mídia torna salientes alguns aspectos da realidade, de forma que eles possam ser interpretados, diagnosticados, e avaliados por meio de prescrição moral. Ou seja, em determinados acontecimentos, o julgamento do político envolvido em casos de corrupção, por exemplo, é realizado primeiro pela mídia e, posteriormente, pelas autoridades policiais e judiciais.

Segundo Guazina (2011), existe uma relação entre o enquadramento

da mídia na cobertura sobre escândalos (que está relacionada com os interesses ideológicos das empresas de comunicação) e a adversidade entre jornalismo e política, também fomentada pela conduta individual dos profissionais de comunicação, que se apresentam como defensores da ética, da lisura e do interesse público.

Guazina (2011) explica que o jornalismo assume o papel de porta-voz do “interesse público” com o objetivo de garantir que possui credibilidade perante a sua audiência e, dessa forma, assegurar o seu poder dentro da sociedade. Esse poder é usado como contrapeso em relação ao poder dos governos nas democracias: “[O jornalismo] é um porta-voz que o público não elegeu e com o qual se relaciona de forma mediada, com base em uma relação de consumo” (Guazina, 2011: 25).

Em contrapartida, alguns autores consideram que a mídia é um pilar importante da consolidação da democracia no Brasil e tem cumprido o seu papel ao denunciar desmandos políticos e casos de corrupção. Segundo

Matos (2008: 295), o jornalismo político se profissionalizou e tem mantido padrões de qualidade “como o profissionalismo na reportagem política, o equilíbrio e a crítica política”.

Na visão de Bucci (2000), apesar de os grandes veículos de mídia terem apoiado inicialmente a Ditadura Militar no Brasil, a democracia atual do país deve muito ao jornalismo. “O jornalismo consiste em publicar o que os outros querem esconder mas que o cidadão tem direito de saber” (Bucci, 2000: 42).

Além disso, o autor aponta que os jornalistas enfrentam muitas dificuldades nas redações e que em todas as opções editoriais, alguém perde e alguém ganha. “Uma série de resoluções no cotidiano jornalístico são resoluções solitárias. Não há tempo para debater-las, não há condições técnicas de ouvir todas as opiniões, ponderá-las, voltar a avaliar”. (Bucci, 2000: 43).

A partir das leituras feitas, podemos concluir que o principal motivo da decepção dos eleitores com os seus

mandatários é a ausência de resolução de problemas básicos e esse é um dos pretextos que a mídia utiliza para justificar o enquadramento negativo utilizado para representar a política, principalmente em situações de crise e escândalos. O que está por detrás do descrédito na democracia representativa não é exclusivamente a investigação jornalística de atos transgressores de homens públicos, mas a ausência de participação popular no sistema democrático.

Alheada das decisões políticas, grande parte dessa população só tem contato com assuntos relacionados à política por meio da mídia, que privilegia os aspectos negativos da política partidária em sua programação, contribuindo dessa forma para desconfiança e aversão da política por parte dos cidadãos. Esses temas serão detalhados no tópico a seguir.

#### **4. A desconfiança na política e o papel da mídia**

Os pesquisadores Moisés e Carneiro (2008) indicam que o Brasil ocupa o primeiro lugar em relação aos baixos

índices de identificação partidária. A avaliação negativa do Congresso Nacional também vigora entre esses itens. No caso do Brasil, vários levantamentos, com o objetivo de medir a confiabilidade da população em diferentes instituições, apontam a prevalência da desconfiança da política. Conforme Warren (1999), a desconfiança é a atitude de descrédito ou de desmerecimento de alguém ou de algo.

Segundo dados do Instituto Latinobarômetro, divulgados em 2013, a população brasileira confia mais nos veículos de comunicação do que na classe política: 76,10% dos entrevistados afirmaram ter pouca ou nenhuma confiança no Congresso Nacional. Porém, mais de 50% deles declarou ter muita ou alguma confiança nos jornais, rádio e TV.

Miguel (2010: 227) argumenta que haveria um círculo vicioso envolvendo a cobertura midiática sobre política, as expectativas do público e o comportamento dos políticos. Diante disso, os políticos sentem que não adiantaria assumir uma postura correta e voltada para o bem comum “pois sempre serão

encarados como autointeressados e carreiristas. Os jornalistas saberiam que seus leitores esperam uma leitura neste diapasão”.

Sobre o jornalismo político especificamente, Miguel (2010: 232) ressalta que os repórteres aprendem a especular quais os interesses e vantagens por detrás da realização de políticas públicas, por exemplo, ao invés de explicar ou avaliar quais seriam os seus efeitos positivos na população: “Nosso governo nos parece pior porque não faz o que os outros governos fazem e que os meios de comunicação não mostram”. Na visão do autor, é um tipo de narrativa onde predomina a negatividade e a exigência por respostas rápidas, que prejudicam a qualidade das decisões políticas.

A desconfiança até pode ser positiva, de acordo com Moisés e Carneiro (2008), pela posição quase passiva da parte da população, que não tem acesso ou controle relativos ao funcionamento de um órgão público. Mas, quando em excesso, é prejudicial. Concordamos que os atos de corrupção ou desvio de dinheiro

*O que está  
por detrás do  
descrédito na  
democracia  
representativa não  
é exclusivamente  
a investigação  
jornalística de atos  
transgressores de  
homens públicos,  
mas a ausência  
de participação  
popular no sistema  
democrático.*

público precisam de ser elucidados e investigados pelo poder público e divulgados pela imprensa.

Mas a questão aqui problematizada é o enquadramento midiático que se dá em relação a uma situação mais ampla: a disseminação da desconfiança na política prejudica a democracia, desestimula os cidadãos a reivindicarem participação nos processos de tomada de decisão: “A centralidade da mídia decorre do poder de longo prazo que o conteúdo das comunicações tem na construção da realidade, através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana” (Lima, 2004: 19).

Durante a cobertura de um escândalo midiático, por exemplo, no contexto de hegemonia e dominação midiáticas, as construções de realidade são acionadas na memória da audiência e reforçam a ideia de que todos os políticos são iguais, que ninguém será punido.

Lima (2004) acrescenta que a cobertura jornalística na América Latina tende a dramatizar os fatos noticiáveis,



principalmente na televisão, resultado da ligação histórica e cultural da região às telenovelas e folhetins. Traquina (2005) classifica a dramatização e a personalização como valores-notícia de construção, essenciais para tornar o produto jornalístico acessível e atraente ao público.

O uso da personalização como valor-notícia no noticiário político faz todo o sentido em sistemas eleitorais presidencialistas, como ocorre na América Latina. Aliado à dramatização, a personalização contribui decisivamente para a construção do imaginário de generalização quanto à reputação dos políticos.

Para Waisbord (2000), as representações políticas estão se tornando cada vez mais desacreditadas pela população por influência da mídia, porque a política é tratada de forma hegemônica – o que pode levar o público a fazer associação direta da figura de todos os políticos com a corrupção.

Como dito anteriormente, a construção de uma narrativa dramática em torno dos escândalos políticos

norteia a cobertura jornalística. É compreensível, a não ser que seja pelo simples sensacionalismo, que esse tipo de recurso seja utilizado em grandes reportagens, mais descritivas, sobre assuntos diversos ou mesmo tragédias, que mobilizam uma grande quantidade de pessoas. Mas, como constatado em nossa dissertação de mestrado, essa linguagem é utilizada para prolongar a cobertura política, conferir efeito de sentido aos destinatários da mensagem e por interesses mercadológicos. Quanto mais caráter de espetáculo for dado ao noticiário político, maior a garantia de audiência e do exercício do poder dos grandes veículos de comunicação em influenciar decisões políticas, demissões e cassações.

Dependendo do tipo de denúncia, o escândalo político afeta um ou vários indivíduos que realizavam transgressões éticas e morais de forma obscura. Com a democratização no Brasil, uma das exigências da sociedade civil é a transparência nos atos daqueles que foram eleitos pelo povo ou que possuem caráter público em suas atuações.

A personalização dos atores envolvidos na denúncia ocorre por diversos fatores. Um deles é a importância de seus cargos na hierarquia do cenário político. Presidente da República, ministros, senadores e deputados federais são os que têm mais visibilidade. A situação piora quando aparece uma grande quantia em dinheiro (Thompson, 2002) oriunda de supostos esquemas ilegais de corrupção relacionadas a esses nomes: “Quanto mais personalizado é o acontecimento, mais possibilidades tem a notícia de ser notada, pois facilita a identificação do acontecimento em termos negativo ou positivo” (Traquina, 2005: 92).

O escândalo provoca conflitos na arena política, o que leva o jornalismo a construir enredos de acordo com o desenrolar dos acontecimentos. Dessa forma, os personagens começam a surgir na narrativa jornalística dentro de uma estrutura muito semelhante à dramaturgia: heróis, vilões, derrotados, vencedores ou injustiçados são algumas das funções dramáticas atribuídas aos atores envolvidos. A dramatização provoca reações emocionais na audiência. Por isso, é muito comum que inspire sentimentos de

indignação, revolta, desconfiança ou até de admiração de personagens envolvidos. Mesquita (2003) aponta que as figuras heróicas e também anti-heróicas compõem os modelos de identificação das personagens jornalísticas e completa: “Os jornalistas gostam de propor imagens simplificadoras das pessoas” (Mesquita, 2003: 125).

Já Gomes (2007) associa a construção do personagem político à profissionalização das campanhas eleitorais após a redemocratização do Brasil. A biografia do candidato, seus desafios e aspirações são apresentados numa linguagem dramática, que é utilizada principalmente nos programas eleitorais produzidos para a televisão. No contexto do escândalo e da crise de imagem, o jornalismo procura desconstruir essas encenações, mas, para isso, também se apropria da linguagem dramática.

A composição do personagem político, na presença de um escândalo ou não, ocorre pela junção de várias características observadas pelos jornalistas: físicas, psicológicas, sociais, entre outras. A partir dessa

observação, o enquadramento das matérias pode ressaltar “qualidades, forças, tendências, virtudes, programas ou poderes que tenham um impacto decisivo na cultura política e na mitologia de um país” (Meyer e Hinchman, 2008: 61).

Podemos exemplificar a construção dos personagens a partir de características acentuadas no enquadramento midiático com o episódio ocorrido durante o escândalo conhecido no Brasil como Mensalão do PT, um dos objetos de estudo da autora do artigo. Trata-se dos depoimentos dos deputados federais na época Roberto Jefferson (PTB/RJ) e José Dirceu (PT/SP), na Comissão de Ética da Câmara, em 8 de agosto de 2005, que foram transmitidos ao vivo pelas emissoras de TV.

O estilo considerado como “performativo e teatral” de Jefferson ao narrar os acontecimentos chamava a atenção dos jornalistas e, segundo Guazina (2011), reforçou a divisão dramática nas funções dos personagens da notícia: vilões, bandidos e mocinhos que se enfrentam na arena política.

Jefferson acusou José Dirceu de chefiar um esquema de compra de votos na Câmara pela aprovação de matérias do Poder Executivo, que apelidou de Mensalão, e esse foi o ponto de partida da mídia para a eclosão do escândalo. De acordo com Lima (2004), a mídia promove um conjunto de construções simbólicas reunidas em torno de um tema, mantendo um núcleo central organizador.

“A televisão é o espaço, por excelência, de construção da cultura mítica no mundo contemporâneo. A mídia fabrica e emite os imaginários sociais. Da mesma forma que as sociedades ditas primitivas, o papel de manutenção e reprodução dos mitos era dos sacerdotes, feiticeiros, mágicos, hoje, esse lugar privilegiado é ocupado pela televisão e nela, sobretudo, pela narrativa melodramática” (Lima, 2004: 23).

O episódio que envolveu Roberto Jefferson e o ex-ministro José Dirceu demonstra que, em determinadas situações, as atenções da mídia se voltam mais para as personagens do que

para partidos e ideologias. O estudo da autora deste artigo sobre a construção de José Dirceu como personagem pela revista *Veja*, antes e depois do escândalo do Mensalão, demonstra isso. A publicação dedicou-lhe dez capas, de 2005 a 2014, tamanha a importância do personagem para sua narrativa política.

Durante a pesquisa, foi possível comprovar que a construção da personagem na política torna a cobertura midiática mais acessível à identificação do público por meio do recurso da dramatização. No contexto da disputa ideológica entre *Veja* e PT, José Dirceu é um alvo a ser atingido. Apontado como responsável de um ato supostamente ilícito, seria antagonista de valores morais defendidos pela revista, como a ética na política, uma exigência que permeia o senso comum da população, mais precisamente dos eleitores.

A descrição minuciosa de personagens é considerada por Motta (2013) uma estratégia argumentativa do jornalismo para gerar efeito de real e garantir que o destinatário da mensagem

acredite que a história é verdadeira. Entre essas estratégias, estão as aspas com afirmações dos entrevistados ou fontes não identificadas, números e datas.

Nas matérias analisadas, encontramos a presença de elementos narrativos, descrição de episódios e de espaços físicos, das falas dos personagens e a caracterização psicológica de José Dirceu, sobressaindo sobre a sua atuação política.

Constatamos que os jornalistas que escreveram as matérias da *Veja*, no período que foi estudado, são narradores oniscientes (sabem o que se passa ao redor) e intrusos (dão opiniões sobre o que é narrado). As fontes são narradoras também e contribuem para a organização dos relatos de bastidores, onde o jornalista não pode estar. A negociação entre fontes e jornalistas durante a apuração faz parte da construção dos personagens, segundo Mesquita (2003). Isso justifica o que acontece com José Dirceu em *Veja*. A revista relata fragmentos da biografia do ex-ministro de acordo com suas necessidades editoriais. Portanto,

o personagem não é real, é construído, é uma figura do discurso como também afirma Motta (2013).

Em todas as matérias analisadas, dilemas íntimos e morais dos personagens são expostos. Suas atitudes, estados emocionais, problemas e futuras soluções também ganham destaque. Sempre há comportamentos descritos que definem e revelam esses personagens. Frio, pragmático e sem limites pelo poder são as características de Dirceu que se destacam no enquadramento da revista. O conjunto das caracterizações nos levou a concluir que a função de José Dirceu como personagem é de um anti-herói trágico. A partir da definição de Vogler (2006), os anti-heróis trágicos são aqueles que cometem erros, mas não conseguem corrigir o dano, “ignoram advertências sensatas ou desafiam os códigos morais, achando que estão acima das leis divinas” (Vogler, 2006: 101).

*Veja* recobre de desconfiança a atuação política de José Dirceu, que era contrário à ditadura militar, desde o Movimento Estudantil de 68, quando a revista duvidou de sua capacidade

como líder e o colocou como um dos responsáveis pelo episódio conhecido como “Batalha da Rua Maria Antônia”, em São Paulo, uma briga em praça pública de estudantes contra e a favor do regime.

As características de Dirceu destacadas pela revista durante a ditadura voltam a ganhar evidência em outras ocasiões, entre elas, em 2002, quando da possibilidade de Lula chegar à presidência da República e também no escândalo do Mensalão. A desconfiança se mantém no período pós-escândalo, quando a revista investiga as visitas que Dirceu recebe em seu quarto de hotel, em Brasília, em 2011, definindo-o como “O Poderoso Chefão”, e considera que ele ainda tinha poder e influência sobre o PT e o governo naquele período e, durante a prisão, quando o acusa de receber privilégios na Penitenciária da Papuda, no Distrito Federal, em relação a outros presos.

De acordo com as análises das 10 edições, o destino de Dirceu é traçado por *Veja*: ele cometeu uma falha e não pode ser perdoado por isso. A revista

considera a pena do ex-ministro branda, o fiscaliza e o expõe na prisão, para fins de sensacionalismo, que é contra a Lei de Execução Penal brasileira. Mesmo diante de um caso de corrupção cujos réus foram julgados e condenados, a cobertura não propõe melhorias ao sistema político e nem a possibilidade do político acusado se recuperar e voltar à sociedade.

Observou-se ao longo da pesquisa que esse padrão é seguido por outros veículos de mídia brasileiros. Os escândalos políticos precisam ser noticiados, pois são de interesse público, e às vezes envolvem recursos que deveriam ser repassados aos cidadãos. Mas as coberturas jornalísticas têm priorizado a personalização e o linchamento como estratégia comercial para atrair audiência em detrimento às notícias que promovam as informações e o incentivo à participação popular nas decisões.

## 5. Conclusão

A partir da relação entre os temas democracia e confiança, tratada pelos autores referenciados neste

artigo, concluímos que as expectativas criadas pela população ao eleger representantes diminuem de forma proporcional à ausência de respostas que os membros dos poderes Executivo e Legislativo precisam de dar à sociedade após eleitos. Diante das cobranças, que podem vir por meio de ativismo social ou da própria mídia, os políticos quase sempre correm riscos de perder a credibilidade e os votos, principalmente em situações de crise política ou econômica.

Eis um dos pontos cruciais para as reações dos eleitores: eles precisam de se informar sobre os candidatos que escolhem para que haja identificação com a plataforma de governo proposta ou de interesses. Miguel (2010) completa que grande parte dessas informações advém da mídia, mas todos os veículos possuem as suas preferências ideológicas e partidárias.

No Brasil, que viveu 20 anos de Ditadura Militar, o fim da censura e o fortalecimento dos órgãos fiscalizadores do Estado contribuíram com um cenário favorável para investigações jornalísticas sobre escândalos

de corrupção. A concentração das acusações em pessoas sem a devida conclusão de inquérito e processo judicial pode causar danos irreversíveis aos políticos em sua credibilidade e reputação, além de quebrar a confiança dada pelos eleitores.

No jornalismo, principalmente na cobertura política, alguns reflexos das características do governo representativo podem ser percebidos, sendo um deles a personalização, considerado como valor-notícia por Traquina (2005). Baseado nesses estudos, a autora apresentou resultados de sua dissertação de mestrado, onde disseceu a construção do ex-ministro da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu, como personagem da revista *Veja*, e constatou que a caracterização do personagem se deu de uma forma que provocasse a desconfiança do público sobre sua reputação.

A partir do momento em que o eleitor confere seu voto ao político, quase sempre se estabelece uma relação de confiança. Ao longo do tempo, quando as expectativas não são atendidas, há uma espécie de quebra

dessa confiança com o eleitorado que se acentua ainda mais se os políticos se envolvem em escândalos, como desvios de recursos públicos ou de corrupção para obter ganhos pessoais ou partidários.

A medição de índices de desconfiança das pessoas, muito altos em instituições como o governo e o Congresso Nacional em comparação aos índices significativos de confiança nos veículos de comunicação, refletem duas situações: a população está recebendo informações negativas generalizadas da mídia sobre política, que atraem mais audiência; e a existência da frustração dos eleitores com os resultados práticos da atuação dos candidatos que elegeram.

De acordo com estudos analisados, o modelo democrático tradicional representativo permite que os políticos não sejam obrigados a realizar as vontades dos eleitores e favorece um distanciamento entre decisões de governo e a vontade popular. O que se percebe na construção das notícias é justamente isso: quem fala são os políticos, não os partidos ou a ideologia. Quando

sucessivos escândalos são noticiados ou um deles tem uma longa cobertura, de acordo com Gomes (2007), eles podem ser espetacularizados e o público corre o risco de se ver mais como espectador do que como eleitor e cidadão.

Por isso, a tendência apresentada como ideal pelos autores é o desenvolvimento de um novo sistema democrático que privilegie a participação popular nos processos de decisão e também de monitoramento do uso dos recursos públicos.

### Referências bibliográficas

- Bucci, E. (2000). *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Conti, M. S. (1999). *Notícias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chandhoke, N. (2005). Revisiting the crisis of representation thesis: the indian context. *Democratization*, 12, 308-330.
- Entman, R. (1993). Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43, 51-58.



- Gomes, W. (2007). *Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa*. São Paulo: Paulus.
- Guazina, L. (2011). *Jornalismo em busca de credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no escândalo do Mensalão*. Tese de Doutorado em Comunicação Social. Universidade de Brasília, Brasil.
- Lima, V. (2004). Cenários de Representação da Política, CR-P. In Rubim, A. A. C. (ed.), *Comunicação e Política – Conceitos e Abordagens*. São Paulo: UNESP.
- Matos, C. (2008). *Jornalismo e Política Democrática no Brasil*. São Paulo: Publifolha.
- Markun, P. (2004). *O Sapo e o Príncipe: Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Minerva.
- Meyer, T. & Hinchman, L. (2008). *Democracia Midiática: Como a mídia coloniza a política*. São Paulo: Edições Loyola.
- Miguel, L. F. (2010). A mídia e o declínio da confiança na política. In Biroli, F. & Miguel, L.F. (eds.). *Mídia, Representação e Democracia*. Hucitec: São Paulo.
- Moisés, J. & Carneiro, G. (2008). Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. *Opinião Pública*, 14, 1-42.
- Motta, L. G. (2013). *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Nassif, L. (2003). *O Jornalismo nos Anos 90*. Futura: São Paulo.
- O'Donnel, G. (1991). Democracia Delegativa?. *Novos Estudos*, 31, 25-40.
- Rehbein, M. (2015). Noticiário Político: um diagnóstico da cobertura pela mídia impressa. In Adghirni, Z. L. (ed.). *Jornalismo e Poder Legislativo: Relações entre mídia e política no Brasil*. Curitiba: Appris.
- Rosavallon, P. (2008). *Counter-democracy: Policy in a age of distrust*. New York: Cambridge University.
- Thompson, J. (2002). *O Escândalo Político: Poder e visibilidade na era da mídia*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Traquina, N. (Org.) (1993). *Jornalismo: Questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis: Insular.
- Tuchman, G. (1978). *Making News: A study in the construction of reality*. New York: Free Press.
- Tuchman, G. (1993). A Objetividade como Ritual Estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In Traquina, N. (ed.) *Jornalismo: Questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega.
- Vieira, A.P. R. (2015). *A construção do personagem José Dirceu pela Revista Veja durante e após o escândalo do mensalão*. Tese de Mestrado em Comunicação e Sociedade. Universidade de Brasília, Brasília.
- Waisbord, S. (2000). *Watchdog Journalism in South America: News, accountability and democracy*. New York: Columbia University Press.
- Warren, M. (1999). *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wolf, M. (1987). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Vogler, C. (2006). *A Jornada do Escritor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.







# Música das Cidades:

## O Surgimento da Canção Popular Moderna como Forma de Representação do Indivíduo

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_5\\_6](https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_6)

### Resumo

Nossa relação com a música é um jogo de representação que começa na consciência dos ritmos biológico-corporais e da natureza, nas aventuras percussivas e experiências sonoras dos hominídeos. Nos primeiros estágios do desenvolvimento humano, a ideia de indivíduo ainda não existia. Vivíamos, da Pré-História à Idade Antiga, sob distintas formas de consciência coletiva, que faziam com que as formas de expressão humanas, incluindo as musicais, surgissem de maneira não individual, mas comunitária. Nesse contexto, o surgimento, na Era Moderna, das metrópoles, com suas multidões e formas de organização social, é marco fundamental na formação do indivíduo e da canção popular, por ele composta e apreciada.

Aqui, analiso - por meio da revisão de relatos históricos contextuais e de reflexões gerais acerca dos temas de interesse - o papel das cidades como berço da canção popular moderna no contexto do surgimento do indivíduo, com o objetivo de posicionar a canção como o equivalente musical do conceito de indivíduo como hoje o conhecemos. Nas ruas de Lisboa, Nápoles e Paris entre os séculos XVI e XIX, distintas heranças musicais

se fundem sob novas formas de produção de sentido, organização social, política e econômica forjando *lundus* e modinhas luso-brasileiros, *canzones napoletanas* e *chansons du vaudeville* parisiense e, com elas, o indivíduo moderno ocidental.

**Palavras-chave:** canção popular moderna; música popular; modernidade; cidades; indivíduo; subjetividade.

### Abstract:

Our relationship with music is a portrayal game that starts with the awareness of bodily and biological rhythms and with the percussive adventures of the hominids. Back then, the concept of an individual human being as oneself had yet to be established. Humans lived under an all-inclusive, collective consciousness similar to that of pack of animals. This communitarian condition has led the way for the development of collective forms of human expression (later to be described as culture), including sonic ones such as music.

In this context, the rise of Western cities in the Modern Era represents a landmark for a specific form of music, the popular song, and along with it, the consolidation

of the concept of a uniquely human “self”. My goal is to present cities as cradle of the modern pop song. In the streets of Lisbon, Naples and Paris, distinct musical heritages are blended together under newly developed forms of intellectual, social, political and economic organization to forge the Brazilian/Portuguese *lundus* and *modinhas*, the *canzone napoletana* and the Parisian *vaudeville chanson* and, with them, the modern concept of being

**Keywords:** modern pop song; popular music; Modern Era; cities; being; subjectivity.

## 1. A música que emana do povo

Houve uma época não muito distante no Ocidente em que as músicas populares - assim como os mitos, contos de fadas e lendas - não eram compostas, elas simplesmente surgiam. Os Irmãos Grimm, não só autores, mas também pesquisadores do folclore, se referiam a esse fenômeno como *Naturpoesie*, «poesia natural que emanava da alma do povo, em contraste com a literatura cultivada (*Kunstpoesie*), produzida por um autor» (Schmiesing, 2014). Numa época em que a História ainda não tinha a pretensão de dar conta de todas as coisas, a oralidade encarregava-se de tocar adiante as tradições musicais populares, sem registro ou controle em relação ao seu surgimento.

Não me refiro, contudo, apenas à Antiguidade, na qual um hipotético conceito de autoria dilui-se nos próprios modos de produção familiares e coletivos. Tampouco, mais à frente na Idade Antiga, poderíamos falar em obra de arte, pois esta era uma burocracia ainda a ser inventada: o que à frente seria dividido entre música,

dança, pintura, escultura ou teatro eram faces indivisíveis dos mesmos rituais comunitários, místicos e religiosos inerentes à maioria dos povos. No tempo em questão, já estavam plenamente estabelecidas as noções modernas de propriedade privada e comércio, além de sistemas e convenções monetárias e pagamento de tributos. Entretanto, no que se refere às práticas musicais populares do Ocidente nos idos de 1500:

a atitude mais tradicional era a que (...) nenhum apresentador admitiria ter composto uma nova canção. «Todos negam a responsabilidade, mesmo o verdadeiro compositor, e eles dizem que a ouviram de uma terceira pessoa. (Wilson, 2010).

O anonimato sob o qual as antigas formas de música popular apoiam-se nasce do pacto não-verbal entre apresentador e público: ambos sabem que o que cantam, tocam e ouvem não é passível de ser criado por homens comuns, é, sim, fruto da tradição. Autenticidade e novidade não faziam, naquele momento, parte do conjunto

de valores apreciados pelo grande público dos estratos mais baixos das populações europeias. De forma geral, motivos, temas, fórmulas e esquemas musicais eram permutados, ornamentados e transformados segundo variações conhecidas, cabendo aos apresentadores darem suas contribuições pontuais, seja sob a forma de pequenas improvisações melódicas no canto ou no instrumento, seja adaptando a história ao público de ocasião. Não havia forma, sequência ou melodia *correta*, mas sim linhas gerais a serem seguidas.

Ao apresentador tampouco interessava alardear sua autoria. Num mundo sem *copyrights*, contratos ou formas mecânicas de reprodução musical, só o ato performático possuía algum valor. Revelar-se como autor seria, mais ainda, ver o poder de sua obra diluir-se, sua aura mágica de familiaridade arrefecer junto ao público, não mais ancorada pela inquestionável solidariedade da experiência coletiva. O valor estético estava no conhecido, no comum, no próximo. Mais do que isso, a própria fronteira entre apresentador e público não era clara: sendo

a música popular manifestação que emana do *povo*, entidade sem rosto ou nome próprio, todos sentiam-se parte integrante dela. Naquele momento histórico, convencionou-se chamar de *povo* tudo aquilo que:

era natural, simples, analfabeto, instintivo, irracional, enraizado na tradição e no solo da região, sem nenhum sentido de individualidade (o indivíduo se dispersava na comunidade) (Burke, 2010: 33).

Era normal, portanto, que a música, por si só cercada de certa aura mística, proveniente do *povo*, fosse vista como algo surgido espontaneamente e sem processo definido, assim como as lendas, costumes e tradições.

Essa visão comunitária das expressões musicais, caracterizada por uma empatia total, é fruto das formas ancestrais de organização social calcadas em nossa história cognitiva e biológica. Retrocedendo em nossa história como humanidade, lembramos que os pilares de nosso entendimento do indivíduo consciente são recentes na história humana. Entre esses

pilares estão nossa capacidade de dissimular, nossas noções de privacidade e limites corporais, e o reconhecimento da vontade e livre-arbítrio em si próprio e no outro. Surgimos, insisto, como espécie, unidos por fortes laços que fundem o fisiológico no psicológico, e que, por incontáveis gerações, nos fizeram identificar a nós mesmos não como indivíduos, mas como partes de um ser coletivo.

A coesão dessa consciência coletiva se manteve intacta pela própria forma com que enxergávamos o *outro*, pois «durante a maior parte do processo evolutivo, quase tudo aquilo que os indivíduos sentiram e pensaram era tão transparente que, para outros ao redor, essas experiências eram como se fossem deles mesmos» (Sloterdijk, 2014: 264). No momento histórico ocidental da baixa Idade Média, a espécie humana já havia se autoproclamado, há muito, herdeira única do mundo. Entretanto, apesar da notável capacidade intelectual, de todas as invenções, tecnologias, conquistas e feitos, estávamos ainda inseridos numa condição de subjetividade coletiva de *bando*.

Contudo, talvez essa condição jamais tenha afetado a humanidade de forma homogênea. Ainda que compartilhemos raízes biológicas, as diversas formas de organização social, política e econômica, e suas respectivas hierarquias, foram levando a pequenas e pontuais emancipações da condição coletiva primordial. Assim, o distanciamento da condição natural de bando rumo à autossuficiência do indivíduo, consciente e dono de si, é um processo histórico que surge de forma perpendicular à distribuição dos diversos estratos sociais.

O processo se desenrola a partir do topo da pirâmide, motivado pelas necessidades de distinção social comum a todos os tipos de elite, e, particularmente, desta elite europeia que se alimenta dos ideais do Renascimento e, em seguida, do Iluminismo para alçar seus membros a uma nova condição de indivíduo consciente de sua individualidade.

Naquele momento, camponeses e pequenos artesãos medievais vinculavam-se ao mundo apenas por meio dos grupos aos quais pertenciam (núcleos



familiares e profissionais), e que, por sua vez, delimitavam funções dentro de uma inexistente mobilidade social. Ao mesmo tempo, membros da nobreza, motivados pela ascensão do antropocentrismo, desenvolviam gradativamente atributos ligados ao conceito moderno de *indivíduo*: consciência, esclarecimento, personalidade e aspirações.

Esse processo, que permitiu ao indivíduo reconhecer-se como responsável pela criação de determinada manifestação estética, já havia tomado forma no discurso literário desde a Baixa Idade Média e teve como evento central:

a emergência, nos comentários bíblicos, da visão de que o autor humano possuía um alto status e notáveis estratégias de didáticas e estilísticas - em suma, a auctoritas moveu-se do reino divino para o humano (Minnis, 2012: XXVII).

Ainda que grande parte das manifestações musicais (seja na concepção, execução ou recepção) ainda pertencesse à coletividade, já havia

momentos isolados nos quais indivíduos poderiam emancipar-se e criar música a partir de uma nova subjetividade individual. Inicialmente restrito às elites cortesãs, esse processo passa a atingir as camadas populares gradualmente à medida que os grandes centros urbanos tornam-se o novo espaço social da vida europeia. É deste processo que aqui nos ocupamos: um ciclo de retroalimentação entre canção e indivíduo, impulsionado pelas novas dinâmicas e espaços sociais urbanos e que deu novos significados à cultura popular. Daí, o foco nas metrópoles europeias que, de forma decisiva, contribuíram para ajudar a esclarecer como se deu, no Ocidente, a passagem da música de sentido coletivo para o individualismo da canção entre os séculos XVI e XIX.

## **2. A canção popular moderna e suas características**

Se a canção é anterior ao tempo aqui retratado, de que falo quando falo de *canção popular moderna*? Trato de uma forma de expressão musical forjada a partir do século XVI nos espaços

sociais das cidades por seus novos habitantes: os *indivíduos*. Falo de um vasto conjunto de gêneros musicais que estabelecem relação intrínseca e coerente entre as palavras cantadas melodicamente (a letra) e o acompanhamento harmônico. Em relação ao ritmo da voz, o canto flui de forma sincopada (que desloca a acentuação por entre os tempos fortes e fracos do compasso musical), fruto da prosódia das novas línguas latinas, que, ao contrário do grego e do latim puro, são marcadas pela acentuação tônica.

Uma das características mais marcantes da canção popular moderna é que ela, ao contrário da canção popular tradicional, tem autoria e letras definidas e expressa o ponto de vista subjetivo do autor sobre determinado assunto. Os temas giram em torno de ilusões e desilusões amorosas, sátiras do cotidiano ou pequenas crônicas cidadinas (em oposição aos temas mítico-épicas dos primórdios da canção, substituídos depois pelos étnico-nacionais).

Embora haja exceções, é comum que o autor da canção acumule as

funções de instrumentista e cantor solo. A figura do cantor solo contrapõe-se aos cantos coletivos, prática mais comum nas tradições litúrgica e profana, seja em corais religiosos, seja em cantos de festas ou trabalho.

O canto solo está presente na grande maioria dos relatos históricos sobre antigas culturas musicais, porém, geralmente como parte integrante da forma, não como seu elemento principal. Quando aparecida como protagonista, representava, como na dramaturgia, um personagem, sendo o cantor um mero porta-voz. O canto solo, que representa as ideias e vontades de quem canta, é atributo central da canção popular moderna e traduz a ascensão do indivíduo frente à coletividade.

Considerando o lado funcional, o que antes existia apenas para cumprir funções coletivas essenciais passou a servir também à vontade individual. Antes, a música era via para a comunhão e o diálogo com os deuses, transmitia tradições e mitos do passado, fortalecia exércitos, coordenava o trabalho, afastava demônios e garantia

a boa colheita. Para aqueles agora aptos a dominá-los, os sons musicais tornaram-se matéria-prima para expressão de desejos e caprichos que não encontravam mais correspondência no coletivo. Assim, o processo histórico que fez com que o indivíduo se tornasse apto a criar sua própria música, teve, como efeito, a dessacralização da prática musical.

Mais ainda, a canção popular moderna nasce com funções sociais bem determinadas. Ela surge respondendo a um anseio inédito, fruto de uma nova sociedade, cujos meios de produção não eram mais aqueles ligados ao sistema feudal. No começo da Era Moderna, as cidades nas quais a canção popular nasceu já eram grandes centros urbanos. Em comum, tinham a pluralidade cultural típica dos impérios coloniais e, principalmente, populações dispostas em complexos arranjos de relações sociais baseadas em novas divisões do trabalho. É nesse ambiente social mais livre e dinâmico - já liberado dos arcaicos laços da servidão feudal - que uma grande transformação:

ia ficar patente não apenas nas mudanças de comportamento das pessoas, mas na própria composição da sociedade: com o afrouxamento dos laços que compunham o antigo sistema, a teia social se rompe aqui e ali, deixando aparecer as pontas soltas representadas pelos que escapavam à exploração do trabalho. (Tinhorão, 2011: 30).

Até então, para as camadas populares, os períodos de tempo não dedicados ao trabalho eram dedicados majoritariamente às práticas religiosas e ao descanso. Porém, esses pilares não seriam mais suficientes para sustentar a complexidade do novo homem urbano. Aumentava, conforme o indivíduo moderno surgia, o anseio por entretenimento e esclarecimento. Nesse momento, a canção popular moderna, com todos os seus atributos, reunia requisitos para imbuir-se da função de levar entretenimento e inspiração às massas urbanas.

Hoje, passado o século XX, essa função atribuída à canção popular moderna nos parece óbvia. Contudo, o conceito de lazer, hoje consolidado,

foi resultado de um longo processo histórico que se desenrolou ao longo da Modernidade:

no início do século XVII, o divertimento era associado com a hospitalidade demonstrada aos visitantes. Somente perto de 1650 o termo adquiriu um sentido adicional de algo interessante ou divertido, e apenas no início do XVIII certas performances (...) puderam ser descritas com «divertimento» (Briggs e Burke, 2004: 74).

No século XIX, a já consolidada canção popular moderna não seria apenas elemento constitutivo fundamental da cultura popular, mas também produto importante do entretenimento urbano. Vale lembrar que, nos primórdios da Idade Moderna, a música com função de lazer ainda fazia parte de um grande conjunto de práticas populares variadas e pouco distintas entre si. Nos espetáculos de entretenimento:

profissionais de diversões certamente apresentavam um espetáculo de variedades. Um

«comediante» não se restringia a papéis cômicos. Um «tocador» (...) podia tocar instrumentos, desempenhar um papel, fazer o bobo ou tudo isso ao mesmo tempo. Ele precisava ser um mestre em mímica e prestidigitação(...). Um bufão ou palhaço podia cantar ou improvisar versos, esgrimir ou dançar numa corda, fazer acrobacias ou malabarismos com bolas no ar, e o mesmo acontecia com um menestrel (Burke, 2009: 136).

O mesmo ocorria em relação aos espaços para as apresentações - ainda que estalagens e tavernas reunissem apresentadores e público já a partir do século XVI. Como os profissionais do entretenimento eram poucos e seu alcance limitado (as populações só deixariam de ser majoritariamente rurais no final do XVIII, com a Revolução Industrial), a maioria deslocava-se em espetáculos itinerantes, como ocorre ainda hoje no circo. Não estava consolidada ainda a figura moderna do promotor, empresário e produtor. Assim, além da destreza em diversas formas de encantar o público, esses profissionais foram gradualmente

desenvolvendo um forte senso mercantil<sup>1</sup>.

Embora não seja possível apontar apenas uma metrópole como berço dessa nova música das massas, destaca o pioneirismo luso-brasileiro das modinhas e lundus-canções. Ambos surgiram quase um século antes das demais formas típicas da canção urbana: a canção do teatro de *vaudeville* francês e a *canzone napoletana*.

### **3. Pioneirismo luso-brasileiro na canção popular moderna**

Por volta de 1700, Paris (com meio milhão de habitantes), Nápoles (com 215 mil) e Lisboa (com 188 mil) figuravam entre as 5 cidades europeias com maior população. Grandes obras eram realizadas para aprimorar a

---

<sup>1</sup> Esses cantores muitas vezes dispunham de uma série de ilustrações para as suas baladas e uma vareta para chamar a atenção do público, sem mencionar os exemplares das próprias baladas, que vendiam depois da apresentação, pois além de artistas eram também mascates e «comerciantes de baladas» (Burke, 2009, p.138).

infraestrutura das cidades, aumentar áreas úteis, permitir o cultivo de alimentos em larga escala, o abastecimento de água e facilitar o trânsito de pessoas e mercadorias. Essas obras eram tocadas por funcionários livres e assalariados de diversos níveis sociais, de engenheiros a carregadores, cujas famílias consumiam produtos e contratavam serviços prestados por toda sorte de agricultores, produtores, artesãos e comerciantes. Ao passo dessa constante modernização das cidades, surgiram também novas demandas por cultura e entretenimento, impulsionada por grupos com poder aquisitivo e interesses distintos (Hohenberg e Lees, 2009). As formas ideais de lazer não seriam, portanto, apenas coletivas, mas deveriam atender a nichos sociais específicos.

As novas formas de recepção da música urbana tornavam-se, assim como sua autoria, individuais, inserindo a canção popular moderna em um complexo sistema cultural e econômico baseado em localidades e contextos. Ao ser alçada a bem de consumo típico de importantes centros urbanos, a canção começaria a tomar diferentes

formas, baseadas nas demandas específicas de cada estrato ou grupo social. As criações alimentavam-se da pluralidade de influências culturais típicas dos próprios impérios, estados-nação ou regiões que tinham, nessas cidades, seu núcleo. O alcance territorial e o impacto desses sistemas ficariam nítidos no aparecimento das modinhas e lundus, uma fusão de ritmos africanos com melodias europeias ocorrida em solo brasileiro.

O lundu era um gênero instrumental tipicamente dançante, fusão entre a umbigada dos terreiros africanos e a coreografia tradicional do fandango ibérico. Existia também o lundu-canção, cujas letras, já no espírito da canção popular moderna, satirizavam ou contestavam a ordem estamental da sociedade colonial (Monteiro, 1998: 87). A modinha, por sua vez, tem sua origem disputada por duas teorias: Mário de Andrade afirma que ela surgiu com base nas canções eruditas portuguesas no século XVIII e somente no XIX teria chegado ao Brasil, um processo «absolutamente raríssimo de uma forma erudita ter passado para o popular» (Andrade,

1964: 8.). Tinhorão (1998; 2011), por outro lado, afirma que o processo se deu de forma contrária, sendo responsável pelo feito o mulato Domingos Caldas Barbosa. Lereno, como Domingos era conhecido, apresentara, na década de 1770, suas modinhas à corte lusitana e impressionara os músicos eruditos presentes não só por seu canto melódico e sentimental, mas, principalmente, pelo fato de que «ousava dirigir-se diretamente às amadas com uma intimidade chocante para uma sociedade de costumes fundados na separação dos sexos.» (Tinhorão, 2011: 163.).

Sendo ou não criador do gênero, Lereno, em seu estilo de cantar os próprios versos na sincopada rítmica afro-brasileira, e com sua atitude ousada frente ao público, deu forma à modinha. Temos, assim, o caso atípico da colônia influenciando uma criação cultural que tomaria contornos finais na metrópole.

Uma parte da explicação para essa inversão pode estar no processo de formação do que as elites convencionaram chamar de *popular*, e que fez com

que o termo aceitasse interpretações tanto positivas quanto negativas. Em uma Europa de países ainda em processo de consolidação, o interesse pelo folclore tinha uma dupla função política: criar, ainda que artificialmente, um senso de pertencimento coletivo em torno dos estados nacionais recém-criados e, por outro lado, uma forma de resistir às imposições culturais de estados vizinhos. Da mesma forma, o *exotismo* servia a duas funções similares: provava, quando conveniente, a superioridade frente à barbárie do estrangeiro e, ao incorporar influências exóticas, mostrava o poder e extensão do domínio da civilização<sup>2</sup>.

Por fim, há outro fator essencial para a aceitação das práticas musicais da colônia brasileira em Lisboa. Se as populações das metrópoles europeias modernas, como já dito, estavam dispostas em intrincados arranjos de relações sociais baseadas em novas

divisões do trabalho, há de se reconhecer que havia muito de colônia dentro da própria metrópole. Assim, explica-se a sincronia no aparecimento desse tipo de canção em Portugal e no Brasil<sup>3</sup>.

#### **4. A *canzone napoletana* e o mercado do entretenimento**

Se a empreitada luso-brasileira de lundus e modinhas é considerada pioneira dentre as formas de canção popular moderna, o surgimento da *canzone napoletana* foi marcado por uma revolução cultural que gerou também profundas transformações econômicas. Diferentemente de Lisboa

(politicamente soberana desde a reconquista frente aos mouros no século XII), Nápoles foi, durante toda a Era Moderna, constantemente invadida e disputada por sua localização estratégica no Mediterrâneo. Porém, as turbulências políticas que duraram até a unificação italiana, não impediram a cidade de sintetizar suas diferentes influências culturais para tomar parte na história do surgimento da canção popular.

O período entre os séculos XV e XVIII teve, em Nápoles, um dos maiores centros de formação musical de toda a Europa. Na época, o ensino de música litúrgica em conservatórios financiados pela Igreja Católica era prática comum. Além disso, a expansão da ópera como gênero dominante na cultura musical da Europa ocidental teve, à época, grande influência napolitana. Essa forte herança musical foi preponderante no surgimento da *canzone napoletana* como produto cultural (Prete, 2013: 138).

O aquecimento da demanda por serviços musicais entre a população napolitana deveu-se também ao

2 Para uma discussão aprofundada sobre as funções do folclore e do exotismo no contexto cultural da Europa Moderna, ver Dahlhaus (1970). Burke (2009; 2010) aponta ainda que ambos eram também reações contra o elitismo, a ênfase racional e a iconoclastia do Iluminismo.

3 Era como se (...) documentasse o fato de, embora criados na colônia, os sons chegados descalços - os escravos levados do Brasil não usavam calçados - encontrarem em Lisboa imediata aceitação nos bairros pobres, certamente também, estes, redutos de gente matizada por séculos de cruzamentos raciais. (...) Seria pois, desse vaivém de castelhanos e portugueses, entre a metrópole e as suas colônias, que resultaria não apenas a oportunidade de intercâmbio gerador de novas criações culturais na área do lazer das baixas camadas urbanas, mas também o fenômeno da quase simultaneidade na notícia do aparecimento de tais novidades (Tinhorão, 2011: 147).



processo de urbanização pelo qual a cidade passou na época, assim como ocorreu em Lisboa. Ao mesmo tempo, desenrolavam-se os processos históricos que permitiram a expressão da individualidade por meio da criação musical nas classes inferiores. Ambas as transformações foram sintetizadas de forma ainda mais clara no surgimento da ópera *buffa*, que ocorreu em Nápoles, no começo do século XVIII.

Se a ópera tradicional era o espaço das grandes narrativas de reis, heróis e deuses, a ópera *buffa* era o lugar dos personagens cotidianos. Se, na ópera séria, o drama daria o tom, na *buffa*, a comédia e a sátira prevalecem. Enquanto a ópera tradicional era encenada na língua do rei ou na dos *librettistas* da nobreza, a *buffa* podia ser apresentada nos idiomas ou dialetos do povo. Assim, em um ambiente em que a demanda popular por entretenimento em forma de música só aumentava, até os gêneros mais ligados à nobreza se popularizavam. Essa popularização era também impulsionada pela força das ideias iluministas que, entre outras ideias, sugeria a emancipação do indivíduo,

a liberdade de expressão e o fim das autoridades tradicionais.

Assim, a convergência desses movimentos criou um ambiente favorável à expansão da canção popular, dando novo vigor econômico para a cidade e projetando-a na cena cultural internacional (Prete, 2013: 159). Na primeira metade do século XIX, o sistema cultural da *canzone napoletana* estava estabelecido de tal forma que foi institucionalizada, em 1835, uma competição anual de canções, o Festival de Piedigrotta. Na primeira edição, a canção *Te voglio bene assai*<sup>4</sup> foi a vencedora. O surgimento do festival é o marco da instalação de um sistema que enxergava a música como produto comercial. Dentro desse sistema, o público napolitano passou a testemunhar uma sinergia cada vez maior entre música e entretenimento (Ravveduto, 2013), levando a uma

forte espetacularização da canção popular moderna napolitana (Sommaiolo, 2013).

Nápoles, na primeira metade do século XIX, era um ambiente propício para a sobreposição e a pluralidade de expressões estéticas. Assim como em Paris e Lisboa, as paisagens sonoras napolitanas fundiam-se para fazer desse grande centro urbano solo fértil para diversas formas de manifestações culturais. Dessa forma, a canção napolitana permaneceu como marca permanente de identificação geográfica e cultural.

## **5. A *chanson* parisiense e a consolidação do público moderno**

Se Nápoles foi marco no estabelecimento da canção como parte de um sistema cultural, foi na Paris do século XIX que o público desse sistema finalmente se consolidou. As bases para tal solidificação, contudo, remontam à baixa Idade Média. A tradição francesa em apreciar canções remonta aos romances de cavalaria, nos quais as narrativas épicas sobre feitos heroicos

<sup>4</sup> Curiosamente, a autoria da canção foi, segundo Scialò (1998), erroneamente atribuída a Donizetti, é sabido apenas que a letra é de autoria de Raffaele Sacco. Atribuir autoria com precisão nos primórdios da canção popular era tarefa difícil. Para uma discussão do tema em terras brasileiras, ver Longo (1999).

de honrados cavaleiros se desenrolavam em versos. No século XVI, o romance de cavalaria desdobrou-se em novas formas literárias e, na França, espalhou-se por entre a nobreza também sob a forma da canção cortesã, com versos transformados em estrofes musicadas. Essa forma, que já incluía temas satíricos, burlescos e, principalmente, românticos, era conhecida também como *voix de ville*, ou voz da cidade (Brooks, 2006: 65-6).

Por sua vez, o etnomusicólogo Julien Tiersot, em sua história da canção popular francesa de 1889, reuniu sob o termo *chanson populaire* tanto as canções cortesãs quantos as canções populares das ruas, conhecidas «no século XVI como *voix de ville* ou *vaudeville*» (Tiersot, 1889: 450). Pesquisas mais recentes apresentam como dúvida a origem do termo *vaudeville*, pois sua etimologia mesclaria dois gêneros diferentes: o *vau de vire* (canções provincianas da Normandia) e o *voix de ville* (canções urbanas cortesãs de Paris) (Alden, 2008: 64-5). Independentemente das características que aproximavam ou distinguiram essas formas iniciais, foi no ambiente

urbano parisiense do século XIX que elas seriam sintetizadas para formar a canção popular moderna de caráter francês.

A versão francesa da canção popular lançou as bases do que viria a ser, posteriormente, o teatro de *vaudeville*, gênero de entretenimento típico da burguesia, elemento-chave da cultura de entretenimento de massa instalada na capital francesa. No *vaudeville*, uma narrativa central, geralmente uma comédia sobre o cotidiano, era entremeada por canções, números de dança e outros atos conhecidos como *variedades*. O espaço do *vaudeville*, por definição, era o teatro.

O contexto parisiense interessa menos pela canção em si e mais pelo ambiente social do qual ela emerge. Foram particularmente decisivos o grande abismo econômico entre as classes e o latente choque entre a multidão e o indivíduo, gradativamente instalados na cidade durante o século XIX<sup>5</sup>. Os parisienses da época viviam

em um equilíbrio entre o anseio das identidades individuais e o anonimato imposto por uma metrópole industrial de mais de 600 mil habitantes. Por um lado, os princípios revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade haviam, no final do século anterior, despertado a busca por afirmação individual. Por outro, esse desejo era reprimido pelas multidões nas ruas e pelo trabalho massificante nas fábricas.

A cidade das grandes galerias, largas calçadas, magazines de moda, comodidades urbanas (e que, ao final do XIX, tornar-se-ia o espaço da *Belle Époque*) era, na metade do século, a mesma dos insalubres bairros operários descritos por Victor Hugo, em *Os Miseráveis* (1862). As revoluções francesas de julho de 1830 e de fevereiro de 1848 (essa, estopim da Primavera dos Povos) foram fortalecidas pelas reivindicações proletárias (Hobsbawm, 2009) que refletiram a constante tensão vivida por uma «população fervilhante e furtiva

5 A Revolução Industrial, nascida na Inglaterra, instalou-se na França de forma gradual entre 1815 e 1860 (Lévy-Leboyer, 2008).

Outro fator crucial para determinar o abismo socioeconômico entre os parisienses foi a reforma urbana levada à cabo por Haussmann, entre 1853 e 1870.

que Paris deixa viver nos becos pavorosos, dissimulando-a bem atrás dos museus e dos palácios» (Janin *apud* Bresciani, 1982: 13).

Nesse contexto, o entretenimento do *vaudeville* (bem como as formas subsequentes de teatro musicado, como o teatro de boulevard) mostrou-se, ao mesmo tempo, válvula de escape e ponte entre distintas realidades, crescendo como produto cultural atrelado a novas formas de representação social. O relaxamento das tensões cotidianas se dava por meio das narrativas romântico-sexuais e da sátira aos costumes, temas centrais do *vaudeville*. Além disso, em muitas das histórias, orbitavam temas caros às aspirações sociais do público burguês, como o consumo (de roupas, charutos, sapatos e perfumes), a vida de aparências e os eventos sociais (bailes, salões e jantares). Não à toa, os finais felizes de *vaudeville* «quase sempre representavam a vitória do (...) excesso» (Teni, 2006: 242-3).

É também da Paris urbana da segunda metade do século XIX a figura do *flâneur*, o homem que vagueia pelas

ruas em busca de prazer (Shaya, 2004). O *flâneur* perambula entre os *boulevards* e galerias, passeia lentamente pelos parques e aprecia as vitrines dos magazines, resiste à homogeneização imposta pela cidade, destacando-se da massa proletária. Assim, o *flâneur* «é um homem *na* multidão mas não um homem *da* multidão» (Teni, 2006: 49). Essa figura, descrita pela poesia de Baudelaire, é o símbolo do indivíduo que busca entretenimento e inspiração naquilo que a modernidade transformou em produto. Ele é, portanto, o ouvinte da canção popular moderna.

Paris é responsável não apenas pela consolidação do público da canção, mas também pela criação das formas modernas de consumo. As práticas de recepção musical estavam condicionadas a uma rede conceitual formada por linhas de transportes, estabelecimentos e peças de mídia. Ou seja, as linhas de bondes, inauguradas em 1855, expandem os núcleos sociais dos bairros para os bairros e dos bairros para as zonas periféricas, permitindo ao público explorar a diversidade de opções de entretenimento musical. Atrações distintas apresentam-se nos cafés,

salões, teatros e restaurantes que, interligados por galerias, *boulevards* e passeios, eram visitados por toda sorte de público. Jornais, cartazes, folhetins e caricaturas, ao divulgar as atrações, completam a trama sobre a qual a vida urbana flui:

para o flâneur perfeito, para o espectador apaixonado, é uma imensa alegria fazer seu lar no coração da multidão, no vai e vem do movimento, entre o fugitivo e o infinito. Estar longe de casa e, ainda assim, sentir-se em casa em qualquer lugar; ver o mundo, estar no centro do mundo e, ao mesmo tempo, manter-se escondido dele (Baudelaire, 1995: 9).

O teatro musicado com origem no *vaudeville* é ponto central na rede urbana sobre a qual indivíduos, adeptos ou não da *flânerie*, constroem sua personalidade e dialogam com o entorno. No teatro, o parisiense ovaciona membros de seus grupos de pertencimento; caçoa dos demais para distinguir-se; maldiz para reconfortar-se; aspira novas posições e refuta antigas. O *vaudeville*, ao encenar o cotidiano de seu público, faz

com que o frequentador veja a si mesmo no palco podendo, assim, redefinir-se à medida em que se observa.

Embora tenha abordado nesta pesquisa as três cidades de maneira isolada: Lisboa - no intercâmbio com o Rio de Janeiro - como pioneira da canção popular moderna; Nápoles, como exemplo da emergência dos serviços de entretenimento; Paris, como cidade típica do homem moderno, criador e público da canção urbana é importante assinalar que, apesar das cenas musicais autônomas em cada cidade, houve nelas uma coexistência simultânea dos três aspectos estudados aqui separadamente. Assim, o estabelecimento de um mercado de entretenimento não foi exclusividade de Nápoles, ocorreu também em Lisboa e Paris. Da mesma maneira, Nápoles e Lisboa, como Paris, foram todas *habitat* do homem moderno.

## **6. A canção como representação individual em um mundo em expansão**

Como se vê, rigorosas mudanças nas formas de vida das populações

européias afetaram os modos de produção, os locais do habitar, as formas de relacionamento social, as crenças, as noções de estranhamento e familiaridade, alterando, assim, o entendimento prévio do *existir*. Os contemporâneos dessas épocas viram, acima de tudo, movimentos que, independentemente de sua natureza e características, mostraram-se antagônicos ou contraditórios: o nascimento da ideia de *arte*, mas também o cientificismo; o neocolonialismo e imperialismo, mas também o Iluminismo; a expansão marítima, mas também a concentração urbana; o telescópio e o microscópio, como novas formas de explorar distâncias e proximidades; a reforma católica e o agnosticismo; e, sobretudo, o surgimento da subjetividade e do operário, do indivíduo e da multidão.

Ao cruzar as fronteiras anteriores em todas as direções possíveis, tais fenômenos criam uma grande expansão de sentidos e possibilidades que empurrou o homem moderno em busca do novo. Este ensaio é uma história de como, ao longo da Idade Moderna, a música popular foi moldada por uma sequência de novos acontecimentos: a

emergente reciprocidade das influências culturais nas relações coloniais entre Rio de Janeiro e Lisboa; a paulatina inclinação ao entretenimento da música napolitana; e a crescente pluralidade e dinamismo da vida urbana parisiense. O novo é, de fato, a questão: as canções do século XVI são chamadas de *novas novidades*, as do XVIII, *modas novas*. Não à toa, *moda* já significava tanto uma canção quanto as mais novas tendências de consumo. E, ao uni-las, a canção de Paris tornou-se pioneira na fusão entre tradição e modernidade.

Lisboa, Nápoles e Paris reuniram, à sua maneira e ao seu tempo, as condições que levariam ao surgimento e à consolidação da canção popular moderna: a sobreposição e multiplicidade de sentidos; a efervescência e pluralidade cultural; o vigor econômico; o equilíbrio entre anonimato e protagonismo; as tensões sociais e a consequente demanda por seu relaxamento. As três cidades contribuíram com o florescimento de uma expressão musical predominante no Ocidente, seja no *son* cubano, na MPB brasileira, no *folk* americano, no *cantautore*

italiano, na *chanson* francesa ou no *reggae* jamaicano.

Os eventos e as reflexões aqui narrados fazem parte de um processo maior, que se ocupa não somente das relações humanas mediadas pelo sons e pela música. Esse processo representa também a transição entre as formas centralizadoras de produção de sentido e as culturas populares modernas, que se apresenta de duas maneiras:

primeiro como um mercado de alta literatura, novelas e novidades, nas quais as mensagens estão focadas no receptor ao invés do emissor, para atender a expectativa do público por entretenimento e edificação; e também, como um mercado do gênio (...) (Sloterdijk, 2014: 750-1).

A canção popular moderna habita, portanto, um sistema de transferência de motivações individuais que se retroalimenta e é projetado em larga escala na sociedade. Os frequentadores dos teatros parisienses, dos cafés-cantantes napolitanos e dos casarões

e pagodes lisboetas encontraram na canção uma forma de cultivar sua recém-adquirida individualidade. Da mesma forma, essa noção de individualidade nutre autores (em seu recém-adquirido *status* de *artistas*) para criar canções expressando sua identidade e, conseqüentemente, para servirem à massa (agora rebatizada de *plateia*). Na raiz desse movimento cíclico de *feedback*, que eleva autores e público de forma proporcional, vão surgir fenômenos de culto ao artista, como a «lisztomania» na década de 1840, a «beatlemania», mais de um século depois, assim como todas as demais versões contemporâneas de catarses coletivas centradas em artistas pop.

«O homem privado pisa o palco da história», metáfora de Walter Benjamin (1991: 37) sobre a ascensão do indivíduo no século XIX, alcança, no caso da canção, também quem está diante do palco: a plateia. No surgimento da canção popular moderna, palco e plateia são protagonistas, seja expressando subjetividade através canção composta, seja entretendo-se por meio dela. A canção nasce, assim,

como instrumento de definição e amplificação do indivíduo em um mundo em constante expansão<sup>6</sup>.

### Referências bibliográficas

- Adorno, T. W. (1983). O fetichismo na música e a regressão da audição. In: Benjamin, W. *et al. Textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural.
- Alden, J. (2008). Excavating Chansonniers: Musical Archaeology and the Search for Popular Song. *The Journal of Musicology*, 25(1).
- Andrade, M. (1964). *Modinhas Imperiais*, São Paulo, Martins Fontes.
- Baudelaire, C. (1995) *The Painter of Modern Life and Other Essays*. Phaidon Press.
- Benjamin, W. (1991). Paris, Capital do século XIX. In: Benjamin, W. *Sociologia*. 2.ed. São Paulo: Ática.

6 A constante expansão do mundo a que me refiro traduz-se nas metáforas usadas por Peter Sloterdijk na trilogia *Esferas* (Bolhas, 2011; Globos, 2014; Espumas 2016), a serem usadas como instrumento para examinar as relações humanas com a música na tese *O Ser Sonoro*, em fase de produção, e da qual o presente trabalho faz parte.



- Bresciani, M. S. (1982). *Londres e Paris no Século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.
- Briggs, A. & Burke, P. (2004). *Uma História Social da Mídia*. São Paulo: Zahar.
- Brooks, J. (2005). *Chivalric romance, courtly love and courtly song: female vocality and feminine desire in the word of Amadis de Gaule*. In LaMay, T. *Musical Voices of Early Modern Women: Many-headed melodies*. Abingdon: Routledge.
- Burke, P. (2010). *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. O São Paulo: Companhia das Letras.
- Dahlhaus, C. (1991). *Nineteenth-Century Music*. California: University of California Press.
- Hobsbawm, E. (2009). *A Era das Revoluções – 1789, 1848*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hohenberg, P.M.; Lees, L.H. (2009). *The Making of Urban Europe, 1000–1994*. Harvard University Press.
- Lévy-Leboyer, M. & Bourguignon, F. (2008). *The French Economy in the Nineteenth Century: An essay in econometric analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Longo, M. M. (1999). Memórias do cais: Caymmi, canções e fontes. *Literatura e sociedade*, 4, 68-77.
- Minnis, A. (2012). *Medieval Theory of Authorship*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Monteiro, M. (1998). *A Construção do Gosto: Música e sociedade na corte do Rio de Janeiro - 1808-1821*. Rio de Janeiro: Ateliê Editorial.
- Prete, R. Del (2013). La Città Del Loisir: Il Sistema Produttivo Dello Spettacolo Dal Vivo A Napoli Tra ‘800 E ‘900. In Pesce, A. & Stazio M. *La Canzone Napolitana - Tra Memoria E Inovazione: La città del loisir* (pp. 121-164). Consiglio Nazionale Delle Ricerche.
- Ravveduto, M. (2013). La metropoli neomelodica. In Pesce, A. & Stazio M. *La Canzone Napolitana - Tra Memoria E Inovazione: La città del loisir* (pp. 415-451). Consiglio Nazionale delle Ricerche.
- Schmiesing, A. (2014). *Disability, Deformity, and Disease in the Grimms’ Fairy Tales*. Wayne State University Press.
- Scialò, P. (1998). *La Canzone Napoletana*. Roma: Newton.
- Shaya, G. (2004). The Flaneur, the Baudaud, and the making of a mass public in France, circa 1860-1910. *The American Historical Review*.
- Sloterdijk, P. (2014). *Globes: Spheres Volume II: Macrospherology*. Los Angeles: Semiotext(e).
- Sommaio, P. (2013). Il café-chantant e la spettacolarizzazione della canzone a Napoli tra la fine dell’Ottocento e la prima guerra mondiale. In: Pesce, A. & Stazio, M., *La canzone napoletana - tra memoria e innovazione: la città del loisir* (p.183-204). Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche.
- Teni, J. (2006). A Genre for Early Mass Culture: French Vaudeville and the City, 1830-1848. *Theatre Journal*, 58(2).
- Tiersot, J. (1989). *Histoire de la Chanson Populaire en France*. Paris: Plon.
- Tinhorão, J. R. (1998) *História Social da Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora 34.

## *Recensões*



## Recensão Crítica

Anabela Gradim e Ricardo Morais, *Anões aos ombros de gigantes: Desafios contemporâneos na comunicação de ciência*, Lisboa: Livros Horizonte, 2016, 199 p.

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_5\\_7](https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_7)

Quando se fala em comunicação de ciência, e no que isso significa, a publicação de artigos científicos em revistas da especialidade é apenas uma pequena parte do todo. Comunicar ciência é, de forma genérica e como explicam António Granado e José Vítor Malheiros (2015), transmitir todo o conhecimento científico gerado ao público em geral, à sociedade, que pode ter as mais diversas origens, idade, escolaridade ou profissão.

Atualmente há várias questões que se colocam quando se debate, a nível académico, comunicação de ciência, como por exemplo falar sobre incertezas (Schneider, 2016) ou se, como no caso norte-americano, o público perceciona os cientistas como bons comunicadores (Heagerty, 2015). Outro foco de investigação é “a interacção do trinómio cientista-comunicador-jornalista” (Pinto; Carvalho, 2011: 65), tema também abordado por Helena Mendonça (2016) na sua tese de doutoramento: *Interacção Jornalistas-Cientistas: Os bastidores das notícias de ciência*.

Há muitas perguntas que se podem fazer, até acerca da exígua realidade

portuguesa, com várias delas a serem respondidas no livro *Cultura Científica em Portugal: Ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo* (Granado & Malheiros, 2015). Contudo, como os próprios autores referem, ainda há bastante trabalho para ser feito. Como é que se faz comunicação de ciência? Qual é o perfil de quem a faz? Quantas unidades de investigação portuguesas têm gabinetes de comunicação, com profissionais dedicados a tempo inteiro? Há relação entre o número de publicações e o envolvimento em comunicação de ciência, como mostra Kyvik (2005) em relação à realidade norueguesa, onde são os investigadores com mais artigos científicos escritos aqueles que mais comunicam?

*Anões aos ombros de gigantes: Desafios contemporâneos na comunicação de ciência*, livro de Anabela Gradim e Ricardo Morais, aborda apenas uma muito pequena parte desse enorme mundo. Fá-lo, contudo, oferecendo a visão profissional, mas também pessoal, de 16 presidentes, diretores e coordenadores de unidades de investigação e ainda os dois presidentes dos

Conselhos Científicos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ciências Sociais e Humanidades e Ciências da Vida e da Saúde), cujas entrevistas fornecem um retrato de como a ciência portuguesa vê, através dos seus membros, as questões da sua comunicação, restritas aos problemas que envolvem a publicação em revistas da especialidade. Os dois autores procuraram ainda, enquadrado no projeto *Comunicar Ciência e Culturas de Publicação nas Humanidades*, traçar um quadro geral da comunidade científica nacional, através de um inquérito que obteve 509 respostas validadas num universo, em 2013, de 22 mil investigadores ligados às várias unidades de investigação e laboratórios associados existentes em Portugal.

A obra divide-se em três partes, por sua vez subdivididas em diversos capítulos, havendo ainda uma introdução onde é explicada a metodologia utilizada – métodos mistos concomitantes, assim referidos por Cresswell (2010) –, bem como os procedimentos da investigação. Por todo o livro é notória a diferença entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais e

Humanas, em termos do que é a sua penetração e forma de publicação no mundo científico, dos “jornais indexados e com revisão por pares” (p. 17), no caso das primeiras, à transição do livro, que era “o veículo fundamental de publicação”, para um sistema que tem em conta fatores de impacto e produção bibliométrica, nas segundas.

A primeira parte tenta compreender como é percecionada esta nova realidade de comunicação interpares e de que forma isso afeta a própria investigação. Gradim e Morais fazem referência ao britânico Derek Price que, no seu livro *Little science, big science* (1963), aborda o cariz exponencial do crescimento científico e a duplicação a intervalos de uma década ou uma década e meia, dependendo da qualidade dos artigos publicados. Esse ritmo multiplicador é, por isso, alvo de preocupação dos muitos responsáveis entrevistados, que referem a constante necessidade de *accountability* e a falta de tempo para refletir e ler como “perversões do sistema de publicação científica” (p. 47). Outra das grandes críticas efetuadas é o facto de a investigação aparecer agora “ao

serviço da economia e não do conhecimento” (p. 58), por uma cada vez maior interligação entre necessidades da sociedade e financiamentos atribuídos. Esta economização diminui a busca de conhecimento pelo próprio conhecimento, enquanto gerador de novas matrizes teóricas, de possíveis teorias, castra a multidisciplinaridade existente, por natureza, em algumas áreas. João Carlos Correia, do LabCom.IFP, é perentório: “Portugal tem dificuldade em assumir esta mudança de paradigma, então continua a associar determinados cursos a uma formação para uma profissão” (p. 59).

“As fronteiras entre a ciência e o mercado em tempos de capitalismo científico” (p. 79) é o tema da segunda parte do livro. Os autores salientam um trabalho de Vieira e Fiolhais (2015), onde uma das principais conclusões reforça a ideia de baixa produtividade nacional em termos de publicações científicas, com os investigadores portugueses a publicarem 0,2 artigos por ano, por comparação com a média europeia de 0,6. Neste particular, as Ciências Sociais e Humanidades sobressaem como as áreas onde menos se

publica; surge então, já no capítulo dois, a crítica a uma opção que valoriza somente critérios bibliométricos, com impacto gravoso nas áreas referidas. É por isso que, sublinham Gradim e Morais, há uma rutura entre produtividade científica, medida exclusivamente em número de publicações, e trabalhos e projetos desenvolvidos por investigadores, que não chegam a resultar em *papers*.

A terceira parte do livro concentra-se em torno do futuro da comunicação de ciência, do que se pode esperar vir a surgir nesse domínio. Não é sequer discutível que o conhecimento não seja pertença da sociedade, um “bem público e que portanto deve ser partilhado” (p. 130), mas há indiscutivelmente o contraponto das “obrigações impostas por um sistema em que a relevância estatística e económica supera claramente a relevância social e cultural” (p. 130). Assim, e dos resultados obtidos através do inquérito efetuado, não é de estranhar que, e aqui subentenda-se novamente publicação científica, 49% das respostas vá no sentido de que “a comunicação dos resultados no atual



contexto científico não é mais do que uma obrigação” (p. 131).

*Anões aos ombros de gigantes: Desafios contemporâneos na comunicação de ciência* é, clarifique-se, um contributo único no panorama nacional das Ciências Sociais, e em particular no estudo da comunicação de ciência, muito por força dos testemunhos obtidos de pessoas que são, em última análise, influentes decisores. Todavia, estes perdem algum poder por não terem sido devidamente editados, resultando nalguns casos na transmissão de ideias bastante confusas. É, também e contudo, uma obra demasiado específica no campo em que se insere. A comunicação de ciência aqui referida por Anabela Gradim e Ricardo Morais é espectro manifestamente reduzido daquilo que é, no seu escopo, a comunicação de ciência, como referenciada inicialmente nesta recensão. Há uma muito breve tentativa de enveredar por essa vertente, com uma referência à editoria de Ciência do jornal *Público*, as publicações *New Scientist* e *Ciência Hoje*, e os websites *Sci-News* e *Science Daily*. A própria comunicação institucional de ciência

ou o jornalismo de ciência ficam de fora de um livro que se concentra, de forma resumida, nos problemas de financiamento, índices de impacto, avaliações das diferentes entidades, necessidade de pagar para publicar e revistas científicas de acesso aberto.

### Referências bibliográficas

- Granado, A., & Malheiros, J. V. (2015). *Cultura Científica em Portugal: Ferramentas para perceber o mundo e para aprender a mudá-lo*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Heagerty, B. (2015). Dissemination does not equal public engagement. *Journal Of Neuroscience*, 35(11), 4483-4486. DOI: <http://dx.doi.org/10.1523/jneurosci.4408-14.2015>
- Kyvik, S. (2005). Popular science publishing and contributions to public discourse among university faculty. *Science Communication*, 26(3), 288-311. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1075547004273022>
- Mendonça, H. (2016). *Interação Jornalistas-Cientistas: Os bastidores das notícias de ciência* (Tese de Doutoramento). ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.
- Pinto, S., & Carvalho, A. (2011). Cientistas, jornalistas e profissionais de comunicação: agentes na comunicação de ciência e tecnologia. *Observatório (OBS\*) Journal*, 5(3), 065-100.
- Schneider, S. (2016). Communicating uncertainty: a challenge for science communication. *Communicating Climate-Change And Natural Hazard Risk And Cultivating Resilience*, 267-278. [http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-20161-0\\_17](http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-20161-0_17)



# Recensão Crítica

Nico Carpentier, *Media e Participação*, Porto: Media XXI, 2017, 586 p.

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_5\\_8](https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_8)

Carpentier apresenta em *Media e Participação*, agora editado em Portugal através da Media XXI e originalmente publicado em língua inglesa em 2011, uma discussão interdisciplinar sobre a relação entre os *media* e o conceito de participação.

Esta obra resulta de uma reflexão consolidada ao longo de vários anos, em que artigos e capítulos publicados anteriormente pelo autor são retomados e incluídos na discussão aqui proposta.

Na primeira parte da obra é abordado o conceito de participação, recorrendo a perspetivas provenientes de quatro domínios, para além do que respeita diretamente à relação com a comunicação e com os *media*: (i) a ciência política, onde a noção de democracia constitui um referencial incontornável para a discussão da participação e onde esta se relaciona em permanente tensão com o conceito de representação, (ii) o planeamento do território, onde o conceito de participação assume particular relevância, quer do ponto de vista teórico quer com o desenvolvimento de projetos e

experiências, por exemplo através da participação de cidadãos em processos de tomada de decisão com o apoio de sistemas de informação geográfica (SIG), (iii) os estudos de desenvolvimento, em que a participação e o envolvimento das comunidades assume um papel central na implementação de estratégias de desenvolvimento, de combate à pobreza e à exclusão social e (iv) as artes e a museologia, onde a produção de sentido invoca a participação do público e onde, por exemplo, o movimento da nova museologia coloca em destaque a noção de participação, na medida em que confere ao público a oportunidade de influenciar estes ambientes simbólicos.

Esta diversidade de áreas poderá parecer inusitada, como ponto de partida para uma discussão da participação no campo mediático. Contudo, todas estas áreas apresentam um relevante património de reflexão e de prática, em que o conceito de participação assume um papel central. Mais surpreendente será talvez, por isso, o facto de um esforço integrador e interdisciplinar desta natureza, com

o destaque que Carpentier lhe confere, não surgir mais cedo.

Na segunda parte do livro são analisados vários estudos de caso, na área do cinema (com o filme interativo *Kinoautomat*, produzido na Checoslováquia em 1967), da rádio (com o projeto belga *RadioSwap*), da televisão (incluindo os programas *Jan Publiek* e *Barometer*, da Radiotelevizão Flamengo, na Bélgica, *Video Nation*, da BBC, e a primeira versão holandesa do *reality show Temptation Island*) e dos novos *media* (com a plataforma online *16plus*, criada pela Radiotelevizão Flamengo).

Esta discussão recorre a cinco dimensões secundárias de análise, na organização e sistematização dos estudos de caso: (i) o poder nas relações sociais, com as suas situações de maior ou menor assimetria, por exemplo, (ii) a identidade social e cultural e os seus mecanismos, também mediáticos, de construção e afirmação, (iii) a realidade organizacional dos *media*, com as suas diferentes estruturas e culturas organizacionais, por exemplo, (iv) a tecnologia

e a forma como esta integra e enforma os processos sociais e (v) a percepção da qualidade do conteúdo comunicacional, com os problemas relacionados com a sua discussão e definição, por exemplo.

Para além de contribuírem para a ordenação e organização dos estudos de caso, estas dimensões constituem também recursos adicionais para o aprofundamento da análise, permitindo colocar em destaque perspetivas complementares, mas distintas.

Na conclusão, Carpentier destaca a contingência conceptual da participação – ou seja, a dificuldade em fixar uma aceção transversal do termo. Esta contingência decorre da multiplicidade de domínios sociais em que o conceito é utilizado e do inerente combate ideológico associado e, mais do que lamentada, deve ser estudada. E é precisamente este um dos objetivos do autor, ao longo da obra. Contudo, para além de a tomar como simples objeto de estudo, o autor avança no sentido da articulação e combinação das várias dimensões.

Carpentier propõe, com esta obra, uma interessante e extensa visão interdisciplinar que envolve e articula várias áreas e procura uma perspetiva metodológica comum para aplicação aos vários estudos de caso.

A análise das relações entre os *media* e o conceito de participação situa-se, desta forma, acima de uma simples visão multidisciplinar, em que poderiam ser elencadas várias disciplinas mas não seria procurada a combinação e articulação entre si. Por outro lado, a síntese proposta não chega a atingir (e certamente não procuraria, aliás) um nível de integração transdisciplinar, que supere as fronteiras existentes entre as várias áreas disciplinares e ultrapasse as respetivas delimitações.

As limitações da perspetiva proposta na obra não se relacionam, eventualmente, tanto com o conceito de participação (onde o autor invoca, como vimos, várias áreas disciplinares e diferencia entre participação democrática minimalista e maximalista, ou entre micro e macro participação, por exemplo, valorizando sempre as

várias formas e dimensões) mas talvez, curiosamente, com o próprio conceito de *media*.

Efetivamente, a noção de *media* não é objeto de uma atenção comparável à dedicada ao conceito de participação. O autor acaba, desta forma, por assumir implicitamente uma conceção talvez rígida para a delimitação do campo dos *media*, que se aproxima em grande medida de uma visão tradicional e conotada com a sua dimensão *mainstream*.

Esta conceção é perceptível, sobretudo, através da análise da origem dos estudos de caso, provenientes do cinema (um caso), da rádio (um caso), da televisão (quatro casos) e de sites de redes sociais (um caso, correspondendo a uma plataforma criada por um canal de televisão).

Embora compreensível, do ponto de vista da delimitação do âmbito de estudo, esta opção acaba por quase excluir os novos *media* da análise e privilegiar uma perspetiva mais tradicional do campo. E acaba, também, por justificar a não inclusão de

experiências participativas que poderiam caber numa delimitação mais alargada – de que poderiam ser exemplos o projeto MINERVA, baseado na tecnologia da televisão por cabo, desenvolvido por Etzioni (1971, 1972) ou o conceito de sondagem deliberativa, criado por Fishkin no final da década de 1980 (Fishkin, 1991; Center for Deliberative Polling, 2017).

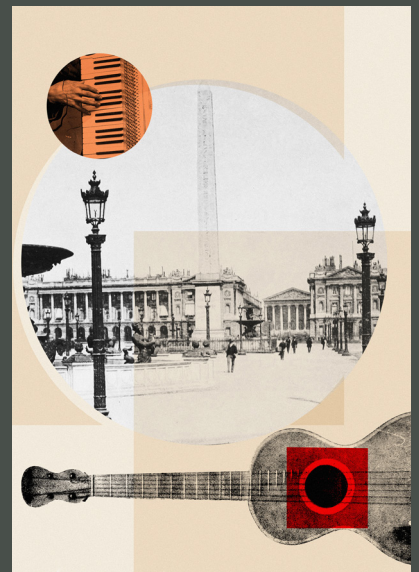
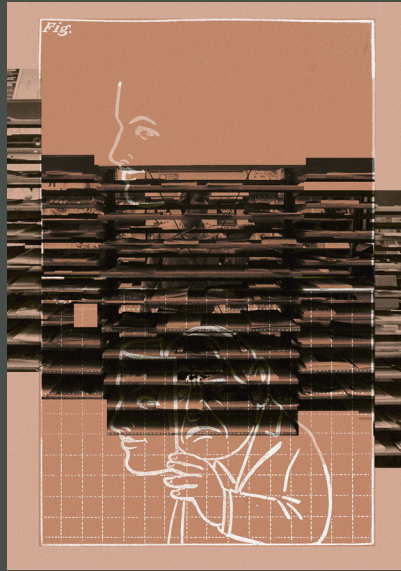
Por outro lado, esta opção implica também a desvalorização de experiências participativas mais centradas em formas não convencionais de participação política – não tanto pela aceção do conceito de participação adotada mas, precisamente, pela forma como o conceito de *media* é delimitado.

Quando temos razões para pensar que as formas não convencionais de participação encerram, provavelmente, maior potencial de inovação e de mudança do que as formas convencionais (Montargil, 2010; Montargil e Santos, 2017), esta opção não pode ser considerada como neutra. Poderá sempre, contudo, constituir-se como objeto de análises que venham a retomar o tema.

### Referências bibliográficas

- Center for Deliberative Polling (2017). What is Deliberative Polling@?. Retirado de <http://cdd.stanford.edu/what-is-deliberative-polling/>.
- Etzioni, Amitai (1971). Cable TV: instant shopping or participatory technology, *Social Policy*, 2(4), 52-55.
- Etzioni, Amitai (1972). Minerva: an electronic town hall, *Policy Sciences*, 3(4), 457-474.
- Fishkin, J. S. (1991). *Democracy and Deliberation: New directions for democratic reform*. New Haven: Yale University.
- Montargil, F. (2010). Electronic government and government transformation: technical interactivity, political influence and citizen return. In Nixon. P. & Koutrakou, V. (Org.), *E-Government in Europe: Issues and challenges* (pp. 61–77.). Londres: Routledge.
- Montargil, F. & Santos, V. (2017). Citizen observatories: concept, opportunity and first experiences. In Paulin, A., Anthopoulos, L. e Reddick, C., *Beyond Bureaucracy – Towards Sustainable Governance Informationisation* (pp. 167-184), Cham (CH): Springer.





# *Uma galeria de imagem*

## *Image gallery*

*Truth / Trust / Tightrope / (Net)work / Canção / Equilibrium*

Por Leonel Brites. Autor convidado

Esta série de ilustrações consiste em seis peças inéditas desenvolvidas em diálogo com os artigos publicados nesta edição. Os temas dominantes — a veracidade dos factos, a digitalização da profissão, as condições de trabalho nos Media e a relação com os poderes políticos e judiciais — constituem o *leitmotiv* do trabalho.

Leonel Brites nasceu em Leiria, em 1983, cidade onde vive e trabalha.

Licenciado em Comunicação Social e Multimédia (Instituto Politécnico de Leiria), o interesse pela comunicação visual consolidou-se com o ingresso, em 2006, no Master em Design e Produção Gráfica, na Facultat de Belles Arts Univ. Barcelona (ESP). Em 2009 prossegue os estudos com o ingresso no Doutoramento em Belas-Artes/Design de Comunicação — Faculdade de Belas-Artes Univ. Lisboa (PT), percurso concluído em 2015 com a defesa do trabalho intitulado *Do lado de lá: o quotidiano e a prática do design gráfico no ateliê independente de assinatura projetual – um estudo etnográfico*.

Designer freelancer desde 2005, tem vindo a aprender o ofício de designer, dentro e fora da Academia, desenvolvendo marcas, publicações, cartazes, eventos, ilustrações e aplicações digitais para clientes nacionais e internacionais. Para além de docente, investigador e ilustrador, é editor na *Casa-Nau*, uma editora independente focada em edições de tiragem limitada. Colabora ainda em iniciativas de inclusão ou solidariedade social, como são o caso das ilustrações das histórias infantis *d'O Verdinho Sonhador* (2008) e *Todos Diferentes, Todos Animais* (2013).

# Apoios



FLUC FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



UID/HIS/00460/2013

